

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A MIGRAÇÃO E SEU REVERSO,  
ENTRE O MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL (RS)  
E O OESTE CATARINENSE (1950-2000)**

Suzimary Specht

ORIENTADOR

Professor Doutor Álvaro Luiz Heidrich

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor José Ivo Follmann

Professor Doutor Luís Fernando Mazzini Fontoura

Professora Doutora Rosa Maria Vieira Medeiros

Porto Alegre, junho de 2001

*Aos amores da minha vida:*

meu noivo **Roni**,

minha irmã **Katiane**,

meu pai **Sérgio** e

minha mãe **Alaide**.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e, especialmente ao professor doutor Álvaro Heidrich, professor orientador, pela sabedoria e experiências compartilhadas e pela dedicação e presteza dispensada.

Aos atores que nortearam esta pesquisa, os *migrantes* de ambos os fluxos migratórios, pelas suas histórias de vida compartilhadas, em especial à migrante Nélia.

Aos professores do curso de Geografia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel d'Oeste e Chapecó, e em especial à antropóloga, professora doutora Arlene Renk. Aos técnicos do CIDASC e EPAGRI de Palmitos, São Miguel d'Oeste e Chapecó – SC, em especial ao agrônomo, professor mestre Milton Silvestro.

A minha família pelo apoio, amor e paciência dispensados, em especial a minha mãe Alaide que participou ativamente da pesquisa de campo desenvolvida no interior do município de Palmitos – SC, com os emigrados de Salvador do Sul – RS, de 1950 a 1970.

Aos meus sogros, pela acolhida, em especial ao geógrafo Roni Blume, meu noivo, pelo apoio, amor e compreensão, além da confecção dos mapas e de ter sido o sugestor da temática desta dissertação.

A Deus Pai, Deus Filho e à Mãe do Céu, pelas bênçãos derramadas no decorrer desta caminhada.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	11
RESUMÉ .....	12
ABSTRACT .....	13
INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I: SALVADOR DO SUL COMO ESPAÇO DE EMIGRAÇÃO .....	24
1. Formação territorial de Salvador do Sul .....	24
1.1 O crescimento econômico nos distritos que formaram o município de Salvador do Sul .....	28
1.2 A estação ferroviária São Salvador .....	38
1.3 O colégio Santo Inácio .....	41
1.4 Os ares emancipacionistas .....	42
1.5 O município de Salvador do Sul como espaço repulsor de população ....	45

CAPÍTULO II: O ESPAÇO DO OESTE CATARINENSE EM FORMAÇÃO ATÉ A CHEGADA DOS MIGRANTES DE SALVADOR DO SUL .....	52
2. Princípios da colonização do Oeste Catarinense .....	52
2.1 A colonização por migrantes gaúchos .....	57
2.2 A inserção dos migrantes no novo espaço vivencial .....	59
2.3 O crescimento populacional advindo dos migrantes .....	61
2.4 O espaço oestino e a construção da identidade local .....	64
2.5 A permanência de elos com o Rio Grande do Sul .....	67
CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO PRIMÁRIA DO OESTE CATARINENSE: DO APOGEU À CRISE .....	69
3. Pequena propriedade familiar .....	69
3.1 A propriedade familiar e a agroindústria .....	74
3.2 Participação e retração do papel do Estado na região .....	78
3.3 A crise da economia primária .....	80
3.4 A economia primária e o processo de exclusão .....	82
3.5 Os problemas ambientais .....	84

CAPÍTULO IV: SUCESSÃO HEREDITÁRIA E SEUS REFLEXOS SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	88
4. A sucessão .....	88
4.1 A fragmentação das propriedades paternas .....	90
4.2 O êxodo rural como consequência .....	92
4.3 As novas configurações relacionais nas propriedades ainda existentes.....	99
CAPÍTULO V: MIGRAÇÃO DE REVERSO .....	102
5. Revisão em proposição conceitual .....	102
5.1 Os fatores determinantes deste fluxo emigratório .....	106
5.2 Os fatores de atração em Salvador do Sul .....	112
5.3 A relação parentesco e a construção da identidade com o território .....	115
5.4 A relação da população local com os migrantes .....	115
5.5 Impactos econômicos em Salvador do Sul .....	117
5.6 Impactos econômicos no Oeste Catarinense .....	119
CONCLUSÃO .....	121
BIBLIOGRAFIA CITADA .....	127
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	130
ANEXOS .....	135

## ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICO

TABELA 1. Produção agrícola dos distritos que viriam a compor o município de Salvador do Sul .....	29
TABELA 2. Produção pecuária dos distritos que viriam a compor o município de Salvador do Sul .....	30
TABELA 3. Matérias primas utilizadas nas indústrias.....	32
TABELA 4. Produção industrial por produtos, número de estabelecimentos e valor .....	33
TABELA 5. Número de indústrias dos distritos que viriam a compor o município de Salvador do Sul .....	34
TABELA 6. Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços .....	36
TABELA 7. População absoluta de municípios do Estado de Santa Catarina em 1950, 1960 e 1970 .....	62
TABELA 8. Gaúchos imigrantes residentes em municípios do Estado de Santa Catarina em 1960 e 1970 .....	63
TABELA 9. Força utilizada nos estabelecimentos rurais de municípios do Estado de Santa Catarina em 1960.....	70

TABELA 10. Força utilizada nos estabelecimentos rurais de municípios do Estado de Santa Catarina em 1970 .....	71
TABELA 11. Produção agropecuária de municípios do Estado de Santa Catarina em 1960 .....	72
TABELA 12. Atividades agropecuárias de municípios do Estado de Santa Catarina em 1970 .....	73
TABELA 13. População absoluta de municípios do Estado de Santa Catarina I .....	94
TABELA 14. População absoluta de municípios do Estado de Santa Catarina II .....	95
TABELA 15. População urbana e rural de municípios de Santa Catarina em 1980, 1991 e 1996 .....	97
QUADRO 1. Aptidão dos solos .....	86
QUADRO 2. Formação de novas gerações de agricultores no Oeste de Santa Catarina .....	91
QUADRO 3. Perfil da juventude rural do oeste de Santa Catarina .....	93
GRÁFICO 1. Aptidão do solo do Oeste de Santa Catarina .....	87

## ÍNDICE DE MAPAS, FOTOS E FIGURA

MAPA 1. Localização do município de Montenegro 1950 e Salvador do Sul 1963 no Rio Grande do Sul .....	44
MAPA 2. Fluxo emigratório de município de Montenegro e Salvador do Sul - RS de 1950 a 1970 .....	48
MAPA 3. Localização do Oeste Catarinense em 1950 .....	54
MAPA 4. Fluxo da migração de reverso – 1990 à 2001 .....	109
FOTO 1. Fábrica de queijos Flor da Serra .....	35
FOTO 2. Casa comercial .....	37
FOTO 3. Estação Ferroviária São Salvador e depósito de mercadorias .....	39
FOTO 4. Colégio Santo Inácio .....	41
FOTO 5. Palha seca na qual foi usado dissecante .....	85
FIGURA 1. Principais estações ferroviárias do Rio Grande do Sul em 1943 .....	40

## **LISTA DE SIGLAS**

ACARESC: Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina.

AMVARC: Associação dos Municípios do Vele do Caí.

CEPA: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

CIDASC: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

CNPSA: Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves.

COOPERARCO: Cooperativa Regional Arco Íris Ltda.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMPASC: Empresa Catarinense de Pesquisas Agropecuárias.

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEASC: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

## RESUMO

Esta dissertação parte da análise dos fluxos migratórios que vêm ocorrendo entre o município de Salvador do Sul, no Rio Grande do Sul, e os municípios do Oeste de Santa Catarina, mais especificamente Itapiranga, Palmitos, São Miguel d'Oeste, São Carlos e Tunápolis, no período de 1950 – 2000.

O primeiro fluxo migratório ocorrente entre 1950 e 1970 teve como agente potencializador o “acesso a terra”. Jovens casais gaúchos emigraram rumo à fronteira agrícola do Oeste Catarinense, onde se ofereciam terras a preços baixos, constituindo pequenas propriedades familiares.

No segundo fluxo, os filhos e netos desses primeiros migrantes que se estabeleceram no Oeste Catarinense migram de volta ao Rio Grande do Sul, na região dos municípios do Vale do Caí, entre os quais desponta Salvador do Sul. A motivação que leva a essa migração é a busca de emprego assalariado sem exigência de mão-de-obra especializada, aliada à rede de parentesco existente no município.

## RESUMÉ

Cette dissertation part de l'analyse des flux migratoires qui ont lieu entre la commune de Salvador do Sul, au Rio Grande do Sul et les communes de la région Ouest de Santa Catarina, spécifiquement à Itapiranga, Palmitos, São Miguel d'Oeste, São Carlos et Tunápolis, dans la période comprise entre 1950 et 2000.

Le premier flux migratoire a eu lieu entre 1950 et 1970 ayant comme motivation l' "accès à la terre". Des jeunes couples "gaúchos" émigrent en direction à la frontière agricole de l'Ouest Catarinense où l'offre des terres étaient intéressantes, constituant des petites propriétés.

Le second flux, les fils et les petits-fils de ces premiers migrants établis dans la région Ouest de Santa Catarina, migrent à nouveau vers le Rio Grande do Sul, pour la région du Vale do Caí, où se trouve la ville de Salvador do Sul. Ce Qui a motivé cette migration a été la recherche d'emploi salarié sans exigence de main d'oeuvre spécialisée et la forte présence des antécédents familiales dans cette commune.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to record the migratory flux occurring between the municipality of Salvador do Sul in the state of Rio Grande do Sul and municipalities in the western region of the state of Santa Catarina, particularly Itapiranga, Palmitos, São Miguel d'Oeste, São Carlos and Tunápolis during the period between 1950 and 2000.

The first migratory flux occurring between 1950 and 1970 presented, as a major motivation, access to the land. Young gaucho complexes emigrated towards the western agricultural border of Santa Catarina, where land was offered at low prices to establish small family managed properties.

The second flux is composed of sons and grandchildren of those first immigrants. They migrated back to Rio Grande do Sul, in the region of the valley of Caí River, of which Salvador do Sul is the city most affected by this. This migration was motivated by the search for jobs not requiring specialized labour, allied to the remaining family ties in the region.

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta como temática dois fluxos migratórios. O primeiro ocorreu a partir de 1940 das chamadas “Velhas Colônias”, atualmente os municípios do Vale do Taquari, Vale do Sinos, Campos de Cima da Serra e Vale do Caí, mais especificamente o município de Montenegro e Salvador do Sul. Essa migração ocorreu principalmente no período de 1950-1970, para a região das chamadas “Novas Colônias” no Oeste de Santa Catarina, caracterizando uma migração rural-rural. O segundo fluxo migratório, que vem ocorrendo desde 1990, parte do Oeste de Santa Catarina, mais especificamente os municípios de Itapiranga, Palmitos, São Carlos, São Miguel d’Oeste e Tunápolis, rumo aos municípios do Vale do Caí, nesta análise, especificamente, o município de Salvador do Sul no Rio Grande do Sul.

A pesquisa baseia-se na análise do processo histórico-geográfico da gestão das configurações espaciais dos territórios envolvidos. Os métodos utilizados para a elaboração da pesquisa abrangem análise documental, revisão bibliográfica, história oral e estudo de campo. O estudo de campo inicialmente abrangeu 204 migrantes provindos do Oeste Catarinense para Salvador do Sul. Após as entrevistas não dirigidas, os mesmos disseram qual a cidade do Oeste Catarinense de origem e qual o nome dos seus pais, protagonistas do primeiro fluxo migratório.

Entre os dados e histórias orais levantadas, percebemos que o município com mais tendência emigratória rumo a Salvador do Sul é o município de Palmitos, seguido

de Tunápolis, Itapiranga, São Miguel d'Oeste e São Carlos. O primeiro fluxo emigratório rumo ao Oeste de Santa Catarina, dirigiu-se para várias cidades da região. Mas, através da pesquisa de campo, foi-nos apontado que os contingentes migratórios relevantes se dirigiram para os municípios mencionados.

Os municípios catarinenses analisados nesta pesquisa partiram, portanto, dessa pesquisa de campo inicial.

A partir da constatação que o maior fluxo de migrantes são provindos de Palmitos, dirigimos-nos a esse município, onde realizamos outro estudo de campo, através de entrevistas com os pais, ainda vivos, dos migrantes palmitenses abordados nas entrevistas em Salvador do Sul. Esses pais, num número de trinta e oito pessoas, em sua maioria ainda residentes nas propriedades do interior compradas por eles na época da expansão da fronteira agrícola, foram questionados para sabermos os motivos que os levaram ao primeiro fluxo migratório e se haveria vontade de eles migrarem de volta ao Rio Grande do Sul.

A partir das informações coletadas, apresentamos, no capítulo I, o início da colonização no século XIX, no interior do município de Montenegro no Rio Grande do Sul. A partir de 1890, este município estruturou seu território em distritos, que foram mudando de sedes e limites. Em 5 de janeiro de 1900, foi criado o 6º distrito de Campestre que, posteriormente, seria embasamento para a formação do município de Salvador do Sul, que se formaria em 1963. Neste distrito foi construído, no período de 1898 e 1912, a ferrovia Porto Alegre – Caxias do Sul, tendo sido construída uma Estação Ferroviária na localidade de Estação Salvador, construção esta que esprou por essa localidade e região os ares do progresso, que propiciaria maior circulação de pessoas e mercadorias.

Essa conjuntura resultou, em 5 de agosto de 1930, na troca da sede do distrito de Campestre para a localidade de Estação Salvador, que passa a denominar-se Estação São Salvador. Em 1938, a mesma passou para distrito São Salvador.

A estação ferroviária e a bela paisagem são razões apontadas pelos padres e ex-alunos da congregação jesuítica para a construção do Colégio Santo Inácio, inaugurado em 17 de fevereiro de 1937, escola e seminário que passa a salientar o progresso regional.

As transações comerciais alicerçadas na produção agrícola de policultura, na suinocultura, na silvicultura e na avicultura levaram a uma geração de renda bastante significativa para o município de Montenegro. Esse agregado econômico levou paralelamente à formação de vila no distrito de São Salvador, com a gradual estruturação de seus atores pertinentes como o fortalecimento de casas comerciais, indústrias e serviços de profissionais liberais. A infra-estrutura, como as estradas, foram melhoradas, além da construção de escolas e de hospital.

A população local passa a envolver-se na política de Montenegro conduzindo, a partir dos anos quarenta, cidadãos da vila de São Salvador aos cargos de vereadores e, no final dos anos cinquenta, de vice-prefeito de Montenegro.

Esta conjuntura estrutural culminará com aspirações à formação de um novo município com sede em São Salvador, aspirações estas que se tornaram realidade através de consulta plebiscitária, que conduziu à formação do Município de Salvador do Sul, constituído pelo distrito de São Salvador, de Barão e parte dos distritos de Harmonia, Tupandí, Maratá e de Poço das Antas, em 9 de outubro de 1963.

Esta estrutura econômica baseada nas atividades primárias, princípio fomentador para a formação do município de Salvador do Sul, vem manifestando, desde o final dos anos quarenta, uma problemática. Essa economia agrícola requer terra para desenvolver-

se, imóvel este que se tornara de difícil acesso devido ao seu custo, já que na sua grande maioria os filhos trabalhavam com os pais até o casamento, sem salário, o que inviabilizava o acúmulo de capital.

Muitos destes pais, normalmente chefes de famílias com mais de dez filhos, não tinham condições de dar um lote de terras para cada filho na região de entorno, quando este casava. Assim muitos desses jovens ficavam à margem deste sistema produtivo.

Esse círculo vicioso, desde os anos quarenta, vinha sendo sentido em toda a região das “Velhas Colônias”. Assim, foram sendo procuradas novas alternativas que levariam a terras disponíveis na fronteira agrícola que se formara no Oeste de Santa Catarina, com terras baratas e férteis. Essa nova alternativa gerou um fluxo migratório expressivo de migrantes do interior de Montenegro e Salvador do Sul, a partir de 1950, para o Oeste Catarinense.

Os primeiros migrantes logo buscaram comunicar-se com seus parentes que ficaram no Rio Grande do Sul, propagando sobre essas novas terras, o que estimulou a ida de mais migrantes para as “Novas Colônias”.

A dinâmica deste fluxo migratório atendeu a duas metas fundamentais para os migrantes: a busca de ascensão econômica através do desbravamento de terras próprias e a rede de relações sociais e afetivas que se formaram entre esses migrantes, solução essa encontrada para atenuarem as saudades da Terra Natal.

O capítulo II aborda o processo de ocupação e colonização da região do Vale do Rio do Peixe e Vale do Rio Uruguai, posteriormente chamado de Oeste Catarinense a partir de meados de 1700, momento em que na região do Vale do Rio do Peixe foi doada uma sesmaria a um bandeirante paulista. As demais terras da região, a partir de então, passaram a serem ocupadas por posseiros.

No início deste século, houve uma mudança nesse processo com a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando por essa região.

A empresa que construiu a ferrovia recebeu do governo, de nove a quinze quilômetros de terras a cada margem da ferrovia como pagamento pela construção; sendo que a condição para o recebimento destas, do governo federal, era a sua rápida ocupação por colonos.

A região do Oeste Catarinense era cobiçada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, além da Argentina. Essa região se configurou como palco de uma revolta dos posseiros, que não aceitaram sua expulsão dessas terras, contra as empresas colonizadoras que eram apoiadas pelos dois Estados, e necessitou de intervenção federal: a Guerra do Contestado.

Finda a guerra, a empresa construtora da ferrovia vende grande parte dessas terras para as empresas colonizadoras. Estas partiram a ofertar essas terras e encontraram compradores nas colônias velhas do Rio Grande do Sul. Assim, a região passa a ser colonizada por pequenos proprietários rurais, com mão-de-obra familiar.

O fluxo mais acentuado desses migrantes colonos gaúchos, vindos do interior do município de Montenegro, ocorre entre 1950 e 1970, quando termina a oferta de terras baratas devido ao fechamento da fronteira agrícola. Essa nova realidade traz transformações, sendo que em certos casos os migrantes passam a trabalhar primeiro como arrendatários, para posteriormente terem poder de compra para terras próprias.

As propriedades adquiridas pelos colonos gaúchos eram em média de 15 hectares, cobertas de mata nativa, que já era aproveitada para a construção das primeiras instalações, após a queimada. O clima é similar ao do Rio Grande do Sul. Portanto, a cultura agrícola trazida do Estado Gaúcho foi adaptada perfeitamente a essas terras catarinenses.

Esta interação entre o espaço físico e o sistema produtivo foi vital para a construção do vínculo afetivo desses migrantes com seu novo espaço vivencial. A rede de amigos e parentes, que igualmente vieram instalar-se no Oeste Catarinense, além da produção agrícola que se vinha desenvolvendo bem, foi de grande valia para a satisfação do migrante.

Mas, apesar dessa interação, os elos com o Rio Grande do Sul não foram extintos, pois os meios de comunicação disponíveis na época eram trazidos do Estado Gaúcho, por causa da maior proximidade da capital gaúcha com o Oeste Catarinense do que a capital do Estado de Santa Catarina, o que levava a população a considerar Porto Alegre como a capital.

O terceiro capítulo aborda o sistema de cultivo agrário desenvolvido por esses migrantes no Oeste Catarinense. Essa produção tem início baseada na policultura para subsistência e para fins de comercialização se embasou no cultivo do feijão, do milho e na suinocultura, sendo que esta comercialização inicialmente ocorre com as cooperativas agrícolas que se foram formando.

Esse modelo econômico será o embasamento da produção primária até o início dos anos 60, quando a agricultura familiar irá sofrer mudanças no modelo produtivo agrário, num processo gradual.

Essa mudança reverteu num modelo de integração com a agroindústria e o crescimento dos frigoríficos da região. Essa produção tecnificada trouxe ao agricultor segurança de comercialização de sua produção.

Desde a implantação desse modelo produtivo até os anos 70, o destaque foram a suinocultura, o milho e o feijão e a avicultura e a soja que vieram sendo implantadas exatamente por esse modelo de integração com a agroindústria.

A agroindústria do Oeste Catarinense toma as “rédeas” da produção agropecuária regional e, como resultado, há a dependência do agricultor de grandes empresas que estipulam a quantidade a ser produzida e o preço a ser pago.

O grande impulsionador desse processo foi o Estado, financiador de linhas de crédito agrícola e responsável pelo suporte técnico com a criação até os anos 70 da ACARESC, CNPSA e EMPASC. Este crédito foi absorvido de forma diferente, sendo maior na agroindústria que diversificou suas plantas, investindo em suínos, aves, milho e soja, ao contrário das cooperativas que basearam sua planta produtiva na suinocultura, feijão e milho diversificando com avicultura somente no final dos anos 80.

Essa modernização do campo, porém, vai-se restringir à parcela de agricultores inseridos no modelo de integração, levando os demais a um processo crescente de exclusão.

A partir de 1980, o volume de crédito rural e subsídios do governo passaram a sofrer uma diminuição significativa, reflexo da conjuntura regional e nacional, que leva a uma crise que afeta principalmente a suinocultura, na produção pecuária, e o feijão, na agricultura. Partindo dessa estrutura, a busca de expansão da produção de grãos passou a sofrer concorrência da produção do Centro-Oeste brasileiro, o que estimulou a utilização indevida de herbicidas e do solo. A avicultura, devido à ampliação de seu consumo, não sofreu tanto o impacto.

Os agricultores que não irão inserir-se no modo de produção de integração percebem que o processo de exclusão é uma tendência nefasta mas verídica, e buscam diversificar suas atividades, intensificando a auto exploração do trabalho familiar e do uso dos recursos naturais. Destes, parte aderem ao programa do governo chamado troca-troca para aquisição de implementos agrícolas que, quando utilizados nas propriedades

normalmente inferiores a 20 hectares, se mostram incoerentes com o capital financiado para adquiri-los.

Esse processo de estagnação que se instaura será acompanhado do fechamento da fronteira agrícola no final dos anos setenta.

Esse mosaico de fatores desestimula os jovens descendentes desses agricultores, migrados das colônias velhas do Rio Grande do Sul, excluídos ou em fase de exclusão, levando-os a buscar novas alternativas no espaço além do Oeste Catarinense, formando novos fluxos emigratórios.

As jovens solteiras, em sua maioria, migram para os centros urbanos de Santa Catarina e os jovens solteiros para o Sudeste Brasileiro, enquanto os jovens casados em sua maioria emigram para o Rio Grande do Sul, para os municípios que em tempos idos eram denominados de colônias velhas.

No quarto momento vemos que a sucessão hereditária terá papel relevante no processo de êxodo rural. Esta realidade se dá pelo fato de as propriedades serem de pequeno porte, inferior a 20 hectares e de mão-de-obra familiar.

Os filhos homens, quando casavam, ganhavam dos pais, sempre que possível, um pedaço de terra extra-propriedade, num esforço de permitir a reprodução da condição de agricultores e o filho que ficava com os pais era o “sortudo”, visto que passava a se constituir o maior ou o único herdeiro, normalmente o mais novo. As filhas ganhavam o enxoval, o que gerava muitos conflitos.

Essa dinâmica de tentar manter os filhos no campo se estendeu até o final dos anos 60, visto que os pais ainda estimulavam os filhos à permanência na atividade agrícola, para sua realização na vida adulta e a mobilidade espacial e de terras da fronteira agrícola disponíveis para aquisição. O clima de descontentamento entre muitos

dos filhos levou gradualmente a uma mudança de postura dos pais, que passaram a fragmentar a propriedade entre os filhos, o que geralmente torna essas novas “propriedades” de cada filho inviável economicamente.

Esta inviabilidade econômica deflagra um processo ora de migração da maioria dos filhos, ora forma gerações de novos agricultores, provocando uma masculinização da juventude, visto que as filhas possuem diminutas possibilidades de formar novas unidades de produção rural familiar, além de não demonstrarem o desejo de repetir o “destino” de suas mães, já que as suas famílias são bastante patriarcais. A maioria das mulheres saem de casa para trabalhar como domésticas na cidade e muitas vezes retornam aos estudos.

Hodiernamente, o filho que permanece residindo com os pais passa a ser o “coitado”, visto que outras alternativas se apresentam.

A evasão populacional do jovem do Oeste Catarinense do meio rural hoje é verificável pelos dados censitários dos municípios envolvidos na pesquisa, o que denota perda de população ativa.

Os jovens que ainda hoje permanecem no meio rural, vêm-se modificando o modelo produtivo adotado outrora por seus pais e, sobretudo, vêm mudando sua postura relacional com a sociedade em que se inserem. Participam mais ativamente das atividades sociais e de oportunidades de aprimoramento técnico para suas atividades, como palestras do CIDASC e EPAGRI.

Esta mudança de postura é mais perceptível no gênero feminino que, em menor número, ainda permanece no campo.

No quinto momento, faremos a análise de alguns conceitos de migração a fim de facilitar a compreensão do novo fluxo migratório ocorrente desde 1990, quando jovens

casais migram para o Rio Grande do Sul. Esse novo fluxo será conceituado como sendo de reverso, já que esses migrantes, filhos e netos dos primeiros migrantes, hoje reverterem ao mesmo espaço outrora abandonado por seus pais e avós, mas calcado numa realidade diferente: uma migração rural-urbana.

Hoje esses casais buscam novamente ascensão econômica. Mas o fator vínculo afetivo neste momento parece-nos mais saliente do que no primeiro fluxo migratório. Estes casais geralmente migram sem conhecer Salvador do Sul e, quando chegam, vão morar junto com os parentes que já voltaram ou os que haviam permanecido. Estes emigrantes migram para o Rio Grande do Sul, porque se sentem mais seguros pois já existe um vínculo afetivo pré-existente com esse lugar, alimentado durante anos pelo saudosismo de seus pais ou avós.

Os municípios como Salvador do Sul e demais municípios do Vale do Caí apresentam características importantes: dispõem dos mecanismos de um centro urbano, oferecem trabalho assalariado e são pacatos e tranquilos para os pais educarem seus filhos, além da existência de uma rede de parentesco para dar suporte afetivo.

Essas relações de parentesco facilitam a interação desses migrantes com a população local mas, no que tange aos aspectos econômicos, o relacionamento torna-se mais restrito, demonstrando certo modo de preconceito, pois esse agregado populacional que está gerando um excedente de mão-de-obra está baixando o nível salarial e levando a uma escala, embora não acentuada, de desemprego.

No Oeste Catarinense, o decréscimo populacional acarreta perda de poder político, envelhecimento da população e descapitalização do comércio local, impactos sócio-econômicos esses que são analisados no decorrer desta dissertação.

## CAPÍTULO I

# SALVADOR DO SUL COMO ESPAÇO DE EMIGRAÇÃO

### 1. Formação Territorial de Salvador do Sul

A sesmaria que compreendia parte territorial do Vale do Caí<sup>1</sup> em meados do século XVIII, incluso parte do município de Salvador do Sul, pertenceu a José Inácio Teixeira Júnior<sup>2</sup>, homem de posses e de cultura, nascido em Lajeado, no Rio Grande do Sul, filho de um imigrante holandês e uma índia missioneira.

Suas terras começavam na Barra do Arroio Maratá e iam até Bom Princípio, abrangendo parte dos distritos de Harmonia e São Salvador. Em 1854, mandou vender parte delas ao colono Peter Kuhn, proveniente da localidade de São José do Hortêncio,

---

<sup>1</sup> O Vale do Caí compreende atualmente os municípios de Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Maratá, Montenegro, Salvador do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, Tupandi e Vale Real. O nome do Vale do Caí surgiu porque o rio Caí banhava parte da sesmaria de José Inácio Teixeira Júnior.

<sup>2</sup> Salvador do Sul tem como primeiro registro a sua localização nas terras da sesmaria de José Inácio Teixeira Júnior confirmado no livro “Hundert Jahre Deutschuntun in Rio Grande do Sul”, sendo que o ano de publicação e a paginação não foram encontrados (Cf. SPECHT, S; 1997, p. 12).

que passou a vendê-las aos colonos alemães. Mas o povoado de Campestre que posteriormente fará parte do distrito de São Salvador, não fazia parte da sesmaria de José Inácio Teixeira Júnior e já havia sido colonizado anteriormente<sup>3</sup>. Há igualmente registro, que outra parte dessas terras pertenciam a Salvador Alves da Rocha, o que deu origem à denominação da localidade como São Salvador<sup>4</sup>.

A localidade de São Salvador era chamada pelos colonizadores alemães de Kappesberg, já que um dos primeiros colonizadores foi Jacob Kappes, que após o nascimento do primogênito migrou com sua família do Rio de Janeiro para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul), no interior do município de São João de Monte Negro.

A região de São Salvador localiza-se nas escarpas do Planalto Meridional. O clima é uma derivação da classificação temperado, encontrado nas terras de origem desses migrantes, sendo aqui denominado de subtropical, com formação de geada e neblina no inverno. A hidrografia apresenta vários arroios que desembocam no Rio Caí. Os dois principais são os Arroios São Salvador e o Cangerana.

---

<sup>3</sup> Já em 1832, os alemães deram início à colonização do primeiro povoado, a localidade de Campestre.

<sup>4</sup> O nome de São Salvador se deve ao Sr. Salvador Alves da Rocha, um fabricante de gamelas e de canoas que morava às margens de um arroio que tinha sua nascente localizada no atual município de São Pedro da Serra. Esse arroio deságua no Rio Caí. No livro de registros paroquiais de Triunfo, recolhido ao Arquivo público de Porto Alegre, encontra-se sob o nº 60, uma declaração do colono Pedro Walter, que em 4 de março de 1856 afirma que possui “um pedaço de terras sitas na margem direita do rio Caí, no arroio Pinhalzinho e tem por vizinhos pelo norte Miguel Simon e pelo sul terras de Salvador Alves. No livro nº 7 de “Terras Públicas” também do Arquivo Público do Estado, encontra-se o registro da doação das terras feitas a Salvador Alves da Rocha, em 21 de abril de 1823. Nessa doação consta que o Sr. Salvador achava-se de posse de umas terras, sitas na Serra Geral do distrito de Caí, contendo um quarto de légua em quadro, confrontando pelo sul com terras do Sargento-Mor André Alves Pereira Viana, pelo norte e a oeste com a Serra Geral e pelo leste com o arroio Pinhalzinho (Cf. LERMEN, A. M. G; SPECHT, S; 1999, p. 28).

O processo imigratório ocorrido em São Salvador foi dominado pela etnia alemã, sendo seguido em menor escala pelos italianos, franceses, suíços e holandeses. Essa predominância germânica estendeu-se à maioria dos lugarejos da região do Vale do Caí e Vale do Sinos - berço na colonização alemã no Estado.

A colonização germânica teve início no Vale do Sinos a partir de 1824, devido à influência da Princesa Leopoldina, mentora da vinda desses migrantes para o Sul do Brasil. Escolheu para os mesmos as terras de relevo pouco acidentado, férteis e de recursos hídricos que serviriam de abastecimento e como meio de escoamento da produção que iria ocorrer e pela proximidade com a Cidade de Porto Alegre, a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Nas propriedades familiares dos colonizadores passaram a desenvolver-se a agricultura e a suinocultura. Eles derrubavam inúmeros pinhais da região, dando origem às serrarias. Essas madeiras foram a matéria prima para a construção das primeiras choupanas, estrebarias de animais, móveis e demais utensílios fabricados a partir deste material. Como a infra-estrutura era mínima, esses colonos tiveram de fazer “tudo” com a força de seus próprios braços, como bater com paus o trigo, o arroz e o feijão. Entre as outras culturas destacavam-se: mandioca, batata-inglesa e milho. A suinocultura foi a atividade pecuária mais desenvolvida. A base econômica por eles produzida não abrangia especiarias e produtos têxteis, o que tornou o comércio indispensável para a sociedade local.

Nesta região, o comerciante era a pessoa de confiança do colono, pois era através dele que se efetuavam as transações de compra, venda, troca e empréstimo. A moeda corrente era pouco utilizada, sendo até a terra por vezes vendida a crédito ou negociada em trocas, o que facilitava a aquisição dos imóveis. As transações comerciais para fora da região eram realizadas pelo caixeiro-viajante da mesma etnia<sup>5</sup>, que efetuava trocas

---

<sup>5</sup> Os imigrantes alemães só falavam alemão, portanto era indispensável que o caixeiro-viajante também fosse alemão para haver comunicação e confiabilidade nos negócios realizados.

comerciais entre os produtos da capital e os produtos do interior. Várias fábricas artesanais de laticínios foram se formando, como na localidade de Linha São João, Linha São Pedro e Campestre, que compravam o leite diretamente do agricultor. Os produtos mais comprados dos comerciantes eram secos e molhados; roupas em quilo somente na ocasião do Kerb e calçados já quando o antigo e único estragava.

Conforme SPECHT, o nome “kerb” provém do “Kirchvereinfest”, que significa festa ou inauguração de igreja. Em cada comunidade essa festa era comemorada no mês do aniversário do padroeiro ou na data de fundação da comunidade. Esta é uma festa da tradição germânica que perdurava por três dias, envolvendo a comunidade, parentes e amigos, sendo o acontecimento social mais importante do ano (Op. Cit; p.46). No decorrer desses três dias, não faltava fartura, diversão, carteadas e rodas de conversa.

Em ocasiões como o Kerb e em outras confraternizações, dentre os assuntos que conversavam, se manifestava sempre o desejo de verem suas localidades progredirem. Essa pretensão de progresso ia além de melhorias nas estradas e na infra-estrutura. O que se almejava era principalmente uma “promoção política”, que neste caso eram as sedes dos distritos.

O município de Montenegro teve sua área territorial estruturada em distritos, que foram mudando de nome e de sedes. Em 1890, eram dez os distritos, cada qual dirigido por um subintendente, que exercia autoridade policial, de fiscalização de obras, de cobrança de impostos e de execução das leis municipais.

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta, São Salvador tornou-se a sede do 6º distrito de Montenegro, que passou a denominar-se Estação São Salvador. Em mil novecentos e trinta e oito, o mesmo passou a se designar São Salvador.

## 1.1 O Crescimento Econômico nos Distritos que Formaram o Município de Salvador do Sul

A vocação econômica dos distritos do município de Montenegro era predominantemente agrária, incluindo-se os distritos (território total ou parcial) que viriam posteriormente formar o município de Salvador do Sul<sup>6</sup>. A base econômica constituía-se pela policultura, onde os pequenos agricultores plantavam praticamente todos os alimentos que consumiam, além da suinocultura, da avicultura, da pecuária, do rebanho de gado leiteiro e da acacicultura.

Essa produção de policultura agrícola e pecuária visava, porém, gerar excedentes que eram vendidos para o comerciante local ou comercializados diretamente com as mercearias das cidades maiores da região, sendo transportados geralmente pelo trem. Com o passar dos anos, essa comercialização tornou-se bastante expressiva.

Em 1962, em função da necessidade de estruturação de dados econômicos para o trâmite do processo de emancipação do futuro município de Salvador do Sul, foram levantados pela comissão emancipadora em 1962, baseados no Censo agropecuário de 1960, no Censo demográfico de 1960 e em estudos de campo realizados por eles, os dados que nos mostram a produção agrícola (tab.1) e a população pecuária (tab.2), bem como as atividades industriais e de prestação de serviços (tabs. 3, 4 e 5) dos distritos que viriam a formar o município de Salvador do Sul.

Tab.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS DISTRITOS QUE VIRIAM A COMPOR O  
MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL

---

<sup>6</sup> A formação do município de Salvador do Sul está explicitado no item 1.4 deste capítulo.

Produto	Área cultivada (hectares)	Produção (toneladas)
Arroz	150	435
Batata Inglesa	500	1.800
Trigo	780	800
Soja	800	1.000
Feijão	1.500	1.500
Milho	10.000	20.000
Mandioca	2.050	15.000

Fonte: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR DO SUL.

A produção agrícola, como vemos na tabela, era bastante expressiva, sendo que os cultivos do milho e da mandioca despontavam. Além dos produtos apontados na tabela, a policultura abrangia várias outras culturas em menor escala de quantidade. Percebe-se claramente que a atividade agrícola em 1962 nessa região ultrapassava os índices de subsistência apresentando-se como fonte de acúmulo de capital para os agricultores.

Essas atividades agrícolas desenvolveram-se paralelamente à produção pecuária, que igualmente apresentava uma população em números bastante significativa. Os destaques eram o gado de corte, o rebanho de vacas leiteiras, os ovinos, os suínos e, principalmente, as aves.

Tab. 2 POPULAÇÃO PECUÁRIA DOS DISTRITOS QUE VIRIAM A COMPOR  
O MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL

Rebanho Permanente	
Espécie	Número de Cabeças

Bovino	12.000
Ovino	550
Suíno	40.000
Eqüino	1.700
Aves	200.000

Fonte: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR DO SUL

A partir de 1900, ajudada posteriormente pela viação férrea, a atividade pecuária de maior destaque na economia até meados dos anos cinquenta foi a suinocultura, sendo nesse período uma fonte de renda bastante elevada para os produtores, que vendiam os suínos “in natura” para os comerciantes e abatedouros, em forma de lingüiça e de charque. A suinocultura comercializada pelas “firmas” e a cooperativa<sup>7</sup>, sem contar o comércio realizado pelos produtores, foi em 1962 de 685.025 kg, no valor de Cr\$ 58.795.128,00.

A avicultura começou a aparecer com força a partir do final dos anos 50, quando o alemão Demuth instalou no município o primeiro aviário com um plantel de 25.000 aves. Esta seria no futuro a principal atividade econômica do futuro município<sup>8</sup>. A ovinocultura destinava-se principalmente para comércio de peles. A população de eqüinos destinava-se basicamente como meio de transporte.

Os bovinos destinavam-se tanto para abate como para a produção leiteira. Em 1960, a produção de leite foi em torno de cinco milhões de litros, vendidos in natura e em forma de laticínios no valor de Cr\$ 18.500,00.

<sup>7</sup> As empresas que comercializavam suínos era a Firma José Urbano Rauber e a Firma Affonso C. Wallauer, sendo também realizado comércio com a Cooperativa Mista São Salvador Ltda.

<sup>8</sup> Atualmente o município de Salvador é responsável pela produção de 30% dos ovos consumidos no Estado, possuindo igualmente o maior plantel de aves, com 1,6 milhão de cabeças.

As maiores fontes de renda dos produtores eram, além da avicultura e da suinocultura, a silvicultura. Esta foi introduzida na região a partir de 1940, sendo sua produção absorvida pelos curtumes de Estância Velha, que extraíam da casca da acácia negra derivados utilizados para a curtição de couro. A instalação das empresas Tanino Mimosa e da Tanac em 1948, ambas em Montenegro, encurtou as distâncias para a comercialização da acácia negra, visto que essas duas empresas passaram a absorver quase toda a produção da região. Parte dessa acácia negra era beneficiada nas propriedades, produzindo-se também o carvão vegetal. Os dados sobre essa cultura apresentavam em 1962, conforme processo de emancipação de Salvador do Sul, a quantia superior a 10 milhões de pés de acácia negra, dos quais 4 milhões e quinhentos mil eram só do 6º distrito. Em 1962 foi arrecadado pelo município de Montenegro em impostos, dos distritos que iriam compor Salvador do Sul, o montante de Cr\$ 13.977.574,40 da comercialização da acácia negra.

Somente a Cooperativa Mista São Salvador Ltda. comercializou em casca, conforme dados do seu balanço econômico anual de 1962, com a Tanac S.A, oitenta e cinco cargas de 36.968,8 arrobas de casca de acácia e com a Tanino Mimosa Ltda 16 cargas de 6.395,8 arrobas. Segundo informações da Tanac S.A, com pequenos acacicultores foram comercializados nesse ano 3.243.746 quilos de casca. A lenha era vendida para as grandes cidades. Conforme dados de 1962 da Associação Brasileira de Acacicultores<sup>9</sup>, 181 dos seus associados eram do futuro município de Salvador do Sul e juntos totalizavam a quantia de 3.092.000 pés de acácia negra. Em 1962, na área a ser emancipada, 60% das terras achavam-se cobertas de plantações agrícola e silvícola.

Aos poucos foram surgindo as indústrias, incentivadas pelo excedente de capital que provinha das atividades primárias. A produção primária local fornecia grande parte

---

<sup>9</sup> A Associação Brasileira de Acacicultores tinha sua sede em Montenegro, tendo sido fundada em 26/12/1957.

da matéria-prima utilizada nessas atividades industriais locais que, em sua maioria, eram de alimentos, artigos de vestuário e habitação.

As principais matérias primas utilizadas nas indústrias locais foram:

Tab. 3 MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NAS INDÚSTRIAS

Espécie	Quantidade	Valor em Cr\$
Pele de bovinos	28000 kgs	840.000,00
Pele de ovinos	6000 peças	1.080.000,00
Madeira Bruta	2.100 m3	6.300.000,00
Leite	5.000.000 litros	10.000.000,00
Milho	1.500 tonel.	30.000.000,00
Arroz	300 tonel.	15.000.000,00
Trigo	500 tonel.	17.500.000,00

Fonte: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR DO SUL

Com a matéria prima disponível localmente, os custos de operação das indústrias eram mais baixos, o que levou a um espraiamento desse ramo, nas atividades econômicas. A comercialização dessas matérias-primas e da própria produção industrial (tab.4) apresentaram valores significativos, o que denotava uma grande capacidade local de produção econômica, base de grande importância para a constituição do futuro município.

Tab. 4 PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR PRODUTOS, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E VALOR

Produto	Nº de Estabelecimentos	Valor da produção (Cr\$)
Indústria de madeira	9	8.812.000,00
Trigo e milho (farinha)	15	54.400.000,00
Minerais não metálicos	3	2.100.000,00
Arroz beneficiado	9	15.800.000,00
Ervamate cancheada	2	900.000,00
Art. Couro e similares	6	8.000.000,00
Bebidas em geral	12	3.000.000,00
Laticínios	23	18.500.000,00
TOTAL	79	111.512.000,00

Fonte: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR DO SUL

As indústrias de madeira eram as serrarias, beneficiadoras da madeira que posteriormente eram comercializadas na região e parte dela utilizada pela fábrica de esquadrias. A existência de vários moinhos facilitava a moagem do trigo e do milho que eram manufaturados em vários subprodutos. O arroz, depois de passar pelo processo de descascamento, era embalado e comercializado pelas indústrias, neste caso de pequeno porte. As indústrias de bebidas produziam vinhos, gasosa (refrigerante) e aguardente.

A produção de couros e similares era ocorrente nas atividades do Curtume Hummes que, em 1962, produziu 220.000 pés quadrados de couro curtido, 10.000 unidades de tamancos e chinelos e artigos para montaria.

Esses dados da produção industrial (tab.4) e das indústrias (tab.5) foram obtidos através dos dados do Censo Demográfico de 1960 e de dados complementares levantados pela Comissão Emancipadora em 1962.

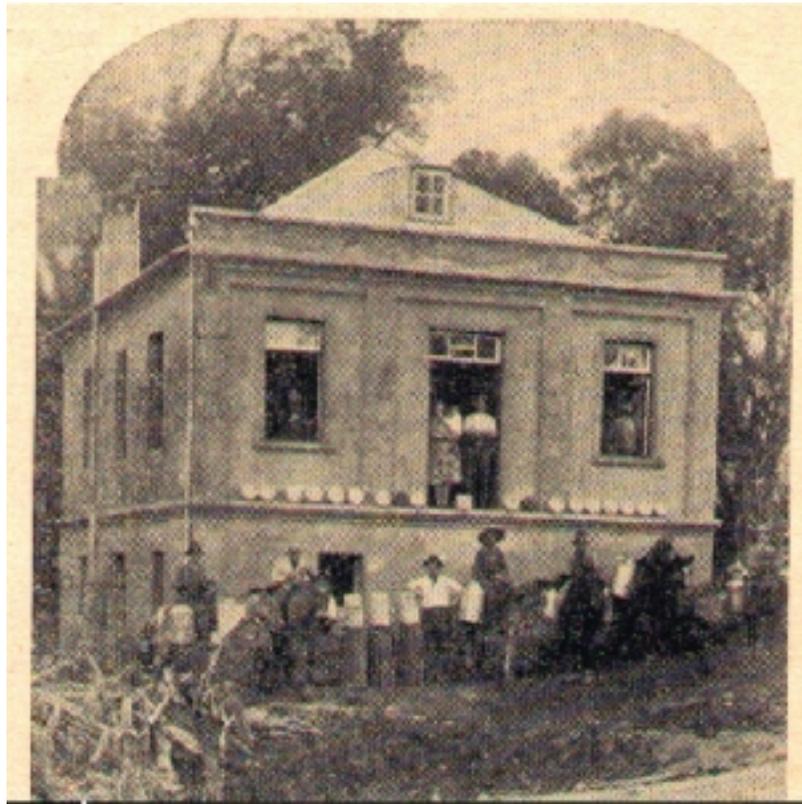
Tab. 5 NÚMERO DE INDÚSTRIAS DOS DISTRITOS QUE VIRIAM A COMPOR

O MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL

Fábricas de queijo	13	Fábrica de chinelos	2
Fábrica manual de calçados	3	Fábrica de lingüiça	1
Fábrica de erva-mate	1	Alambiques	6
Fábrica de gasosa (refrigerante)	1	Fábrica de esquadrias	1
Curtume	1	Serrarias	9
Olarias	4	Funilarias	2

Fonte: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR DO SUL

Foto1. FÁBRICA DE QUEIJOS FLOR DA SERRA



*Nessa foto aparecem alguns leiteiros com seus tarros de leite e queijos postos para secarem. Essa fábrica era pertencente aos Hartmann Irmãos & Cia. que tinham também uma casa comercial em São Salvador (matriz) e uma filial em Linha São Pedro.*

Continuamente o progresso veio chegando, contando além da economia advinda das atividades primárias e secundárias, com o crescimento das atividades comerciais que foram se aprimorando com a chegada do telefone, do telégrafo e as melhorias das estradas vicinais para o escoamento da produção. O ponto de partida para que os ares do progresso passassem a soprar sobre essa localidade foi a Estação Férrea São Salvador. Antes dela, só haviam “picadas”<sup>10</sup>, que posteriormente foram melhoradas em estradas para a locomoção de burros de carga, de cavalos e carroças. A principal estrada

---

<sup>10</sup> Picadas significam vias de acesso feitas a facão e machado. Em dias de chuva, devido à precariedade das mesmas, as mulas, os cavalos e as carroças atolavam no barro.

construída na região (1929 a 1932) foi a Estrada Estadual Buarque de Macedo, que partia de Montenegro, passando por Bento Gonçalves até chegar a Lagoa Vermelha.

Dentre os ramos comerciais disponíveis naquela época, estavam instalados, igualmente, estabelecimentos de prestação de serviços efetuados por profissionais autônomos. Assim, todos os estabelecimentos comerciais da época aparecem na tabela 6.

Tab. 6 ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Casas comerciais	27	Salões de baile	12
Bares	6	Cooperativas	6
Prensamento de alfafa	3	Depósitos de madeira	2
Carpintaria Manual	7	Moinhos a pedra	14
Ferrarias	12	Cantinas	2
Açougues	5	Selarias	2
Descascadoras de arroz	8	Loja de material de construção	1
Sapatarias	5	Marcenarias	3
Oficina de cantaria	1	Loja de Fogões	1
Alfaiatarias	10	Loja de móveis	1
Hotéis	2	Relojoaria	1
Oficina de automóveis	1	Empresa de transportes	1

Fonte: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR DO SUL

Como vimos, na estrutura econômica que se foi articulando, as atividades comerciais e o trabalho dos profissionais liberais como o alfaiate, o sapateiro, o ferreiro, o funileiro entre outros como os médicos e os odontólogos, não ocorrentes na tabela, apresentavam

uma grande variedade das mesmas, o que satisfazia os anseios de consumo da população local.

Foto 2. CASA COMERCIAL



*Esta foi a primeira Casa Comercial do distrito de São Salvador*

No caso dos distritos que irão compor o município de Salvador do Sul o agente econômico fomentador foram as atividades primárias, que por conseqüência levaram à produção industrial e à movimentação comercial e de prestação de serviços.

Essa realidade econômica embasada nas atividades primárias, à primeira vista tão benéfica, trouxe também no seu bojo uma agregação de valor no preço da terra.

## 1.2 A Estação Ferroviária São Salvador

A construção da ferrovia que ligava Montenegro a Caxias do Sul<sup>11</sup> e se estendia por 116,591 km, marcou profundamente a região, inclusive São Salvador. A partir de sua inauguração em 1º de junho de 1910, as atividades comerciais se intensificaram. Os produtores passaram a comercializar seus produtos com os administradores do depósito da Estação São Salvador, que os vendiam para cidades como Porto Alegre e Caxias do Sul<sup>12</sup>. Vários eram os produtos escoados, conforme nos relata um ancião hoje com 95 anos, que comercializava via transporte ferroviário madeira, uva e vinho com destino a Porto Alegre.

“ Na época da Estação Ferroviária tudo aqui era grande. A gente vendia tudo que produzia para Porto Alegre e Caxias. Aqui se plantava de tudo. O produto mais vendido era couro do curtume dos Hummes, além de banha, ovos, palha de tiririca, lenha de talha, queijo, barbaqua (erva-mate só secada e não refinada) e porcos vivos para o frigorífico Renner em Montenegro, fora outras coisas de que agora não me recordo. Nós como somos italianos vendíamos por ano de 50 a 60 mil quilos de uva que iam tudo para Porto Alegre, além de lenha e vinho. Mas algumas coisas também não se produzia aqui, e essas coisas vinham de trem para o armazém de cargas para os comerciantes, que tinham algumas horas para tirar as mercadorias senão pagavam taxas. Esses produtos eram sal, querosene, farinha de trigo e material de construção como areia, ferro e cimento. Todo o material para a construção do Colégio Santo Inácio veio de trem e foi puxado de carroça lá para o morro. O movimento de passageiros também era muito grande, porque os trilhos tinham ligação com todo o Estado e mais tarde lá

---

<sup>11</sup> As linhas que aqui passavam eram: 1- Porto Alegre a Caxias do Sul, 2- Carlos Barbosa a Bento Gonçalves e 3- Bento Gonçalves a Jaboticabal com o tronco sul. Para se chegar a essas localidades a baldeação do trem era feita em Carlos Barbosa. O Guarda Chaves controlava a entrada e a saída dos trens nos desvios. O agente tocava o sininho que sinalizava as compras de passagens (Cf. LERMEN, A. M. G; SPECHT, S; 199, p. 86).

<sup>12</sup> Quando os produtos não eram escoados através da ferrovia, os próprios agricultores levavam seus produtos utilizando cavalos, mulas ou carroças puxadas por seis mulas até o Porto dos Pereira em Maratá, para o frigorífico Renner de Montenegro ou para a estação férrea de Brochier.

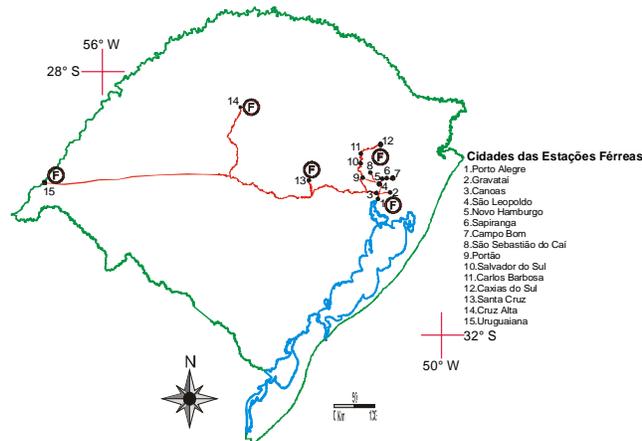
por 1950 – 55, da ferrovia daqui dava para ir até o Rio das Antas, passando por Vacaria e indo até Lages em Santa Catarina. É que os trilhos daqui iam até Carlos Barbosa e de lá bifurcavam parte para Caxias e outra para Bento Gonçalves e foi essa parte de Bento que continuou sendo construída até Lajes. Naquela época, “nossa”, Salvador tinha muito progresso, a gente podia produzir qualquer coisa que se conseguia vender para as cidades grandes, através do trem. Foi uma pena que eles tiraram os trilhos”.

Foto 3. ESTAÇÃO FÉRREA SÃO SALVADOR E DEPÓSITO DE  
MERCADORIAS



*Esta foto foi tirada dez anos após a desativação da ferrovia. Atualmente esses dois prédios estão restaurados e neles se localizam a Oficina Municipal de Artes, no Parque Affonso Cristóvão Wallauer*

Figura 1. PRINCIPAIS CONEXÕES FERROVIÁRIAS COM A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA SÃO SALVADOR



Fonte: Relatório 1943 - Viação Férrea do RS.

A figura salienta a importância estratégica da ligação viária e de se ter uma Estação Ferroviária nas localidades, pois através dela podia-se interagir com os principais centros urbanos do território gaúcho, fator esse que foi sentido em São Salvador nas áreas econômica, social e política.

A Estação Férrea movimentava mercadorias, rendas e pessoas. A população também estava aumentando, gerando aumento do mercado consumidor. O comércio e as pequenas indústrias, como as de queijo, cresciam. A economia da localidade apresentava um crescimento da divisão do trabalho, agregando mão-de-obra dos comerciários, dos autônomos como carpinteiros, sapateiros, serralheiros, alfaiates, ferreiros e funileiros e dos agricultores do meio rural. A agricultura continuava a se destacar.

Em todos os dados bibliográficos do distrito de São Salvador e entorno, é salientada a importância da Estação Ferroviária para o progresso local em todas áreas, como vemos no depoimento lido. Mas, devido à desativação da Estação Ferroviária e a retirada dos trilhos nos anos setenta, não se encontram registros de dados estatísticos da produção escoada na região por transporte ferroviário, dados esses só existentes em nível estadual (anexo 1).

### 1.3 O Colégio Santo Inácio

A questão da Estação Ferroviária, aliada à bela topografia de relevo e à zona limítrofe entre a colonização germânica e italiana, levou a congregação jesuíta a construir neste distrito o Colégio Santo Inácio<sup>13</sup>, para servir de seminário e internato para rapazes. Essa construção envolveu toda a comunidade para prover mão-de-obra, desde o transporte do material de construção da Estação Ferroviária até o terreno do Colégio, passando pela construção propriamente dita. Nos três anos de construção, a população local “só respirava os ares” do futuro Colégio.

Foto 4. COLÉGIO SANTO INÁCIO



*Foto da parte frontal do Colégio Santo Inácio*

Quando esse foi inaugurado, aos dezessete dias de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, a infra-estrutura ainda era muito precária, mas aos poucos foram sendo

---

<sup>13</sup> Cf. LERMEN, A; SPECHT, S; (p. 51, 1999); a história do Colégio Santo Inácio começou em mil novecentos e trinta e quatro, quando a Congregação Jesuíta sentiu necessidade de um lugar saudável para a formação dos futuros padres. No distrito de São Salvador, a congregação encontrou o lugar que procuravam, pois a região era “elevada” e perto de uma estação de trem. Aos quinze dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e quatro foi rezada a primeira missa numa casinha alugada do Sr. Pedro Hummes, sendo nesta data designado o nome de “Colégio Santo Inácio” ao novo estabelecimento.

construídos os campos de esporte, a piscina, o gerador de energia elétrica a água e a cabana, arrumado o jardim e iniciadas as atividades como tambo de leite, a criação de suínos, a roça e a horta, entre outros. Além da comunidade, os alunos também ajudavam a trabalhar nessas atividades funcionais, juntamente com os irmãos jesuítas responsáveis.

Os padres eram responsáveis pela área administrativa, espiritual e pedagógica. Em 1962, o corpo docente da instituição era de 20 professores, tendo matriculados 273 alunos.

Esses alunos vindos de outros lugares como Santa Cruz do Sul, Cerro Largo, Feliz, Tupandi, Bom Princípio; e também de municípios de Santa Catarina, como Itapiranga (etnia alemã) e Nova Trento ( etnia italiana), geraram renda para o comércio local e para as lavadeiras.

#### 1.4 Os Ares Emancipacionistas

A participação política de cidadãos do distrito de São Salvador no município de Montenegro também crescia, com cadeiras no legislativo e no executivo municipal.

Paralelamente, com o aumento da participação desses cidadãos na política municipal, crescia igualmente a vontade da população de formar um novo município, visto que sua produção agrícola, industrial e comercial dava suporte para tanto. Além disto, já se contava mais de 12.000 habitantes, o mínimo de população exigida por lei para o início de um processo de emancipação política.

Para que esse desejo emancipacionista fosse impulsionado, a atividade política de Vice-Prefeito do Sr. José Lindolpho Hummes<sup>14</sup> (única pessoa a ocupar um cargo do executivo municipal que era de distrito e não da sede municipal de Montenegro) e dos Vereadores no decorrer das três legislaturas, foram de suma importância. Em meados de 1960 formou-se então a comissão emancipadora.

A coalizão da população pela causa emancipacionista foi tanta que através da Lei nº 4532 de 15 de julho de 1963 foi autorizada a realização de consulta plebiscitária nos Distritos de São Salvador, de Barão e parte dos distritos de Tupandi (localidades de Santa Rita, Julio de Castilhos e Babilônia), Harmonia (localidades de Linha Bonita Baixa e Dom Diogo), Poço das Antas (localidades de Poço das Antas, Boa Vista e Santa Inês) e Maratá (localidades de Encruzilhada do Maratá e Linha Comprida, todos pertencentes ao Município de Montenegro.

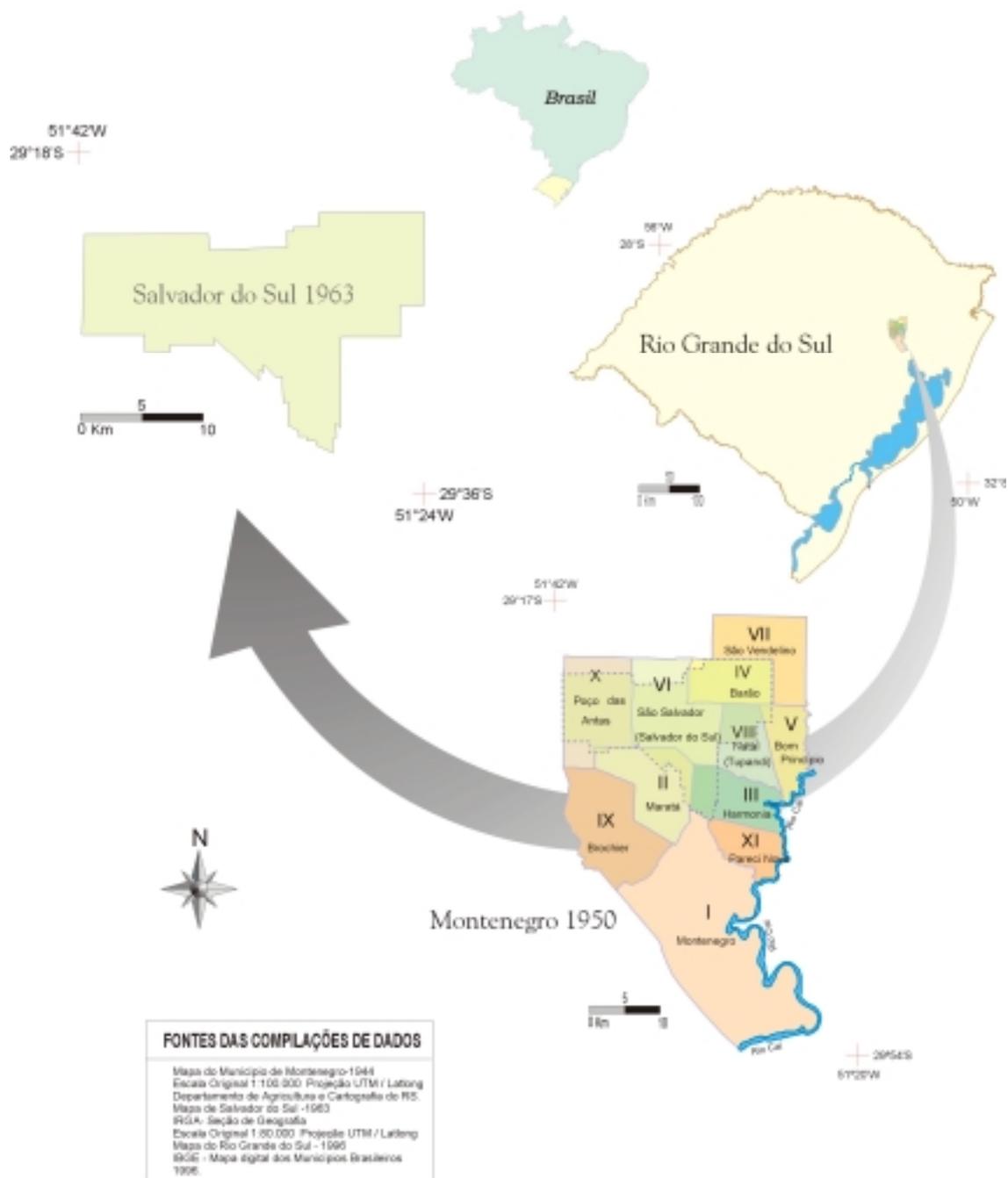
Essa consulta plebiscitária consolidou a proposta de emancipação política. Em 9 de outubro de 1963, através da Lei nº 4.577, foi criado o município de Salvador do Sul, abrangendo todas as localidades que participaram da consulta plebiscitária.

O novo município está cartografado no mapa 1, de localização de Montenegro 1950 e Salvador do Sul 1963 no Rio Grande do Sul.

---

<sup>14</sup> José Lindolpho Hummes foi o primeiro prefeito do município de Salvador do Sul.

# MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTENEGRO 1950 E SALVADOR DO SUL 1963 NO RIO GRANDE DO SUL



Na estrutura populacional, econômica e social do novo município, com uma população de 15.240 habitantes, havia uma variedade de atividades econômicas apoiadas por uma infra-estrutura como: estação férrea, estradas, indústrias e casas comerciais, visto que o município havia criado, em função da sua característica primeira que era agrária, todos os requisitos para a formação do centro urbano. A região que compreendeu esse município, até mesmo antes de sua emancipação política, era próspera, sendo seus imóveis e terras nem sempre possíveis de serem adquiridos por todos que o almejavam, por não ser essa região uma terra inóspita.

## 1.5 O Município de Salvador do Sul como Espaço Repulsor de População

A organização espacial do recém emancipado município de Salvador do Sul, em função de sua economia predominantemente primária, onde se destacava a suinocultura, o tambo de leite e a avicultura na pecuária, e o cultivo de grãos e da acácia negra para o fabrico de carvão vegetal, tinha em sua população a predominância da mão-de-obra rural.

Mas, para esse tipo de mão-de-obra, é necessária a terra, um bem imóvel que necessita de capital para ser adquirido. Os filhos solteiros trabalhavam para e com os pais. Mas quando esses filhos casavam, a situação mudava e assim desnudava-se uma problemática.

Para os novos casais que se formavam, o acesso à terra era mais difícil, pois a família ainda era muito patriarcal. Portanto, enquanto o filho “ficasse sob o teto do pai”, ele trabalhava para a família e o pai controlava o dinheiro. Por ocasião do casamento dos filhos, muitos pais não tinham condições financeiras para comprar um lote de terras para dar a esse filho ou filha trabalhar e se sustentar, já que as famílias tinham em média dez filhos. A divisão de parte da propriedade paterna em prol dos filhos que se casavam

tornava-se praticamente inviável, visto que a maioria das propriedades eram de pequeno porte. Essa realidade levou à formação de uma população jovem que ficava à margem do sistema produtivo, de mão-de-obra rural. Esses, normalmente, ficavam morando com os pais ou trabalhavam como arrendatários.

Conforme o censo agropecuário de 1960, o então futuro município de Salvador do Sul possuía 2.510 propriedades agrícolas. Essas propriedades rurais eram constituídas, na maioria das vezes, por pequenos agricultores, sendo 200 propriedades de 1 a 5 hectares, 800 propriedades de 5 a 10 hectares, 1300 propriedades de 10 a 20 hectares e 210 propriedades de mais de 20 hectares.

Além dessa questão, havia o aumento progressivo do valor da terra, que tornava sua aquisição mais difícil, conforme GUIMARÃES, (1979, p.165); aumento que também deve ter ocorrido com as terras de Salvador do Sul, que já estavam aptas para o cultivo.

Mas, já desde 1950, surgira uma alternativa econômica para essa mão-de-obra rural, a *Fronteira Agrícola que se formava na região do Oeste Catarinense* - no Vale do Rio do Peixe e principalmente no Vale do Rio Uruguai, que oferecia terras a um preço mais baixo.

Essa oferta de terras levou a um fluxo emigratório, facilitado pela ação de empresas colonizadoras que vieram ao Rio Grande do Sul, nas denominadas Velhas Colônias<sup>15</sup> (Vale do Caí, Sinos e Taquari) propagandear sobre as terras virgens, férteis e baratas, disponíveis no Oeste Catarinense. Inicialmente, a medida mais eficiente para iniciar esse fluxo migratório foi a dos “agentes vendedores, os chamados propagandistas”, que se valiam do convencimento dos compradores, e recebiam um percentual de 10% sobre o valor da transação imobiliária.

---

<sup>15</sup> As colônias Velhas do Rio Grande do Sul localizavam-se na depressão central e encosta inferior e superior do planalto. (Cf. Rückert, A; 1997, p. 99).

“No que diz respeito à venda dos lotes, as informações obtidas apontam que inicialmente, em Palmitos, uma colônia custava em torno de “dois contos de réis” quando nas colônias velhas o custo seria “de 15 a 20 contos de réis”. Essa acessibilidade permitia aos deserdados das pequenas propriedades do Rio Grande do Sul adquirirem terras em Santa Catarina” (RENK, A; 1997, p.86).

Esse preço acessível da terra levou a um fluxo intenso de migrantes das Colônias Velhas<sup>16</sup> do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina, neste estudo Montenegro e Salvador do Sul, migração esta predominante no período de 1950 a 1970, como vemos no mapa 2 do Fluxo Emigratório do Município de Montenegro e Salvador do Sul – RS de 1950 à 1970.

---

<sup>16</sup> Ver tabela 8, capítulo II.

MAPA 2. FLUXO EMIGRATÓRIO DO MUNICÍPIO DE  
MONTENEGRO E SALVADOR DO SUL - RS  
de 1950 à 1970



Os primeiros casais que partiram ao Oeste catarinense, passaram a se comunicar através de cartas com os parentes que haviam ficado, contando maravilhas sobre esse novo “chão”. Esses elos de parentesco e amizades estimularam mais casais e famílias a migrarem para aquela região, as Colônias Novas.

Nessa primeira corrente migratória, os agentes fomentadores foram os aspectos econômicos e de parentesco. A propaganda dos primeiros emigrantes para os amigos e familiares que ainda estavam domiciliados nas velhas colônias, através de cartas, dessa nova fronteira agrícola com terras férteis e produtivas, levou a acentuar o número de migrantes para se domiciliarem nesse novo espaço vivencial. Esse aspecto da formação de comunidades agrícolas no Oeste Catarinense, com pessoas provindas dos mesmos municípios gaúchos de origem, mostra a força dos primeiros migrantes de acentuar o fluxo migratório e *levar consigo migrantes parentes e amigos*. Essa realidade reproduziu nessas terras tramas sociais do seu local de origem, que englobam as relações interpessoais desses emigrantes, visto que uma *rede*<sup>17</sup> se configurou nos recursos relacionais com que contaram os migrantes neste fluxo migratório.

“As redes constituem sistemas geralmente lineares e contínuos, que permitem a circulação das matérias, da energia, das populações e dos bens, entre diferentes pontos do espaço humanizado. (...) As redes permitem as trocas no interior de uma coletividade ou entre as diversas coletividades. A organização do ecúmeno é feita por redes entrecruzadas cuja trama constitui um dos elementos essenciais da integração do espaço entre os pontos habitados” (DOLFUSS, Olivier; 1973, p. 66).

Sob o aspecto econômico, em meados de 1950-1970, o território que logo mais se tornaria o município de Salvador do Sul, bem como toda a região circunvizinha, revelava características sócioeconômicas repulsoras pelo elevado preço da terra. A

---

<sup>17</sup> Ver também Milton Santos (1997, p.208) e Claude Raffestin (1993).

região do Oeste Catarinense despontava como uma alternativa viável para esses migrantes, visto que essa população escolheu a migração como alternativa para sua reprodução.

Esses migrantes igualmente fizeram parte da mobilidade do mercado de trabalho. Na Sociedade Moderna, o trabalho para a subsistência ou para acúmulo de capital é o principal agente da mobilidade espacial, quase não tendo importância aspectos como vocação, ética ou satisfação profissional. O que importa é que as oportunidades de trabalho supram a subsistência e a ascensão social.

Esses emigrantes gaúchos, porém, tiveram saliente sua vocação agrícola, já que as oportunidades de trabalho em centros urbanos gaúchos para pessoas vindas da zona rural eram possíveis já naquela época. O fluxo migratório para o Oeste Catarinense atendeu ao objetivo básico dos migrantes: a ascensão social através do manuseio e cultivo de terras próprias, em pequenas propriedades familiares e, em consequência deste processo, ocorreu a formação, em território catarinense, de concentração de migrantes, que preservaram muitos hábitos e costumes, diminuindo os saudosismos da Terra Natal.

Dentre esses hábitos, reproduziu-se no território Catarinense a formação de famílias com grande prole que forneceria a mão-de-obra braçal necessária para o trabalho nas atividades agrícolas.

A trajetória agrícola no Estado do Rio Grande do Sul, denominada de “sistema colonial gaúcho<sup>18</sup>”, desde meados de 1890, passou por duas etapas de mudanças e

---

<sup>18</sup> Segundo Schneider APUD Silvestro, (1995, p.46); a regressão do “sistema colonial gaúcho” subdivide-se basicamente em dois períodos: o primeiro que vai de 1890 até o final da República Velha, inicia com a queda da exportação de milho e mandioca, passando os colonos a utilizá-los na engorda de suínos destinados à produção de banha. Dentre as principais características deste período podem ser citadas: queda crescente da produtividade agrícola da colônia, e a ampliação da produção dos outros Estados brasileiros como São Paulo e Minas Gerais. O segundo período inicia no final da República Velha e

adaptações. O esgotamento deste sistema colonial levou ao fechamento no Estado do Rio Grande do Sul da “fronteira agrícola”, e esse clímax da ocupação humana nas terras gaúchas levou este Estado de tradição imigrante a uma realidade nova até então: *“um intenso Êxodo Rural – Rural de Agricultores Gaúchos do município de Salvador do Sul e região denominadas de Velhas Colônias, para a Fronteira Agrícola do Oeste Catarinense que passou a ser denominado Novas Colônias”*.

---

estende-se até por volta de 1950. Neste período cresce a produção agrícola das regiões do Alto Uruguai e Oeste Catarinense, as chamadas “colônias novas”.

## **CAPÍTULO II**

# **O ESPAÇO DO OESTE CATARINENSE EM FORMAÇÃO ATÉ A CHEGADA DOS MIGRANTES DE SALVADOR DO SUL**

### **2. Princípios da Colonização do Oeste Catarinense**

A região do Oeste Catarinense tinha como população inicial, em sua grande maioria, os índios Kaingangs. Essa região servia de rota para as tropas de gado que eram levadas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Em meados de 1700, na região denominada Vale do Rio do Peixe, algumas terras foram doadas em forma de sesmaria a um bandeirante paulista chamado “Morgado de Matheus”. Aos poucos surgiram também neste vale os primeiros “desbravadores”, ou melhor, os caboclos. Eram os bandeirantes paranaenses - homens pobres livres, escravos e fazendeiros, vindos de Guarapuava, estabelecendo-se a maioria como posseiros.

A região por nós analisada se dividia em: Vale do Rio do Peixe e Vale do Uruguai, sendo atualmente também denominadas respectivamente de Meio-Oeste e

Extremo-Oeste, da região oeste de Santa Catarina, como vemos no mapa 3. Esta começou a despontar no cenário nacional a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul pela Empresa Brasil Development and Colonization Company<sup>19</sup>, que teve sua conclusão em fins de 1910.

---

<sup>19</sup> Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, (1990, p.93); essa empresa construiu o trecho Paraná - Santa Catarina, que em 1908 passou para as mãos da Brasil Railway Company, empresa norte-americana ligada à poderosa truste Farquhar que, além de negócios ferroviários, lidava também com frigoríficos, papel, madeira, pecuária e colonização. Além disso, a Brasil Railway criou uma subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que passou a especular com terras e serrarias, vindo a ser a maior empresa madeireira da América do Sul. A especulação com terras e colonização, que tanto revoltava a população rural, era também feita por outras empresas estrangeiras, sob a cobertura política dos coronéis, bem como dos Governos de Santa Catarina e Paraná.

### MAPA 3. LOCALIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE EM 1950



Essa ferrovia ao longo dos seus vinte anos de construção foi protagonista de uma série de escândalos administrativos e financeiros. Ao término da obra, o governo não teve condições de pagar a empresa construtora. Para saldar a dívida, o governo repassou para a referida empresa de 9 a 15 quilômetros de terras a cada margem da ferrovia, para serem colonizadas, ao longo dos 375 quilômetros de trilhos, que cortavam a região Oeste de Santa Catarina.

Estas terras então pertencentes à empresa construtora da ferrovia passaram a ser vendidas a empresas colonizadoras que, por sua vez, as comercializava com pequenos colonos. Essa construtora começou sua política de colonização expulsando os posseiros que viviam nessas terras, agravando as tensões já existentes.

Estas decorriam da Lei de Terras de 1850, que retirou o direito dos caboclos (brasileiros nativos) do uso das terras públicas ou devolutas, na época do Governo Imperial. Os posseiros passaram a ser expulsos das terras em que suas famílias sempre viveram, realidade essa que detonou vários levantes populares de caboclos contra o governo, como a revolta de Canudos no Nordeste, em meados de 1870.

Na região no Vale do Rio do Peixe, pelo mesmo motivo, ocorreu a Guerra do Contestado, que foi a maior revolta de caboclos em termos de duração e resistência ao exército, contra o Governo.

Paralelamente, o Oeste Catarinense era uma região de litígio, cobiçada até pela Argentina, que queria estender suas terras até a área de Chapecó; e pelos governos do Paraná e Santa Catarina, época em que as províncias eram bastante autônomas, com fortes poderes das oligarquias regionais.

“A região em causa, disputada desde meados do século XIX, era fonte contínua de atritos. No início do século XX, a questão se agrava com uma competição econômica. Chocavam-se no Planalto Norte duas frentes de expansão ervateira, a paranaense, com sede em União da Vitória e a catarinense, a partir de Canoinhas. Os conflitos armados se generalizaram, existindo intervenção federal. Essa a famosa questão do Contestado, que fez convergir para a região que lhe serviu de palco todas as contradições de um sistema, que a conjuntura aguçava, tornando inevitável a explosão. Coronéis e empresas estrangeiras contra posseiros; os dois Governos Estaduais, ao mesmo tempo dando cobertura ao capital estrangeiro e, entre si, disputando a jurisdição sobre a área de fartos recursos econômicos” (IPEASC, 1990, p.95).

Nessa região eram muito comuns os andarilhos, pessoas que vagavam pela região e se hospedavam nas casas por onde passavam. Dentre esses, o mais famoso foi José Maria, uma mistura de profeta e mensageiro. Entre suas pregações dizia que iria ressurgir depois de sua morte. Em meados de 1896-1898, o mesmo desapareceu, sendo que na literatura histórica seu destino é desconhecido.

Quando a Guerra do Contestado começa, em 1912, um soldado desertor carioca, que dizia ser o José Maria ressurgido, passou a liderar os caboclos, apoiados pelos pequenos comerciantes da região, contra o governo que havia desde o início da República começado a aplicar a Lei de Terras no Sul do País, sendo que esta a última região em que essa lei imperial passou a ser aplicada.

A aplicação dessa lei em Santa Catarina tardou, pois não havia na região nenhum fator de fomento que levasse a um processo de colonização, tendo sido então a construção da ferrovia o desencadeante do mesmo.

Os revoltosos resistiram durante quatro anos contra o as forças do exército, o que terminou em 1916<sup>20</sup>. Terminada a guerra, os caboclos ainda remanescentes foram

---

<sup>20</sup> Em 1916 o líder foi preso em Lages, sendo que tempos depois tentou fugir da prisão e foi assassinado.

reassentados no sudoeste do Paraná, região esta que atualmente compreende os municípios de Pato Branco e Clevelândia.

## 2.1 A Colonização por Migrantes Gaúchos

As terras do Oeste Catarinense, concedidas à Empresa Ferroviária, foram legalizadas pelo governo de Santa Catarina. As mesmas tiveram um prazo para venda a empresas colonizadoras, sendo que as não vendidas voltariam ao governo catarinense como terras devolutas. Paralelamente a estas, que margeavam a ferrovia, grandes extensões de terras da região do Vale do Rio Uruguai foram vendidas diretamente pelo governo estadual às empresas colonizadoras como a Sul Brasil. Algumas áreas de terras do Vale do Rio Uruguai, que em 1808 já se haviam tornado sesmarias, foram reincorporadas pelo governo e doadas a uma colonizadora, caso das localidades de Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga e parte de Mondaí, que nas mãos da colonizadora rapidamente foram elevadas ao registro de Capela, em 1853, além dos municípios mais recentes como São João d'Oeste e Tunápolis.

A partir da Lei de Terras, em todo país as políticas de colonização buscaram vender as terras em pequenas parcelas para agricultores que viriam a desenvolver a agricultura familiar. Nas regiões do Vale do Rio do Peixe e do Vale do Rio Uruguai, o processo de colonização ocorreu da mesma forma, atraindo pequenos agricultores para essa nova frente agrícola que se formava.

Esta constituição de terras de propriedades de agricultura familiar foi o embasamento para a imigração de agricultores descendentes de europeus vindos das “colônias Velhas do Rio Grande do Sul” para o Oeste de Santa Catarina, região de 25,3 mil km<sup>2</sup>, que se estende desde o Planalto Catarinense até a fronteira com a Argentina, que mais tarde se tornariam grande parte da população rural do Oeste de Santa Catarina.

*“A eficácia do projeto colonizador requereu agente humano, cujo modelo foi o do descendente de europeus, vindos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Este é um aspecto que traz similitudes com a ideologia da colonização européia no país, tendo como protagonistas os colonos trabalhadores “construtores de progresso e civilização” (grifo da autora). Ressalte-se, no entanto, que excluía a população posseira, constituída pelos Brasileiros. A exclusão dessa camada populacional encontrou justificativa e legitimação na ideologia da colonização, no modelo de colono que conviria a um “país com vocação agrícola” ( RENK, Arlene; 1997, ps.75-76).*

Esses colonizadores advindos do Rio Grande do Sul começaram a migrar ao Oeste de Santa Catarina a partir da Primeira Guerra Mundial, sendo que o momento mais forte deste fluxo foi a partir dos anos 40-50.

*“A estrada de ferro atraiu magneticamente grande número de colonos descendentes de alemães e italianos do Estado do Rio Grande do Sul, (...) Este é um caso raro de uma “captura econômica” numa zona pioneira: o oeste remoto de Santa Catarina não foi desbravado a partir do litoral, mas por povoadores que vieram do sul e que exportam os seus produtos para um mercado localizado a grande distância, mais ao norte” (WAIBEL, Léo; 1979, p.293).*

A propaganda de terras férteis e baratas no Oeste Catarinense seduziu gaúchos de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, e entre os municípios constituintes das “Colônias Velhas”, agricultores do município de Montenegro, que passaram a migrar para a região Oeste de Santa Catarina a partir de 1950.

Essa fronteira agrícola, porém, ao longo dos anos sessenta, foi-se esgotando, sendo que em 1970 essas terras também já tinham alto valor para compra, visto que já haviam sido compradas e na maioria desbravadas por pequenos agricultores.

## 2.2 A Inserção dos Migrantes no Novo Espaço Vivencial

Os migrantes vindos do Rio Grande do Sul eram descendentes de um modelo de produção agrícola que tinha por base a realização de queimadas e a rotação de culturas. Com a utilização do pousio, havia a necessidade de incorporação de novas terras a esse sistema. Outro fator determinante deste processo foi a fragmentação das propriedades de agricultura familiar gaúchas em razão das partilhas de terras por herança<sup>21</sup>.

Em Santa Catarina, primeiramente os descendentes de alemães colonizaram os vales e encostas do Rio Uruguai e as terras mais planas do Vale do Rio do Peixe, ficando os descendentes de italianos localizados nas áreas com maior declividade. À medida que as terras planas foram sendo ligeiramente ocupadas, as mesmas foram-se rareando, o que a partir dos anos sessenta, levou as terras ainda existentes e de declividades maiores a serem colonizadas por igual pelas duas etnias.

A migração de gaúchos do município de Montenegro, posteriormente Salvador do Sul, no início da década de 50 foi de pequeno porte mas, à medida que essas famílias migravam, estendiam o convite aos seus parentes. Essa rede familiar teve papel relevante para a aceleração do fluxo de migração de agricultores para o Oeste Catarinense. Vale ressaltarmos, porém, que o objetivo principal dos mesmos era a melhoria das condições de vida através da produção primária em terras próprias. “O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida” (WAIBEL, Léo; 1979, p.281).

As propriedades adquiridas por esses colonos em Santa Catarina eram em média de 15 hectares e cobertas de mata nativa. Ao chegarem a esse novo espaço, eles

---

<sup>21</sup> Assunto exposto no capítulo I.

desmatavam uma área próxima das “picadas”<sup>22</sup>, já utilizando essa madeira para a construção dos estábulos e demais componentes de infra-estrutura.

A busca de melhores padrões de vida levou alguns colonos a adquirirem uma área maior de terras do que o potencial de exploração pela mão-de-obra familiar, para serem usadas quando os filhos casassem, dado o pouco preço dessas terras oestinas e o seu potencial agrícola. “As terras podiam ser parceladas em até 36 meses, com juros anuais de 8%. Não raro, os colonos trabalharam na abertura de estradas como pagamento dos juros” (RENK, 1997, p.86). Essas terras, que eram adquiridas para serem utilizadas em anos posteriores, eram as áreas mata adentro, já que as terras próximas das estradas após sua comercialização tinham um prazo de 5 a 18 meses para serem ocupadas.

“A agricultura familiar no Sul do País até o final dos anos 1960 é portanto, antes de tudo, uma máquina de produzir novos agricultores familiares”. “Para isso é necessário garantir a instalação de outros membros da família num processo migratório de abertura de fronteira agrícola que se estendeu, a partir dos anos 1930, do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul até o Oeste de Santa Catarina” (ABRAMOVAY, Ricardo; et alli. 1997, p.13).

A facilidade inicial de se comprar terras para uso imediato e outros lotes para os filhos se expressou igualmente entre os migrantes de Montenegro, como podemos ver no depoimento, que segue, de um casal de agricultores que moravam em Barra Palmitos e atualmente residem no centro de Palmitos.

“Quando nós viemos pra cá, uma colônia era de uns vinte hectar. Nós tinha ganhado dinheiro do sogro pra paga quando podia, pra comprar uma colônia. *Quando a gente tinha comprado essa colônia apareceu do lado mais um bom pedaço de terra pra vende.* Aí eu fui de volta pro Rio Grande falar com o sogro pra compra os outros doze hectar. Aí quem me empresto dinheiro foi o pai, que tinha emprestado do vizinho dele.

---

<sup>22</sup> As picadas eram estradas feitas com ferramentas manuais como o facão e o machado.

*Aí comprei. Era terra demais pra mim e pra mulher, mas eu queria deixa um pouco pros filhos já que a terra era do lado. Na época os porco e os milho era tão bom negócio que em cinco anos eu tinha pago todos meus empréstimos. Nós fazia dinheiro. Só não comprei mais terra porque parecia que tava adivinhando que na velhice que nós ia fica sozinho, já que nenhum filho quis fica com a terra. Foram tudo embora. A gente morre de saudade, mas que vamo faze, não podemo faze mais do que oferece as terras, com estrebaria e casa em cima. Sozinho não dá pra nós fica lá. Aí compramo essa casinha aqui na vila, que a gente vai termina de paga no fim-do-ano. Nem agregado a gente acho pra mora lá. Tá tudo abandonado”<sup>23</sup>.*

À medida que o tempo foi passando, porém, a facilidade de acesso à terra pelos migrantes que primeiramente chegaram à região do Oeste Catarinense foi-se transformando. Alguns casais de migrantes precisaram primeiro trabalhar como arrendatários, para após alguns anos ter capital para adquirir suas terras, pois à medida que elas iam se esgotando, seu preço ia aumentando.

Essa realidade foi reflexo de uma dinâmica ocorrente em quase todas as frentes agrícolas que se formaram ao longo do tempo, quando, com o esgotamento das suas terras, o acesso a elas fica restrito. No Oeste Catarinense, o fechamento da frente agrícola ocorreu no início dos anos setenta.

### 2.3 O Crescimento Populacional Advindo dos Migrantes

A região do Oeste Catarinense, como vimos, foi colonizada por migrantes, muitos deles vindos do Rio Grande do Sul. Os migrantes vindos a partir de 1950 da localidade de São Salvador, em 1963 município de Salvador do Sul, se estabeleceram nas localidades rurais de Palmitos, São Carlos, São Miguel d’Oeste e Porto Novo (atual

---

<sup>23</sup> O final do depoimento expressa um realidade que se manifestará a partir do final dos anos oitenta e que será tratada no capítulo V.

Itapiranga). Essas localidades no início dos anos cinquenta, pertenciam todas ao município de Chapecó <sup>24</sup>.

Para uma melhor compreensão desse processo migratório, partimos nossa análise dos dados censitários de 1950 dos municípios do Oeste de Santa Catarina, referidos neste trabalho.

Tab. 7 POPULAÇÃO ABSOLUTA DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1950, 1960 E 1970

	1950	1960	1970
Município	Pop. Absoluta	Pop. Absoluta	Pop. Absoluta
Chapecó	96.624	52.089	-
Itapiranga	<b>780</b>	<b>15.011</b>	<b>20.277</b>
Palmitos	<b>881</b>	<b>12.549</b>	<b>14.165</b>
São Carlos	<b>671</b>	<b>25.395</b>	<b>10.718</b>
São Miguel d'Oeste	-	<b>19.359</b>	<b>22.355</b>

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950, 1960 e 1970 – IBGE

O município de Chapecó tinha na sua constituição territorial, em 1950, onze vilas oficiais quantificadas pelo censo, entre as quais aparecem as vilas dos futuros municípios de Itapiranga, Palmitos e São Carlos, emancipados no decorrer da década de cinquenta. O município de São Miguel d'Oeste também se emancipou, em 1954, de

---

<sup>24</sup> O nome desses municípios foram encontrados através de uma pesquisa de campo desenvolvida em 1999, em Salvador do Sul com os filhos e netos desses migrantes, que deram os nomes dos municípios onde nasceram em Santa Catarina e onde seus pais ainda estão domiciliados, dados esses confirmados por esses pais em outra pesquisa de campo realizada em 1999 no Oeste de Santa Catarina.

Chapecó, apesar de não constar como vila nos registros censitários de 1950. Essas perdas territoriais, aliadas à emancipação de outros municípios deste, levaram a uma queda da população absoluta do município mãe.

A partir do censo demográfico de 1960, os dados do município de Chapecó não são mais analisados neste trabalho, visto que a população vinda do distrito de São Salvador no Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense no início do fluxo migratório dirigiu-se para o interior do município de Chapecó. No período de 1960 e 1970, a população em todos os municípios abordados teve um crescimento visível, sendo que os migrantes gaúchos contribuíram para esse aumento populacional.

Tab 8. GAÚCHOS IMIGRANTES RESIDENTES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1960 E 1970

Municípios	1960		1970	
	Número de imigrantes gaúchos na população total	% de imigrantes gaúchos na população total	Número de imigrantes gaúchos na população total	% de imigrantes gaúchos na população total
Itapiranga	5.918	39,42%	6.393	31,53%
Palmitos	6.986	55,67%	6.518	46,01%
São Carlos	13.345	52,55%	3.620	34,95%
São Miguel d'Oeste	12.802	66,13%	12.259	54,84%

Fonte: IBGE

Partindo dos dados das tabelas 7 e 8, conforme já arrolado, o crescimento populacional foi significativo e o número de migrantes gaúchos na composição da população local foi bastante expressivo. Em 1960, nos municípios de Palmitos, São Carlos e São Miguel d'Oeste, os gaúchos compunham mais da metade da população absoluta, sendo que em Itapiranga alcançavam quase 40%.

No decorrer dos dez anos que se seguiram, o fluxo migratório de gaúchos rumo ao Oeste Catarinense continuou, mas esses migrantes já estabelecidos em 1960 tiveram filhos, sendo que a média de filhos por família era de 7, o que veio a aumentar também o número de catarinenses nos números da população absoluta até os anos 70. Assim, analisando-se os dados de 70, percebemos que somente em São Miguel d'Oeste os gaúchos excediam a 50% da população. Nos demais municípios, a média de gaúchos oscilava entre 31,53% e 46,01%. Esses dados foram quantificados até 1970, época do fechamento da fronteira agrícola<sup>25</sup>.

## 2.4 O Espaço Oestino e a Construção da Identidade Local

O desbravamento dessas terras começou com o desmatamento das propriedades seguido de queimadas, etapa essa que deixava pronto o solo para o plantio. O clima é similar ao do Rio Grande do Sul, com grande amplitude térmica, a temperatura variando entre 35°C no verão e alguns graus abaixo de zero no inverno, ocorrendo também geadas e neblina. Esse clima de similaridade entre o espaço gaúcho e o espaço oestino proporcionou certa segurança quanto à produção agrícola que viria a ser desenvolvida, em função da compatibilidade climática, visto que esses migrantes partiram ao oeste

---

<sup>25</sup> Não existem registros de dados de emigrantes somente do município de Montenegro, mais especificamente Salvador do Sul. Nesta pesquisa não foram encontrados meios que pudessem quantificar, hodiernamente, esses números.

catarinense em busca de melhorias econômicas. Um gaúcho que migrou em 1960 a São Miguel d'Oeste nos disse:

“quando eu saí de casa (interior de Montenegro) tinha muito medo que aqui eu ia ficar mais pobre ainda, porque para comprar as terras aqui gastei todas as minhas economias e o pouco que ganhei do pai e do sogro. *Graças a Deus aqui o tempo era que nem lá, sem secas nem muita chuva* e deu para plantar de tudo, que dava bem. Além disso a terra era muito melhor. Eu colhia milho e milho que nem louco”.

Essa boa relação entre o espaço físico e o sistema produtivo foi de grande importância na construção deste novo espaço vivencial, visto que satisfazia o objetivo básico que os levou a migrar.

O pouco conforto e a vida dura possibilitaram a construção de uma identificação com o novo espaço. Uma rede de amigos e parentes próximos levaram esses colonizadores a estabelecerem um território, emanado de relações humanas e culturais. Nessas relações humanas se salientava a manutenção da língua alemã como a usual e a solidariedade entre os vizinhos, amigos e parentes domiciliados nas imediações em caso de doença, morte e festividades na igreja. Nos domingos à tarde iam tomar chimarrão nas vizinhas e os homens jogar cartas nos bares da localidade.

Esse espaço vivencial mesclou traços da cultura trazidos primeiramente pelos germânicos ao Brasil, posteriormente adaptados ao Rio Grande do Sul, e as características desse novo território (catarinense), onde houve a agregação e a perda de alguns traços culturais anteriores como a festa do Kerb, como diz um migrante residente em São Carlos: “*o que a gente não fez aqui foi os Kerb, como lá no Rio Grande. Acho que era porque a gente no início tinha pouco dinheiro e um Kerb custava caro*”.

A cultura própria que se foi criando gerou elos de afetividade com o Oeste Catarinense, culminando numa identidade local, onde as diretorias das sociedades recreativas, das igrejas e dos círculos de pais e mestres e afins foram se constituindo

também por esses migrantes. Além dessas, de outras formas os mesmos foram construindo história no espaço oestino, deixando suas marcas e, acima de tudo, demonstrando afeição por esse lugar, a ponto de não quererem emigrar novamente, como nos coloca um migrante residente em Linha Esperança – Palmitos :

“eu gosto daqui, acho mais bonito que no Kappesberg. O Uruguai (rio) que passa aí nos fundos da nossa terra é muito bonito, pena que foi enchendo de veneno dos milhos e feijão. A terra é muito boa. Eu não ia querer voltar. Eu quero enterrar meus ossos aqui”.

Esse depoimento demonstra que neste novo espaço vivencial, que se configurou no Oeste Catarinense, os migrantes gaúchos construíram uma identidade com o espaço local, onde os aspectos de ordem física, relacionados com as relações de reciprocidade entre eles e seus traços culturais, culminaram num sentimento de apropriação e domínio do território, como Roberto Bustos Cara ilustra:

“o território pode ser definido como uma objetização multidimensional da apropriação social do espaço, pois a territorialidade, como qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo levam a uma base de imagens, representações e projetos, o que forma a consciência do seu espaço de vida” (1995, p.67).

Com o passar do tempo, essa consciência do seu espaço de vida aumentou e os levou a fazerem projetos também para a velhice, onde o que os torna satisfeitos com o local não é mais a melhoria das condições de vida, mas sim, a manutenção dos elos de afetividade com as demais pessoas da comunidade. Suas vidas já foram alicerçadas nesta configuração do espaço do Oeste Catarinense e o objetivo, então, é permanecer domiciliados aí, mas com uma diferente apropriação do tempo, como expõe uma migrante domiciliada em Sede Oldenburg – Palmitos:

“nós aqui temos também o grupo da terceira idade e vamos nos bailes dos velhos e das velhas que não tem aqueles barulhos que os jovens gostam e que chega doer dentro do peito (risos). Nós mulheres uma tarde por semana se juntamos para tomar chimarrão e jogar bolão. Estamos quase todas aposentadas, por isso temos que viver. Já trabalhamos de chega, limpando esses matos quando chegamos há quarenta anos atrás e enchemos tudo de milho, e os homens jogam muito mais cartas que nós bolão”.

## 2.5 A Permanência de Elos com o Rio Grande do Sul

Os elos de identidade local com o Oeste Catarinense foram-se constituindo gradativamente. No início desse fluxo migratório, se evidenciava a permanência de elos desses migrantes com seu espaço vivencial anterior. Naquela época a capital para as pessoas era Porto Alegre e não Florianópolis.

Os meios de comunicação disponíveis até os anos setenta eram jornais e revistas vindas do Rio Grande do Sul e as rádios sintonizadas eram de cidades gaúchas. Por saberem dos acontecimentos que ocorriam no solo gaúcho, eram esses os assuntos das rodas de conversa, das quais se destacava a política e o futebol.

Nas questões econômicas, o Rio Grande do Sul inicialmente continuou presente, principalmente nos municípios localizados no Vale do Rio Uruguai. Os produtos agrícolas produzidos e a madeira das colônias localizadas na margem catarinense do rio Uruguai como Itapiranga, Palmitos e São Carlos eram comercializados com as cidades gaúchas localizadas no outro lado da margem. A assistência médica e odontológica, bem como as compras domésticas, eram realizadas em sua maioria no lado gaúcho, onde as cidades já eram mais desenvolvidas. O escoamento dessa produção era bastante difícil na época, sendo realizado geralmente por balsas.

Com o passar dos anos, essa relação foi-se atenuando, não se extinguindo totalmente. Economicamente a região oestina, que foi uma grande produtora de grãos e

suínos e atualmente se dedica mais à avicultura, continuou a manter relações comerciais, permeadas pelas cooperativas e agroindústrias.

Afetivamente, destacam-se ainda hoje a política e o futebol, além das músicas como nos coloca um filho de migrante, hoje viúva, residente no Centro de Palmitos:

“eu faço uns biscates animando festas com som. Se eu soubesse que tu vinhas para cá teria pedido para trazer junto um CD do Musical Energia lá de Salvador (Salvador do Sul – RS), pois eles vieram aqui no mês passado e tocaram em vários bailes. As bandinhas deles são muito boas. Agora todo mundo só quer mais escutar as músicas deles. A nossa rádio é boa; quando tem jogo do Grêmio ou do Inter, eles passam a transmissão dos jogos, porque aqui todo mundo aqui é gremista ou colorado. Aqui em Santa Catarina nem time decente tem. É muito longe de Florianópolis; Porto Alegre é mais perto”.

Já as questões políticas são freqüentemente alvo de comparações entre os governadores dos dois Estados, pelos antigos migrantes. E quanto aos municípios que se formaram nas “Velhas Colônias”, esses antigos migrantes procuram sempre manterem-se informados de quem é o prefeito, se os mesmos são filhos ou netos de algum conhecido.

A partir do fechamento da fronteira agrícola em Santa Catarina em 1970, até o final dos anos 80, esta ligação tornou-se mais tênue, já que não vinham para lá novos migrantes, para trazer notícias. Mas, a partir dos anos noventa, com a migração de muitos dos seus filhos para os municípios da então, “Velha Colônia”, a ligação com essa região gaúcha tornou-se novamente mais forte.

## **CAPÍTULO III**

### **A PRODUÇÃO PRIMÁRIA DO OESTE CATARINENSE: DO APOGEU À CRISE**

#### **3. Pequena Agricultura Familiar**

As características da agricultura familiar desenvolvida no Rio Grande do Sul serviram de base para a implementação do modo de produção na agricultura do Oeste Catarinense, com produção simples, uso de pequenos estabelecimentos e baixo grau de divisão do trabalho, onde o processo produtivo era desenvolvido pela mão-de-obra familiar, denominadas por LOPES, (1981, p.19); de unidades familiares de mercadorias.

Primeiramente, a agricultura era de subsistência, portanto simples e sem aparato tecnológico, dominada pelas relações internas, visto que o objetivo era a satisfação das necessidades da família, com a domesticação e criação de animais e cultivos agrícolas para uso interno, próprio. Era um modelo compatível com a realidade da época, pois agregava a mão-de-obra familiar disponível, com uma terra recém desbravada e rica em

nutrientes, e a utilização de um nível tecnológico primitivo como as queimadas, herança das velhas colônias.

Esse modo de produção familiar baseava-se também na exploração dos recursos naturais disponíveis na propriedade, de grande valia para a estruturação das mesmas. As madeiras serviam de matéria-prima para as instalações; o excedente para a venda a fim de conseguirem o primeiro capital e o solo virgem rico em nutrientes foi propício para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária nos períodos iniciais.

O simples serviço de abrir clarões na mata para a lavoura, a sementeira, a limpeza e a colheita garantiam uma excelente produção de milho e feijão. Após alguns anos de colonização, a agricultura com força de trabalho manual foi sendo substituída pelo uso da tração animal, o que em muitas propriedades ainda hoje permanece. As propriedades familiares que irão posteriormente basear seu modelo produtivo na integração com a agroindústria nos anos 70, em sua maioria, já disporão de colheitadeiras.

TAB. 9 FORÇA UTILIZADA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1960

Trabalhos Agrários					
Municípios	Estabelecimentos	Humana	Animal	Mecânica	Animal e Mecânica
Itapiranga	1.724	181	1.521	10	21
Palmitos	1.705	597	1.097	3	8
São Carlos	3.545	1.115	2.414	7	9
São M. d'Oeste	2.051	687	1.352	7	5

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1960 – IBGE

Tab. 10 FORÇA UTILIZADA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE  
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1970

Município	Estabelecimento	Humana	Animal	Mecânica	Nº colheitadeiras
Itapiranga	5.424	419	4.270	3	796
Palmitos	2.109	155	1.361	2	666
São Carlos	1.301	85	863	2	371
São M. d'Oeste	2.517	351	1669	-	398

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 – IBGE

Esses dados nos permitem averiguar que o número de estabelecimentos rurais tiveram um crescimento sensível, exceto São Carlos, o que demonstra a continuidade da expansão da fronteira agrícola no Oeste Catarinense dos anos 60 até os anos 70. Nos dados de 1970, já foi quantificado o número de colheitadeiras, mas percebemos que, com exceção de São Carlos, nos demais municípios o uso da força de tração animal teve um acréscimo considerável, visto que o preço para adquirí-los era acessível para o pequeno agricultor familiar e de grande valia na otimização do tempo gasto nas lidas diárias do processo de produção. A mescla de força animal e da força tecnológica das colheitadeiras diminuiu o emprego da força de trabalho manual, com exceção de Itapiranga que apresentou um acréscimo no uso de todos os tipos de forças e uma grande expansão, o que acreditamos derivar do crescimento expressivo do número de estabelecimentos neste município.

A produção inicial, em 1950, era de policultura, com ênfase na cultura do milho e do feijão, que posteriormente passou a ser comercializada. A atividade pecuária primeiramente desenvolvida na região foi a suinocultura, mas ao final dos anos 60 foi a avicultura que despontou. A permuta e a comercialização dos produtos realizavam-se normalmente através das cooperativas agrícolas, como a Cooperarco - Cooperativa Regional Arco Íris Ltda. que abrange os municípios de Palmitos, Caibi, Iporã d'Oeste, Riqueza e Mondaí e a Cooperativa de São Miguel d'Oeste, que abrange o município de

São Miguel do Oeste, e as agroindústrias. A região foi nos anos 60 e 70 a maior produtora nacional de feijão.

A fim de ilustrar a produção agropecuária e os seus principais cultivos nos anos 60 e 70 no Oeste Catarinense, buscamos os dados dos censos agropecuários dos respectivos anos. Uma análise mais profunda desses dados, porém, não foi possível dado que os critérios utilizados pelo IBGE nestes dois censos são diferentes, não havendo dados similares, compatíveis para análise comparativa.

Tab. 11 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1960

Municípios	Agricultura e Agropecuária		Pecuária		Horticultura e Floricultura	
	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estab.	Área
Itapiranga	729	15.551	987	24.557	-	-
Palmitos	1.152	24.842	542	12.386	-	-
São Carlos	1.670	24.267	1.873	36.609	-	-
São Miguel d'Oeste	1.481	31.347	567	13.133	-	-

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1960

Nos anos 60, as atividades primárias predominantes na região foram a agricultura e a pecuária, não havendo espaço para outros tipos de cultivo como a floricultura e a horticultura. A predominância da pecuária e da agricultura era uma característica regional do Oeste Catarinense nessa época.

Tab. 12 ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1970

Municípios	Suínos	Bovinos	Galinhas	Feijão		Milho		Soja	
	Venda e abate	Venda e Abate	Venda e Abate	Quantidade (ton)	Área (hect)	Quantidade (ton)	Área (hect)	Quantidade (ton)	Área (hect)
Itapiranga	57.380	2.411	572	437	642	23.383	10.658	4.648	5.550
Palmitos	40.567	1.215	101.643	2.987	3.507	19.954	9.055	1.672	2.083
São Carlos	29.853	976	56.225	367	558	14.362	5.528	1.343	1.914
São Miguel d'Oeste	41.190	1.548	133.226	1.037	1.747	26.574	13.127	3.472	5.592

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970

Nos anos 70, a avicultura, nas culturas pecuárias, já se destacava nos municípios de São Miguel d'Oeste, Palmitos e São Carlos, reflexo do modelo de integração com a agroindústria<sup>26</sup>, seguida da suinocultura que continuava a apresentar um número expressivo de suínos em todos os municípios arrolados, principalmente em Itapiranga que nesta mesma época não apresentava tendência à avicultura. O número de bovinos representa os animais usados como força de tração e mão-de-obra e o gado leiteiro, geralmente de uso doméstico.

Dentre as culturas agrícolas destacam-se o cultivo de feijão, de milho e de soja. No cultivo de feijão, no quesito quantidade de produção, despontava o município de Palmitos, seguido de São Miguel d'Oeste, que também apresentava a maior produtividade por hectare. O cultivo do milho era muito expressivo, pelo fato de ser utilizado principalmente para ração animal. Todos os municípios apresentaram grande

<sup>26</sup> O modelo produtivo baseado na integração entre pequenos produtores familiares e a agroindústria serão abordados no subtítulo 3.2 do capítulo III.

quantidade de produção, principalmente em São Miguel d'Oeste e Itapiranga, sendo, porém, o município de São Carlos que apresentou melhor produtividade por hectare. No cultivo de soja, Itapiranga foi o maior produtor em quantidade e em produtividade por hectare. O cultivo da soja foi sendo introduzido à medida que foi aumentando o plantel de aves na região, para uso como ração animal.

### 3.1 A Propriedade Familiar e a Agroindústria

O modelo econômico vigente entre 1940 e 1960 teve como característica a expansão das propriedades familiares no território do Oeste. A partir dos anos 60, a agricultura familiar passou a sofrer transformações externas advindas de sua integração à agroindústria. Este modelo de integração baseava-se basicamente na produção pecuária de suínos e aves; e nas culturas agrícolas do milho e soja que serviam basicamente para a alimentação da população pecuária. Esse novo modelo de produção levou ao crescimento dos frigoríficos, que posteriormente viriam a formar complexos industriais de carne, entre os maiores do país<sup>27</sup>.

A produção primária passou a se modernizar sob a subordinação da agroindústria, que garantia a comercialização da produção. Esse sistema de produção que garantia a comercialização passou a seduzir a agricultura familiar. A passagem de uma comercialização própria de excedentes para esta que garantia a comercialização, fazia elevar-se a parcela de renda monetária obtida pelos agricultores.

Esse processo de introdução do sistema agroindustrial na produção primária não foi brusco, não havendo rupturas drásticas entre os dois modelos produtivos. Assim,

---

<sup>27</sup> Dentre as empresas beneficiadoras de aves e suínos da região do Oeste Catarinense estão a Sadia, a Perdigão, a Chapecó, a Seara/Ceval ...

mantiveram-se algumas culturas primárias já existentes, principalmente a do feijão que abastecia grande parte do mercado brasileiro nessa época, enquanto a suinocultura e principalmente a avicultura integrada eram introduzidas vagarosamente.

Os agricultores familiares que se subordinaram à agroindústria continuaram a criar animais como suínos, bovinos, galinhas caipiras, aves exóticas e pequenos animais, além do plantio de culturas básicas como feijão, milho, soja, trigo e horticultura para a subsistência doméstica. A expansão desse modelo foi o responsável pelo significativo crescimento do capital da agroindústria. Para SORJ, (1980, p. 50); este modelo denomina-se semi-integração da pequena propriedade agrícola.

“Por empresas semi-integradas entendemos aquelas onde a produção agropecuária, se bem realizada por produtores em estabelecimentos próprios, está totalmente controlada pela agroindústria. Utilizando mecanismos financeiros e controle técnico da produção, ela contrata a compra da produção, geralmente a preços fixados com antecedência. Este tem sido o padrão característico na expansão de parte importante da indústria avícola e suína. Os grandes estabelecimentos de abate e processamento entregam as rações e os animais pré-nascidos para serem criados por pequenos produtores”.

Do início da industrialização até os anos de 1970, a integração entre os agricultores com mão-de-obra familiar e a agroindústria ganhou força na suinocultura e na avicultura. Na primeira fase da integração, o sistema predominante constituía-se pela policultura subordinada à suinocultura. A avicultura comercial surgia como um modo de diversificação de produção da agroindústria e, por conseqüência, para o agricultor. Essa produção inicialmente se voltava para o mercado interno, mas gradativamente se intensificou a sua exportação.

“Este modelo de desenvolvimento surge como resultado do conjunto das estratégias competitivas colocadas em prática pelos grupos agroindustriais, quase sempre em parceria com o Estado, objetivando controlar a produção e apropriar-se cada

vez mais do excedente produzido pelas propriedades agrícolas familiares da região”( SILVESTRO, Milton, 1995, p.16).

Na segunda fase, a partir dos anos 70, a produção e a produtividade passaram a ser aprimoradas, com maior escala de produção, a produção mais especializada, e com maior rigor de qualidade. Para o agricultor, essa mudança significou uma agregação de custos na produção. “Portanto, o que está posto são as mudanças concretas de tempos, de relações sociais de produção, assim como as características sociais dos produtores” (SANTOS, Rosselvelt J; 1998, p.106).

O mercado internacional, que passou a consumir grande parte da produção brasileira de aves, passou a exigir das empresas mais qualidade como isenção e/ou redução de resíduos de agrotóxicos e remédios, além de uma constante modernização do sistema produtivo.

“A exportação brasileira de frangos deve ser entendida como expressão de um novo tipo de exportação de produtos, diferente do modelo exportador tradicional. Enquanto o modelo tradicional de exportação se fundava particularmente na utilização extensiva de terra e força de trabalho, a exportação avícola atual tem como fundamento um moderno complexo agroindustrial crescentemente interiorizado, e como centro impulsionador central o próprio mercado interno” (SORJ, Bernardo et alli, 1982, p.30).

Com o progresso tecnológico, a expansão da agroindústria e dos incentivos creditícios oficiais, os agricultores que já tinham capital excedente, que pôde ser aplicado neste novo modelo produtivo, ampliaram e consolidaram sua base produtiva, sob o controle da agroindústria.

“Nas condições de produção tecnificada, (...) o processo produtivo passa a estar determinado pelas prescrições “externas” das empresas industriais que estruturam o ritmo e as tarefas da atividade produtiva. (...) Não somente o conhecimento é subtraído do produtor, como seu ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas prescrições

técnicas da agroindústria. O delicado material genético com que ele trabalha, além da racionalização no uso dos insumos (quantidade certa distribuída em períodos prefixados), determinam que o ritmo do trabalho e sua distribuição estejam em grande parte fora do controle do produtor” (SORJ, Bernardo et alli, 1982, p.62).

Essa interação possui várias facetas como a dependência do agricultor a uma grande empresa que passa a ter domínio sobre a quantidade produzida, o preço a ser pago, e de acordo com seus objetivos estabelece o número de famílias agricultoras que podem permanecer nessa integração pois, a lógica do mercado, na qual as agroindústrias espelham seu modelo produtivo, visa em primeiro lugar à acumulação de capital para as mesmas.

“O efeito da atuação do capital agroindustrial sobre a estrutura agrária é seletivo por sua própria natureza, redefinindo, mas não eliminando a crescente pressão sobre a terra. Em outras palavras, à competitividade histórica para o acesso à terra se acrescenta a competitividade para o acesso às novas condições de produção, condicionadas pelo desenvolvimento do capital em geral e, particularmente, pelos blocos de capital com interesses vinculados especificamente à produção agrícola” (IBID, 1982, p.68).

Essa dinâmica demonstra que a partir do final dos anos sessenta, para os agricultores poderem “ter boas condições de vida”, tornou-se necessária não somente a terra, mas sim a acessibilidade de inserirem-se num modelo de produção competitivo, em integração. Os que não se inseriram nessa nova dinâmica produtiva, sentiram os efeitos da exclusão da ciranda mercantil, visto que o preço dos produtos tradicionais antes cultivados, perderam espaço no mercado.

### 3.2 Participação e Retração do Papel do Estado na Região

Neste contexto, o papel do Estado foi de grande relevância na escala regional, seguindo a mesma postura delineada nacionalmente, calcando sua atuação na geração de tecnologia através de linhas de crédito agrícola. Mas o Estado, além de financiador de crédito, passou também a dar suporte técnico para a atuação em todo o Estado Catarinense, através da ACARESC. Nos anos 70 foram criadas a EMPASC e o CNPSA da EMBRAPA, dando suporte à necessidade de geração e adaptação da tecnologia agropecuária.

Vale ressaltar também que esses incentivos estatais, no decorrer dos anos 70, foram absorvidos de diferentes formas. A agroindústria privada investiu na modernização e diversificação de suas plantas, trabalhando principalmente com suínos, aves, milho e soja, o que culminou numa capitalização inicial maior. A agroindústria cooperativa atuou sob a plataforma de suínos, milho e feijão passando à avicultura somente no final dos anos 80, o que restringiu a sua capitalização.

Na década de 70, o papel do Estado foi de financiador de crédito agrícola, que visava permitir uma modernização no campo, mas esse desenvolvimento ficou restrito somente a uma parcela dos produtores, os quais, em sua maioria, mantinham a integração com a agroindústria. Para KAGEYAMA,

“as transformações técnico-econômicas e sociais na agricultura foram respaldadas pelo Estado, à medida que este criou condições para as transformações, cujo instrumento central foi a política de financiamento. Mas, nos anos setenta, estavam a disposição dos agricultores os créditos subsidiados estabelecendo usos específicos e condições pré-fixadas, de acordo com a estratégia de modernização. De 1970 a 1979, há um crescimento vertiginoso no crédito agrícola, crescendo em termos reais 329%. A partir de 1979, houve retração” (1990, p.161).

Essa atuação do Estado não se mostrou satisfatória pois, ao invés de melhorar o sistema produtivo das áreas rurais como um todo, acabou privilegiando alguns e excluindo uma grande maioria.

A política de financiamento agrícola nos anos oitenta teve grande influência das condições macroeconômicas que se apresentaram como a crescente inflação, que levou à correção monetária de 200%, inclusive dos financiamentos, o que tornou esses pouco viáveis para o pequeno produtor. A acumulação de capital oriundo do seu trabalho nas atividades primárias não suportava essa taxa de juros. Neste caso incluem-se os agricultores que trabalham em integração com a agroindústria.

Essa conjuntura política e econômica que se delineou nos anos 80, em relação às atividades do campo, demonstra, que para o Estado, a pequena propriedade familiar é vista como uma fonte de produção de subsistência, à medida que seu desempenho agrícola é considerado baixo para o abastecimento do mercado.

Com as altas taxas de juros dos financiamentos, em paralelo com o avanço tecnológico e a ideologia de mercado mostrando suas forças em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, a grande maioria dos pequenos agricultores ficou à margem do sistema, descapitalizada.

As questões sociais decorrentes deste processo de descapitalização do pequeno produtor familiar, como a tendência ao êxodo rural que, conseqüentemente, acarreta problemáticas nos meios urbanos para o qual ele se dirige, pelo inchaço populacional, entre outras questões sociais, não fizeram parte das preocupações governamentais.

### 3.3 A Crise da Economia Primária

Na crise que se estabeleceu a partir dos anos 80, ocorreu uma diminuição significativa no volume de crédito rural e de subsídios, reflexo do perfil econômico do Estado em nível nacional<sup>28</sup>, o que de forma diferenciada afetou as economias regionais, entre elas a do Oeste Catarinense, além da diminuição de demanda de produtos agrícolas. A atividade primária que passou a sentir maior impacto foi a suinocultura<sup>29</sup>.

“Como a produção de suínos cresceu em taxas menores, houve uma redução nas margens de lucro obtidas pelos suinocultores. Com isso, forçou-se o aumento da produtividade e da escala de produção para compensar a renda perdida, do que resultou um intenso processo de exclusão de suinocultores da atividade” (TESTA, Vilson et alli, 1996, p.47).

A avicultura não foi tão afetada pela crise, pois houve uma ampliação de consumo, devido ao seu menor preço em relação aos demais tipos de carne.

---

<sup>28</sup> Cf. Testa et alli, (1996, p.47); no âmbito macroeconômico a crise manifestou-se a partir de 1983, com o problema da dívida externa brasileira, que atacou o centro do crescimento econômico brasileiro, ou seja, o Estado. Sem capacidade de sustentar os investimentos necessários à manutenção das taxas de crescimento verificadas na década de 70, restou ao Estado a alternativa de estabilização da economia que levou à diminuição significativa do ritmo de crescimento econômico.

<sup>29</sup> Cf. Ibid, (1996, p.47); “a atividade suinícola, principal componente da agroindustrialização da região até a década, passou a ser questionada. Seu consumo per capita decresceu de 9,5 kg em 1980 para 8 kg em 1983, terminando a década em 7kg (MIOR 1992 apud TESTA), possivelmente substituída pela carne de aves”.

“O consumo do frango “industrial” produziu modificações nos hábitos do consumo popular. (...) Com o tempo, seja pela sua oferta sistemática na maioria dos centros de vendas de carnes, seja pelo preço relativamente inferior à carne de boi, terminou por ingressar inclusive no consumo popular” (SORJ, Bernardo et alli, 1982, p.25).

Assim como a suinocultura, a cultura de grãos também passou a perder espaço e preço, visto que passou a sofrer concorrência dos latifúndios produtores de feijão, milho e de soja da região Centro-Oeste. Dentre os agricultores ainda não inseridos nesta integração da agricultura familiar - agroindústria de grãos e carnes, alguns passaram a trabalhar em integração no cultivo do fumo para as empresas beneficiadoras<sup>30</sup> e a atividade de produção de leite.

Essa crise econômica gerou também insatisfação entre os filhos desses primeiros migrantes gaúchos, que poderiam ser a mão-de-obra atual, já que seus pais já se encontram em idade mais avançada. Dentre as alternativas despontou a migração dessa nova geração, o que vem levando a um decréscimo da densidade populacional<sup>31</sup>. Esses dois aspectos resultam na perda da força de poder político da região e de oportunidades econômicas.

Em entrevistas realizadas com alguns prefeitos da região, ficou explícito que alguns gestores públicos de municípios do Oeste Catarinense demonstraram preferir a perda populacional a um possível custo social decorrente de um inchaço populacional que poderia vir a se formar, caso fossem instaladas na região mais opções de trabalho no meio urbano para a população excluída e excedente do meio rural. As posições entre os prefeitos da região são controversas e poucas políticas efetivas de contenção dessa

---

<sup>30</sup> As duas empresas que absorvem quase a totalidade da produção de fumo na região são a Dimon e Souza Cruz.

<sup>31</sup> Esses dados estão disponíveis nas tabelas 12 e 14 do 4º capítulo.

emigração são tomadas por parte deles, apesar de mostrarem-se preocupados com a situação.

“O tópico de saída da população representaria um esvaziamento populacional e político do Oeste Catarinense. As cifras são controversas. A imprensa aponta números em direção a uma situação catastrófica. De outro os prefeitos da região têm insistido em contestar os dados do IBGE, alegando erro no censo de 1991. Aceitar a diminuição da população implica receber uma fatia menor do Fundo de Municípios, cujo cálculo ancora-se na proporcionalidade do número de habitantes” (RENK, Arlene, 1997, p.35).

### 3.4 A Economia Primária e o Processo de Exclusão

Os agricultores excluídos necessitam, pois, subsistir num contexto inóspito, tanto pelo sistema de crédito estatal como pelo modelo de subordinação à agroindústria, num panorama desfavorável em termos de política agrícola de rentabilidade e de alguns recursos físicos (solos não aptos para as culturas anuais, básicas no sistema familiar tradicional).

Para essa parcela de agricultores, as alternativas para a sua permanência são a diversidade das atividades primárias, uma intensificação na auto exploração do trabalho familiar, uso mais intenso dos recursos naturais e a vida em comunidade<sup>32</sup>.

Dos agricultores excluídos ou em processo de exclusão, uma parcela apostou que, com o uso da tecnologia, mesmo sem a integração com a agroindústria, a inserção dos mesmos na agricultura capitalista de mercado seria mais fácil, o que os levou a

---

<sup>32</sup> A solidariedade entre esses pequenos agricultores é um laço muito forte, que se solidificou ao longo do tempo, modo encontrado pelo migrante para sentir menos os impactos do saudosismo de sua terra natal. O bom relacionamento com seus vizinhos e amigos em novas terras foi fundamental para sua adaptação.

adquirirem implementos agrícolas e tratores como através do programa “troca - troca”<sup>33</sup> implantado em 1983. Conforme dados técnicos fornecidos pelo EPAGRI e pelo CIDASC, um trator agrícola na região só se paga se utilizado numa área de 100 hectares ou mais. Como as propriedades são em média de 15 hectares, os tratores ficaram ociosos, não aumentaram a produção e a grande maioria dos agricultores não conseguiram pagar o financiamento utilizado para adquiri-lo.

Assim, percebemos que com a modernização das atividades primárias nos anos 70, a ação estatal e a incorporação das regras de mercado impostas pela agroindústria, houve seguindo o pensamento de SILVESTRO:

“um rearranjo nas estratégias de reprodução nos diversos segmentos da agricultura familiar na região. Este processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e a atuação do Estado no sentido de promovê-lo, é interpretado como a chave para o entendimento das transformações das relações sociais no campo” (1995, p.20).

Na relação de integração, a agroindústria de beneficiamento de suínos e de aves principalmente, sempre foi a mais privilegiada, visto que se embasou no dinamismo interno da mão-de-obra familiar, na exploração dos recursos naturais regionais e no capital cedido em forma de financiamento pelo Estado, o que possibilitou às pequenas propriedades se inserirem no processo produtivo do tipo capitalista. Essa relação foi sempre tão benéfica para as agroindústrias que no decorrer dos anos 70 e 80 elas se firmaram como grandes conglomerados em nível nacional, com o beneficiamento da produção primária da região do Oeste Catarinense, atividades essas que monopolizaram o setor.

---

<sup>33</sup> Programa Troca - Troca: programa de incentivos do Governo Estadual de Santa Catarina na qual os agricultores recebem financiamento para adquirirem implementos agrícolas e tratores. O pagamento desse financiamento é feito com a produção do agricultor, no decorrer de quatro prestações.

### 3.5 Os Problemas Ambientais

Na tentativa de expandir a cultura de grãos, em meados dos anos 80, foi incentivado pelas cooperativas agrícolas e a agroindústria privada do Oeste Catarinense o uso de agrotóxicos para acabar com as ervas daninhas em todos os tipos de culturas e para limpeza do solo para novos plantios, pois o uso do mesmo já vinha sendo feito nas plantações de milho e de soja desde os anos 60, reflexo da revolução verde. As enxadas foram sendo “aposentadas”, como nos diz um agricultor de São Carlos:

“usar a enxada é muito pesado. O que a gente mata de inço com veneno num meio dia, leva uma semana para capinar. O problema é que o roundup<sup>34</sup> está bastante caro, mas se for pensar bem a gente poupa em mão-de-obra, apesar de que o tempo que sobra, a gente folga um pouco, porque o sol hoje em dia tá mais perto e é bem mais quente que antigamente”.

A palha ressecada com o herbicida passou a ser incorporada ao solo como adubo e para proteger o mesmo da erosão. Além de toda a problemática ambiental e de saúde pública decorrente desta prática, houve uma agregação de custo na cadeia produtiva.

Das problemáticas decorrentes da aplicação de agrotóxicos, temos a poluição dos recursos hídricos como o lençol freático e as águas superficiais, entre eles o Rio Uruguai. Há igualmente a intoxicação da população e dos animais pela presença de resíduos nos alimentos e principalmente dos agricultores, que estão em contato direto com esses produtos tóxicos e não usam materiais de segurança como botas, máscaras e luvas no momento de manuseio do mesmo.

---

<sup>34</sup> Roundup é a marca de herbicida do grupo Monsanto à base de glifosato.

Os problemas de saúde decorrentes dessa problemática são bastante expressivos, como nos coloca uma agricultora de Linha Alegre– Palmitos:

“o pobre do rio Uruguai tá podre de tanto veneno. Aqui tá demais. Ninguém mais usa enxada. Além disso, os rapazes que passam veneno quase sempre estão sem camisa e só com um shorts e chinelo de dedos. O que tem gente com câncer ultimamente tu nem imagina. Até criança de pais que usam muito veneno. Só pode ser disso. E tu sabes que esse pessoal que lida com veneno, tem um monte se enforcando? É uma barbaridade o que tem de gente que se mata. Um cunhado meu me disse que lá em Santa Cruz, onde eles plantam um monte de fumo, também o pessoal todo se mata. Isso é triste. Na semana passada se enforcou o filho de 17 anos do nosso terceiro vizinho”.

Foto 5. PALHA SECA NA QUAL FOI USADO DISSECANTE



*Essa foto nos mostra um recorte de uma propriedade agrícola localizada em Linha Alegre, no município de Palmitos – SC, onde foi usado dissecante para matar parte da cobertura vegetal que cobre o solo, e que está sendo preparado para um novo plantio de milho.*

Esse uso excessivo de agrotóxicos é conseqüência da ânsia que tem o agricultor de conseguir produzir mais para não ser submetido à exclusão, além do uso intenso dos recursos físicos. No conjunto das condições físicas da região, o elemento mais frágil é o solo que, após sofrer a ação temporal e falta adequada de manejo, passou a demonstrar sua fragilidade. O uso mais intensivo, através de culturas temporárias em solos não aptos, levou a uma série de problemas.

Baseando-se no estudo desenvolvido pela Cepa / SC em 1990, os aproximadamente 2,53 milhões de hectares de terra da região Oeste, por suas aptidões para as culturas anuais são distribuídos em três categorias. A seguir, vemos um quadro que explicita essa distribuição.

Quadro 1. APTIDÃO DOS SOLOS

SOLOS APTOS OU NOBRES	SOLOS DE APTIDÃO RESTRITA	SOLOS INAPTOS
São constituídos de solos profundos, de relevo com declives máximos de 20% e pedregosidade máxima de 3%. Equivale a 791 mil hectares.	Apresentam solos com relevo forte ondulado de 20 a 45% de declive e/ou pouco profundos e/ou pedregosos. Possuem baixa capacidade de armazenamento de água. O mau manejo desse solo o expõe fortemente a erosão. A força de tração animal e a força motomecanizada são quase impraticáveis. Abrange 650 mil hectares.	Constituem-se de solos rasos e/ou pedregosos e/ou de relevo montanhoso. A capacidade de absorção de água nestes tipos de solos é baixíssima e a erosão muito acentuada, o que leva a uma desestruturação desse solo em série, provoca a diminuição da fertilidade e reflete uma redução de produtividade e de renda. Abrange 1,05 milhão de hectares.

Os solos aptos que abrangem as classes: boas e regulares para culturas anuais correspondem a 31,3% das terras. Os solos de aptidão restrita equivalem a 25,7% das terras do Oeste de Santa Catarina. Os solos inaptos equivalem a 41,5%. Os 1,5% dos

solos restantes são áreas sem uso agrícola, como centros urbanos, e que no gráfico a seguir, aparecem denominados aspectos físicos.

Gráfico 1. APTIDÃO DO SOLO DO OESTE DE SANTA CATARINA



As terras de aptidão restrita comportam muito bem culturas perenes, pastagens, fruticultura e reflorestamento; ao passo que o solo inapto para as culturas anuais pode ser usado para áreas de reflorestamento, pastagens perenes e fruticultura.

A produção de suínos e aves também acarreta danos ambientais relevantes através da má deposição de seus dejetos que contaminam pela direta deposição a água e o solo e pela sua distribuição incorreta e a aplicação em solos rasos.

Todas as agressões ambientais ocorrentes nos ecossistemas da Terra e, neste caso, no Oeste Catarinense, demonstram que a ânsia humana de buscar o acúmulo de capital leva a problemáticas que comprometem o futuro das gerações, além de já a curto prazo trazer problemas de saúde e restrição de produtividade do solo, que revertem em gastos de capital. Portanto, há a ocorrência de um círculo vicioso, em que os agricultores e nós consumidores perdemos em dinheiro e qualidade de vida. Mas, a “ciranda mercantil” meandra a produção primária, que prima por resultados de quantidade produtiva, em todas as escalas.

## **CAPÍTULO IV**

### **SUCCESSÃO HEREDITÁRIA E SEUS REFLEXOS SOCIAIS E ECONÔMICOS**

#### **4. A Sucessão**

As propriedades familiares do Oeste Catarinense, em sua maioria, podem ser consideradas de pequeno porte em tamanho, inferiores a vinte hectares. Como já vimos, sua mão-de-obra é familiar. A junção dessas duas realidades leva a uma outra problemática: a questão sucessória. Na maioria dessas famílias, quando os filhos homens casavam, ganhavam sua “terrinha” fora da propriedade e normalmente um filho ficava com os pais, esse conhecido como “sortudo”, se tornava o maior ou o único herdeiro. As filhas mulheres ganhavam o enxoval e, se herdavam um pedaço de terra, o fato ocorria eventualmente, sendo a mesma repassada no nome do marido.

“Noutra conjuntura, de descenso social, de descapitalização, sem acesso às novas terras, isto é, às novas frentes de expansão, surgem as queixas nos casos de deseramentos e vivenciam o sentimento de favorecimento dos pais em relação a alguns e em detrimento de outros. É nesse contexto que se inserem as mulheres. Até algumas décadas era aparentemente naturalizado o deseramento de uma fração destas, não obstante o sentimento de “menor consideração” dos pais em relação aos elementos masculinos. Mas, é no contexto da crença da não excelência da condição camponesa que as mulheres se advogam o papel de vítimas estruturais. Trata-se, enfim, de uma reavaliação do passado mediada pela posição, condição e situação atuais” (RENK, Arlene, 1997, p.196).

Essa realidade levou, segundo ABRAMOVAY et alli, (1997, p.4), à “masculinização” da juventude. “As moças passaram a deixar o campo antes e em proporção muito maior que os rapazes. (...) Por um lado, são mais escassas as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção. Por outro, são maiores as alternativas de que dispõem as jovens àquele que foi o destino secular de suas antepassadas”.

No início deste processo, as mulheres aprendiam o ofício das “lidas domésticas” em casa e outras vezes aprendiam-no durante algumas temporadas na casa de conhecidos da cidade, que se responsabilizassem de que a sua honra e reputação ficassem asseguradas. Quando o ofício havia sido aprendido, elas retornavam para casa.

Raramente os pais deixavam as filhas estudarem, quando essas moravam em casa porque, além delas se sobressairem demais, também geravam um ônus financeiro para a família. Aos poucos, essa realidade começou a mudar e, quando adultas, elas passavam a sair da casa paterna para ir trabalhar como domésticas na cidade, e em alguns casos até a estudar novamente.

## 4.1 A Fragmentação das Propriedades Paternas

O modo de partilha de herança dos colonos, imigrantes iniciais, apontava uma preferência pela unigenitura masculina ou o minorato masculino<sup>35</sup>, restando aos demais filhos outros pertences como herança ou outras terras fora da propriedade paterna. Esse modo de partilha assegurava assim a propriedade original.

Em casos esporádicos, alguns pais dividiam a propriedade paterna, mas assegurando ao primogênito a casa e outras benfeitorias, ou parcelava a colônia em duas frações, uma para o primogênito ou minoratário e outra a ser dividida com os demais filhos. Por muito tempo esse modelo de sucessão hereditária foi visto como natural.

A questão sucessória para os agricultores familiares do Oeste Catarinense, bem como para as demais propriedades do Sul do Brasil até o final da década de sessenta, buscava sempre a continuidade dos filhos na agricultura, sendo que, para haver a mesma, era preciso que se preservasse na medida do possível o patrimônio fundiário, a fim de que o mesmo pudesse dar sustentação à produção primária do filho herdeiro.

Havia, porém, a preocupação de colonos em encaminhar os demais filhos para atividades primárias, e isto era feito estimulando-os a migrarem ao encontro de outras fronteiras agrícolas que se apresentavam, como o Sudoeste do Paraná, o Centro-Oeste, o Norte do País ou até mesmo o Paraguai. Mas esses novos fluxos migratórios não tiveram grande intensidade por parte dos filhos dos colonos do Oeste Catarinense provindos das “Velhas Colônias”.

Para os colonos-pais, a realização de vida era ter terras e desenvolver as atividades primárias, valorização essa que eles buscavam sempre passar para os filhos. A

---

<sup>35</sup> Minorato significa que o filho herdeiro da propriedade paterna deve assumir a responsabilidade de

intenção clara dos colonos era assegurar esses dois aspectos: a manutenção da propriedade paterna e a manutenção dos demais filhos ligados à terra.

Essa formação de novas gerações de agricultores no Oeste Catarinense envolve um processo que para GASSON e ERRINGTON (1993, p.183), é composto de três partes: a sucessão profissional, a transferência legal e a aposentadoria.

Quadro 2. FORMAÇÃO DE NOVAS GERAÇÕES DE AGRICULTORES NO OESTE CATARINENSE

SUCESSÃO PROFISSIONAL, isto é, a passagem da gerência do negócio e do poder de utilização do patrimônio para a próxima geração	TRANSFERÊNCIA LEGAL da propriedade da terra e dos ativos existentes	APOSENTADORIA, quando cessa o trabalho e sobretudo o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva
---	---	---

Mas, a partir dos anos setenta, essa realidade começou a mudar lentamente, pois esse processo de partilha desigual passou a gerar muitos conflitos internos nas famílias. O conformismo inicial foi-se perdendo e, assim, a partilha passou lentamente da unigenitura à partilha entre os filhos, fragmentando-se a terra em várias porções, produzindo-se a sua inviabilidade econômica, na maioria dos casos. Com o capital sempre diminuindo, inúmeras vezes os pais não tinham dinheiro para comprar terras para os outros filhos. Como a propriedade normalmente não excede os 20 hectares, a mesma multiplamente fragmentada, vai-se tornando inviável para a subsistência de todos os filhos.

---

cuidar dos pais na velhice.

Essa nova dinâmica de “hereditariedade do capital” em forma de terras leva ao êxodo rural, nas regiões com mão-de-obra familiar, principalmente as populações jovens. Na região do êxodo, produz-se o envelhecimento da população.

## 4.2 O Êxodo Rural como Conseqüência

A inserção de uma nova realidade, nos moldes do processo sucessório dos agricultores no Oeste Catarinense, deriva da dificuldade de se formarem novas unidades produtivas. No Oeste Catarinense, a fronteira agrícola se esgotou, os financiamentos rarearam e a integração com a agroindústria requer uma quantia razoável de capital inicial, além do fato de que a reprodução dos papéis dos pais na agricultura passou a ser pouco atrativa para os jovens, que seriam sucessores naturais no processo inicial de sucessão hereditária.

Essa insatisfação com as atividades primárias entre os jovens reflete-se na busca de novas alternativas fora do Oeste Catarinense, caracterizando dessa forma fluxos emigratórios. Entre os jovens solteiros, na maioria dos casos, as moças se dirigem para trabalhar em variadas atividades nos centros urbanos de cidades catarinenses ou do sudeste como domésticas. Os rapazes que emigram, em menor escala que as moças, dirigem-se para São Paulo e Rio de Janeiro para trabalharem como garçons.

Os jovens casais, por sua vez, em sua maioria, migram para o Vale do Caí – Salvador do Sul no Rio Grande do Sul, pois neste espaço os centros urbanos são pequenos e a rede de interações familiares lhes dá segurança, caracterizando uma migração que, entendo, podemos chamar de reverso<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Esse conceito difere do conceito de migração de retorno por não ser efetuado pelo mesmo migrante. A discussão mais completa deste conceito encontra-se no capítulo V.

A evasão da população jovem rural do Oeste Catarinense já vem sendo objeto de investigação por parte dos órgãos públicos catarinenses de âmbito estadual. Em 1997, foi realizada uma pesquisa pela FAO/ INCRA e EPAGRI, que visou estudar a juventude familiar. A mesma foi desenvolvida a partir de questionários aplicados em 53 famílias, no município de Saudades. Através desta pesquisa foi buscado o perfil geral da juventude rural do Oeste Catarinense. A ênfase dada na pesquisa *estava nas dinâmicas sociais internas às famílias*, que estimulam ou bloqueiam o interesse dos jovens pelo exercício da profissão agrícola. Assim, foram levantados os apontamentos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3. PERFIL DA JUVENTUDE RURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA

Objeto de Análise	Resultado
As aspirações existentes em relação à permanência no meio rural e na agricultura.	O desejo dos jovens homens em desenvolver a agricultura é alto, ao contrário das moças.
Magnitude do problema sucessório.	O problema sucessório existe sobretudo entre aqueles que não conseguem viver das atividades exercidas no interior da unidade produtiva.
Padrões sucessórios.	O fim do minorato e a dificuldade de encontrar um novo modelo sucessório tão coerente como o que existiu até o final dos anos 60.
Passagem do poder sobre a gestão do negócio de uma geração para a outra.	A atividade leva muito mais em conta a capacidade e a disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade primária na pequena propriedade.

A partir do final dos anos oitenta houve uma mudança de postura dos filhos em relação ao minorato. O filho que fica residindo e cuidando dos pais normalmente se considera o “coitado”. Ser o único herdeiro das terras paternas deixou de ser um privilégio, uma vez que atualmente se oferecem outras possibilidades aos jovens, como nos relata um jovem agricultor, casado, com dois filhos e residente com os pais em Barra Palmitos, município de Palmitos:

“dos meus dez irmãos, nove já foram embora. Agora só eu sobrei que sou o mais novo. Por mim também ia embora. A agricultura hoje não dá mais lucro e é muito trabalhosa. Mas o pai não quer nem ouvir em falar de voltar lá pro sul (Salvador do Sul –RS). Eu não posso abandonar eles aqui sozinhos. Ainda bem que eu já casei e a minha mulher não reclama de ter que ficar aqui morando com a sogra e o sogro. Pros meus filhos é que vai ficar difícil. A escola é muito longe. Quem sabe quando eles morrerem eu também vou embora. Por enquanto vou plantando feijão, fumo e tirando leite, porque a gente fazer de tudo um pouco pra não morrer de ... Ainda bem que o pai e a mãe estão aposentados, senão a coisa ia ser preta.”

Essa dinâmica é visível quando analisamos os dados da população absoluta dos municípios arrolados neste trabalho. Partindo-se dos dados censitários de 1980, a projeção para o decorrer da década era de aumento populacional conforme tabelas abaixo.

Tab. 13 POPULAÇÃO ABSOLUTA DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - I

Municípios	1980	1985 *	1989 *	1990 *	1991	Taxa de crescimento de 1980 a 1991
Itapiranga	26.487	31.993	35.340	28.588	21.355	- 19,4%
Palmitos	17.750	19.361	20.365	20.716	17.749	0%
São Carlos	11.624	12.580	13.204	13.848	12.230	5,2%
São Miguel d'Oeste	35.769	43.127	48.860	48.860	42.242	18,1%
Tunápolis	-	-	7.939	-	5.546	

\* Os anos de 1985, 1989 e 1990 são projeções de população absoluta e não dados censitários.

A população total não apresentou o crescimento esperado pelas projeções, como vemos nos dados do Censo Demográfico de 1991. É mister ressaltarmos que do município de Itapiranga se emancipou em 1989 Tunápolis com 7.939 habitantes, por isso apresenta uma queda brusca de crescimento populacional no decorrer de 1980 a 1991. Caso não tivesse ocorrido a emancipação de Tunápolis, Itapiranga teria apresentado um crescimento de 10,6%. O município que neste período apresentou maior crescimento foi São Miguel d'Oeste. O município de São Carlos apresentou um crescimento de apenas 5,2%. O município que se excede é Palmitos que apresentou uma estagnação populacional. Comparando-se os dados censitários e as projeções, é possível percebermos que o crescimento estimado ficou muito aquém (abaixo) do esperado.

Tab. 14 POPULAÇÃO ABSOLUTA DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - II

Municípios	1992 **	1994 **	1996 ***	2000 ****
Itapiranga *	15.170	15.287	14.996	13.980
Palmitos	17.733	17.749	17.274	16.033
São Carlos *	12.263	12.340	11.989	9.364
São Miguel d'Oeste	36.629	37.373	36.337	32.309
*				
Tunápolis	5.435	5.350	5.235	4.776

Fonte: IBGE

\* Do município de Itapiranga emancipou-se em 1991 São João d'Oeste com 6.500 pessoas. De São Miguel d'Oeste emancipou-se em 1992 Paraíso com 5.189 habitantes, Bandeirante em 1995 com 3.717 habitantes e Barra Bonita em 1996 com 1.909 habitantes. Do município de São Carlos, se emancipou em 1997 Cunhataí com 1.300 pessoas.

\*\* Projeções de população absoluta, segundo IBGE.

\*\*\* Dados referentes à Contagem de População realizada em 1996 pelo IBGE.

\*\*\*\* Dados preliminares do Censo Demográfico de 2000.

Analisando a tabela, percebemos que a projeção de 1994 estimava um aumento populacional nos municípios Itapiranga, Palmitos, São Carlos e São Miguel d'Oeste. Na Contagem de População realizada em 1996, abstraída a perda populacional por emancipações<sup>37</sup>, vemos que ocorreu um decréscimo populacional em Itapiranga, Palmitos, São Carlos e Tunápolis.

No Censo Demográfico de 2000, com exceção de São Miguel d'Oeste e São Carlos<sup>38</sup>, os demais municípios continuam a apresentar um decréscimo populacional. Esses dados nos levam a perceber que a hipótese de esvaziamento populacional em vários municípios do Oeste Catarinense, principalmente os que apresentam sua economia calcada nas atividades primárias, é verídica. Esse decréscimo se dá pela perda de população rural (tab.15). O esvaziamento populacional reflete em perda de população ativa, o que economicamente é negativo, visto que:

“produz-se com a saída de grande quantidade de indivíduos em idades ativas, uma sobrecarga nas idades inativas, o que contribui para que o nível de vida tenda a cair e a migração a se intensificar (...), os jovens e adultos, que são os que mais emigram, constituem, sem dúvida, a população mais capacitada e dinâmica” (MUNÕZ, Humberto; e OLIVEIRA, Orlandina; 1980, p.598).

---

<sup>37</sup> Nos dados referentes a Itapiranga, o decréscimo populacional advindo da emancipação de São João d'Oeste, com 6.500 habitantes abstraídos da população absoluta de 1991 que era de 21.355 habitantes, resultou em 14.855 habitantes, o que levou a projeção de 15.170 habitantes em 1992.

<sup>38</sup> Ver perdas territoriais (\* pg. 94).

Tab. 15 POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM 1980, 1991 E 1996

Municípios	1980		1991		1996	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Itapiranga	4.957	21.530	5.360	15.995	5.504	9.492
Palmitos	5.523	12.227	6.859	10.890	7.512	9.762
São Carlos	3.654	7.970	4.955	7.275	5.672	6.317
São Miguel d'Oeste	18.712	17.057	25.638	16.604	26.756	9.581
Tunápolis	-	-	1.047	4.499	1.285	3.950

Fonte: IBGE

Ao analisarmos a conjuntura dos dados populacionais apresentados nas tabelas 14 e 15, percebemos em primeiro lugar que nos municípios que apresentaram crescimento populacional de 1996 a 2000, São Carlos e São Miguel d'Oeste refletem o alto número de população urbana. Em São Carlos, o número de população urbana em 2000 é quase igual ao número da população rural. Em São Miguel d'Oeste, a população urbana já é superior à população rural desde 1991, o que denota que esse município não apresenta mais características econômicas calcadas na produção primária somente. São Miguel d'Oeste é um município com características urbanas, tendência que vem sendo seguida por São Carlos, e que resultou no crescimento de população.

Em segundo lugar, percebe-se uma diminuição da população rural em todos os municípios abordados. Os dados vistos nas tabelas 14 e 15 denotam, além de crescimento populacional baixo, um processo de êxodo rural nos municípios arrolados, que para Testa et alli, (1996, p. 26), se estendem a todo o Oeste Catarinense.

“Entre 1980 e 1991 houve um relativo esvaziamento populacional, conseqüentemente, político da região Oeste Catarinense. Nesse período houve uma

redução de 70 mil pessoas no meio rural. (...) a região poderia ter 150 mil pessoas a mais se tivesse tido a mesma taxa de crescimento média do Estado. A taxa de crescimento da população oestina correspondeu a cerca da metade da taxa estadual (respectivamente, 1,2 e 2,1% a/a), embora sua taxa de natalidade (2,36% a/a) seja superior a estadual (2,23% a/a). A participação do Oeste na população de Santa Catarina decresceu de 25,3% para 22,6% no período”.

Mas um detalhe que não devemos esquecer é que o êxodo rural se dá apenas pelos jovens, e raros são os casos de migração de retorno dos primeiros migrantes que em meados dos anos 50 emigraram das velhas colônias do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense. Esses primeiros migrantes são idosos e, em conversas informais realizadas com eles, é interessante salientar que sentem saudades dos filhos que migraram, mas de forma diferente.

As mães sofrem mais com o êxodo dos filhos e, na maioria dos casos, migrariam de volta ao Rio Grande do Sul, para estar na companhia dos filhos e irmãos que se encontram no Estado gaúcho, como salienta uma agricultora migrante de Salvador do Sul – RS, que reside em Linha Esperança – Palmitos:

“ é triste quando a gente tem os filhos tudo espalhado. Dos oito, cinco já estão lá em Kappesberg. Além disso, meus irmãos todos moram lá. Agora que a gente tá velha é que sente mais saudade dos parentes. Meu marido cada pouco vai para lá passear e ver os filhos, mas eu tenho quer ficar em casa para cuidar da lida. Faz cinco anos que eu não fui mais para lá. Não sei direito onde meus filhos moram lá. Cada vez que eu me lembro deles eu choro, mas quando meu marido vê, ele me xinga. É que ele vai para vila e joga carta por aí e eu fico em casa. Acho que é por isso que eu sinto tanta saudade. Eu já disse várias vezes que eu gostaria de voltar pra lá também, mas o velho não quer nem ouvir falar nisso”.

Já os pais também admitem sentir saudades, mas descartam a possibilidade da migração de retorno, como nos demonstra o agricultor, esposo da agricultura do depoimento acima.

“Dos meus oito filhos, cinco já voltaram lá pelos arredores de ”Salvador”. Eu tenho muita saudade dos netos, principalmente do que mora lá no porão da tua vizinha,

que é minha afilhada. Esse meu filho não devia ter se mudado, ele era meu braço direito. Mas eu não podia dar a terra já no nome dele, e ele queria ter seu dinheiro próprio. Aqui na roça se trabalha tudo num monte só. Lá, ele e a minha nora trabalham, e como ele vendeu uns sacos de batata; mais o dinheiro que conseguiu vendendo o pulverizador e o moto que ele tinha comprado de solteiro, ele já comprou um terreno lá. Agora que os dois já estão com emprego, ele me escreveu esses dias que devagarinho vai começar a construir sua casa. Não adianta eu não consegui fazer ele ficar aqui. O problema é a mulher que cada pouco chora de saudades”.

Como as famílias ainda são muito patriarcais e o gênero feminino tem pouca voz e vez, esses primeiros migrantes não retornam.

#### 4.3 As Novas Configurações Relacionais nas Propriedades Ainda Existentes

Essa nova dinâmica, na qual se encontram inseridas as propriedades rurais familiares existentes atualmente, além do parcelamento fundiário das mesmas e esvaziamento populacional, apresenta uma maneira de relação mais intrínseca dos seus membros aí domiciliados com os espaços territoriais extra-propriedade.

Na região, o cunho religioso mantém-se forte. Atualmente, tanto a Igreja Católica, quanto a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, estimulam a participação dos seus fiéis em trabalhos leigos. No Oeste Catarinense, esse engajamento dos trabalhadores rurais com trabalhos leigos é forte, abrangendo bastante o trabalho das agricultoras, dado que em anos idos a participação da comunidade local com entidades de diversos tipos como escola, clubes e igreja eram quase que exclusivamente masculina. Nas escolas, houve um crescimento da participação dos pais, da vida social da mesma, através de reuniões periódicas e promoções beneficentes.

Além desses, os trabalhos voluntários na comunidade, para diversos fins, foram crescendo. A participação das agricultoras em programas e cursos promovidos pelo Cidasc e Epagri também apresenta crescimento.

Os trabalhos mais intensos de extensão rural, realizados em parceria com os órgãos técnicos como Cidasc e Epagri, instigam os agricultores a novas práticas rurais como o uso de curvas de nível a fim de atenuar os processos erosivos, as associações de produtores que refletem no desenvolvimento de lideranças rurais, práticas de higiene, conscientização quanto à necessidade de preservação ambiental, entre outros. A integração com a agroindústria, que padroniza o processo produtivo, leva à adoção de equipamentos e tecnologias. Exige um grau mínimo de escolaridade até para a realização de cursos de aperfeiçoamento.

A malha viária e a expansão da rede elétrica possibilitaram o uso de eletrodomésticos e equipamentos agrícolas, alargando o acesso ao mercado.

Essa dinâmica de uma maior relação com os acontecimentos econômicos e sociais extra-propriedade são muito importantes para os filhos agricultores que ainda permanecem nas atividades primárias, pois não se sentem esquecidos do mundo, trabalhando na sua propriedade, onde todos têm televisão, e ficam se deslumbrando com os aparatos que os centros urbanos podem oferecer, conforme ditos, averiguados na pesquisa de campo.

Percebe-se uma preocupação constante entre eles de ficarem “parados no tempo” (SIC) e que seus filhos não tenham acesso à escola e que eles tenham que se “judiar” (SIC) tanto quanto eles; de que fiquem com a “visão estreita” (SIC) a ponto de não conseguirem aprimorar suas atividades, levando-os a um estágio de pobreza.

A maioria valoriza a integração com a agroindústria, o que possibilita um retorno certo para o seu trabalho, como nos relata uma agricultora de Linha Alegre – Palmitos:

“ há um tempo atrás nós estávamos com muita vontade de ir embora. Mas agora que a gente conseguiu uns três hectares, ficou mais fácil. Mas para viver a gente arrenda mais quatro hectares dos vizinhos que já foram embora. Nós trabalhamos muito. O que ainda está dando dinheiro é a plantação de fumo, que a gente planta para a Souza Cruz. Hoje as mudinhas são plantadas em água (hidroponia) e quando replantadas já são bem grandinhas, e precisam menos veneno. O meu marido queria construir uns galpões de frangos, mas isso é muito caro. Então a gente tem umas vacas leiteiras e vende leite para a Parmalat, e ainda planta milho e soja. Fazendo de tudo um pouco, a gente consegue se virar”.

Outro aspecto fundamental para a permanência dos jovens agricultores no campo é a garantia de uma aposentadoria rural, tanto para os homens como para as mulheres, além do direito das agricultoras jovens de receber salário maternidade e outros benefícios e direitos que estão sendo conquistados gradativamente. Essas jovens também estão engajadas em grupos de produtoras rurais, participam de palestras, seminários e, em muitos casos, as placas indicativas colocadas no acesso às propriedades pela agroindústria com quem mantêm integração indica o nome do marido e da mulher.

“A assistente social do Epagri está dando muitas palestras para a gente, onde elas falam de muitas coisas interessantes. Eu estou participando de várias palestras, porque a gente não estudou muito, e nessas palestras a gente aprende coisas novas” (Depoimento de agricultora residente em Sede Oldenburg – município de Palmitos).

Essa aposentadoria tem um “sabor” especial para as mulheres agricultoras, pois os negócios sempre estiveram nas mãos do marido, tendo sido a mulher considerada sempre como ajudante e não como trabalhadora. Com o direito de se aposentarem, elas tiveram que fazer documentos, foram registradas como profissionais – agricultoras e passaram a ter dinheiro próprio, fato esse lamentado por muitos homens aposentados, machistas e patriarcais, da primeira geração de agricultores.

Já para os maridos das agricultoras jovens, a aquisição desses direitos como aposentadoria e salário-maternidade é de suma importância para a permanência de uma parcela de mulheres no campo, visto que a população masculina é maior que a feminina.

## CAPÍTULO V

### MIGRAÇÃO DE REVERSO

#### 5. Revisão em Proposição Conceitual

Segundo definição de Itamar de Souza, (1980, p.33), “o processo migratório não é algo mecânico que ocorre entre um pólo de expulsão e outro de atração. Nasce e se desenvolve num contexto social historicamente determinado”.

Para Paul Singer (1981, p.38), a migração ocorre através de uma dinâmica de fatores como:

“*fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego; (...) e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”.

Esses fatores resultam de mudanças estruturais originadas do processo de desenvolvimento econômico.

Partindo de uma abordagem geográfica, Álvaro Heidrich, considera “a transformação estrutural nas condições de reprodução social nos lugares de origem como a razão propulsora do fenômeno migratório” (1984). Para este autor, são oportunidades econômicas que estão em jogo num processo migratório tido como um fenômeno social.

No nosso entender, *as migrações são fenômenos de mobilidade que buscam principalmente a ascensão social e econômica. Esse processo é permeado igualmente por outros elementos como a busca de identidade com o novo espaço vivencial, sendo que para isso o migrante busca instalar-se próximo a pessoas com as quais possui afinidades ou vínculos, a fim de estabelecer relações de solidariedade e afetividade.*

Primeiramente há uma determinação para a migração, seguida por um condicionamento de sua direção e, neste caso, a existência de redes se torna fundamental.

Para Singer, a questão migratória parte do pressuposto econômico e, para Souza, a própria dinâmica da sociedade na escala temporal é determinante deste processo. Além dos fatores econômicos e a própria dinâmica conjuntural da sociedade como determinantes, Heidrich chama a atenção para mudança espacial deste processo, mudança essa que para Haesbaert seria estruturada em redes.

Na ótica da ciência geográfica, é imprescindível que o processo migratório seja analisado considerando-se as mudanças espaciais ocorrentes, em arranjos de redes e territórios, sendo que para Rogério Haesbaert, “o território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na

territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante” (1997, p.94).

Quando analisamos conceitualmente as redes, Milton Santos, enfoca que

“as definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes. (...) A primeira atitude leva a uma definição formal, que N. Curien (1988, 212) assim retrata: toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. Mas a rede é também social e política, pela pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade uma mera abstração (...) A verdade, porém, é que uns e outros apenas são valorizados pela ação humana” (1997, pg. 209).

Esta análise conceitual nos leva a considerar que a migração é um fenômeno social *permeado de redes que ora se rompem, ora se formam numa nova configuração espacial*, permanecendo relações e vínculos afetivos e busca constante de melhoria de vida econômica.

Estas características que nos levam a considerar a migração um fenômeno social são percebidas nessa primeira corrente migratória, ocorrida nos anos 50 dos municípios de Montenegro e Salvador do Sul no Rio Grande do Sul rumo ao Oeste Catarinense. Os agentes fomentadores deste fluxo migratório foram os aspectos econômicos e de parentesco. Sob o aspecto econômico, o território que logo mais se tornaria o município de Salvador do Sul, bem como toda a região circunvizinha, revelava características sócio econômicas repulsoras. A região Oestina despontava como uma alternativa viável para esses migrantes, já que essa região se caracterizava por ser uma nova frente agrícola. Assim, esses jovens casais optaram pela migração como meio de mobilidade para a ascensão social. Essa realidade se evidencia em alguns relatos feitos por esses migrantes atualmente idosos, que ainda residem nos municípios do Oeste Catarinense, como esse

depoimento de agricultor migrante de Salvador do Sul – RS, atualmente residente em Linha Esperança – Palmitos:

“eu tinha casado fazia pouco tempo, e nem eu nem minha mulher tínhamos terra. O meu pai e o sogro não podiam comprar terra pra gente. Passados três anos de casamento e com dois filhos pequenos, eu não via muito futuro pela frente. Daí muitos amigos nossos foram morar nas “novas colônias” em Santa Catarina. A essa altura eu já tinha juntado uns “troquinhos”, mas não de chega pra comprar terra em Campestre onde morava meu pai ou em Linha Comprida onde morava o sogro. Daí o João veio pra Linha Comprida passear e disse que lá ainda tinha bastante terra boa e barata. Cheguei em casa e disse pra mulher que nós íamos pra lá também. Aí meu sogro vendeu uns porcos e me deu o dinheiro pra eu pagar quando eu pudesse. E daí nós fomos embora. Aqui em Palmitos com meus trocos e o dinheiro dos porcos consegui comprar quatro hectares. Uns anos depois consegui comprar mais seis. Eu gosto muito daqui, porque é quase que nem no Rio Grande. Só a terra aqui era bem melhor, de mato virgem”.

A propaganda dos primeiros emigrantes foi o fator determinante para que houvesse um fluxo migratório acentuado pois, a propaganda feita por “um amigo” já domiciliado neste novo espaço era muito mais convincente que a propaganda das empresas colonizadoras.

Esse novo espaço vivencial formado no Oeste Catarinense pelos migrantes foi *embasado na parceria e estreitamento dos laços de amizade entre si*, o que ajudava a diminuir os saudosismos do seu território de emigração.

Na questão que tange ao modo de produção, as características da agricultura familiar trazida do Rio Grande do Sul serviram de base para a implementação do modo de produção dessas famílias no Oeste Catarinense. Esse novo espaço vivencial mesclou traços da cultura trazidos primeiramente pelos germânicos ao Brasil, posteriormente adaptados ao Rio Grande do Sul e às características desse novo território (catarinense), onde houve agregação de novos valores culturais e, igualmente, perda de alguns traços culturais anteriores, formando uma cultura própria.

Em meados de 1970, essa frente agrícola se fechou. Durante o período em que ocorria a migração, a produção agrícola nas pequenas propriedades (de aproximadamente 10 a 15 hectares) era muito forte, baseada principalmente na cultura de milho, feijão e suinocultura, com mão-de-obra familiar. Mas, desde os anos sessenta, gradualmente foi mudando o sistema produtivo do Oeste. Na região, a produção primária passou a se basear na integração com a agroindústria, o que resultou em mudanças nas relações da mão-de-obra, pois gerou-se um excedente, visto que o modelo agroindustrial é tecnificado.

### 5.1 Os Fatores Determinantes deste Fluxo Emigratório

A partir dos anos 80, com a diminuição significativa no volume de crédito rural e subsídios estatais, agregada a fatores como a exaustão do solo e a questão do padrão sucessório, gerou-se uma crise no setor primário do Oeste Catarinense. A atividade primária que passou a sentir o maior impacto foi a suinocultura. A avicultura não foi tão afetada, por ter havido uma ampliação de consumo, pelo menor preço dessa carne.

A cultura de grãos também passou a perder espaço e preço, visto que começou a sofrer concorrência dos latifúndios produtores de milho, feijão e soja da região Centro-Oeste. Aliado a tais problemáticas, o uso excessivo de agrotóxicos e defensivos agrícolas elevava o custo de produção e produzira grandes problemas ambientais; o mau manejo do solo levou a um empobrecimento do mesmo, já que parte do solo não dispõe de aptidão para culturas temporárias, fator não respeitado, o que levou à dependência de adubos e insumos, outro agregante de custo.

Assim, a economia do Oeste Catarinense passou a apresentar sinais de desgaste e estagnação, estabelecendo-se assim uma nova realidade sócio-econômica. Os problemas

decorrentes desta trouxeram dificuldades para as famílias de produtores familiares manterem-se economicamente.

Esses fatores da economia primária apresentam também um outro fator determinante muito importante, a repartição das terras por herança<sup>39</sup>, o que torna a fatia de terra de cada herdeiro normalmente incompatível para a subsistência.

Quando os filhos casam, eles não têm dinheiro para comprar terras, já que a mão-de-obra familiar não dispõe de salários para eles. Todo o capital acumulado fica sob o controle do pai. Como o processo de crise diminuiu a acumulação de capital, na maioria das vezes os pais também não têm o capital necessário para comprar terras para os filhos. Como a frente agrícola está fechada desde os anos setenta, segundo CAMPOS, (1987, p.184), o preço da terra Oeste não é mais tão acessível como na época da compra feita pelos pais, ao chegarem a Santa Catarina, época do primeiro fluxo migratório.

“Na década de setenta o preço médio da terra no Oeste Catarinense elevou-se 433% em termos reais”. Conseqüentemente, houveram alterações nas condições de reprodução da pequena produção, que passou a se inserir na “ciranda” do mercado, gerando problemas de ordem econômica e social” (CAMPOS, Índio, 1987, p.184).

Eles têm por opção trabalhar como agregados ou continuar trabalhando e morando com os pais. Simplificando, podemos observar uma grande semelhança com a realidade vivida por seus pais ou avós, nos anos cinquenta, no Rio Grande do Sul, época em que buscaram na migração a alternativa para seus problemas.

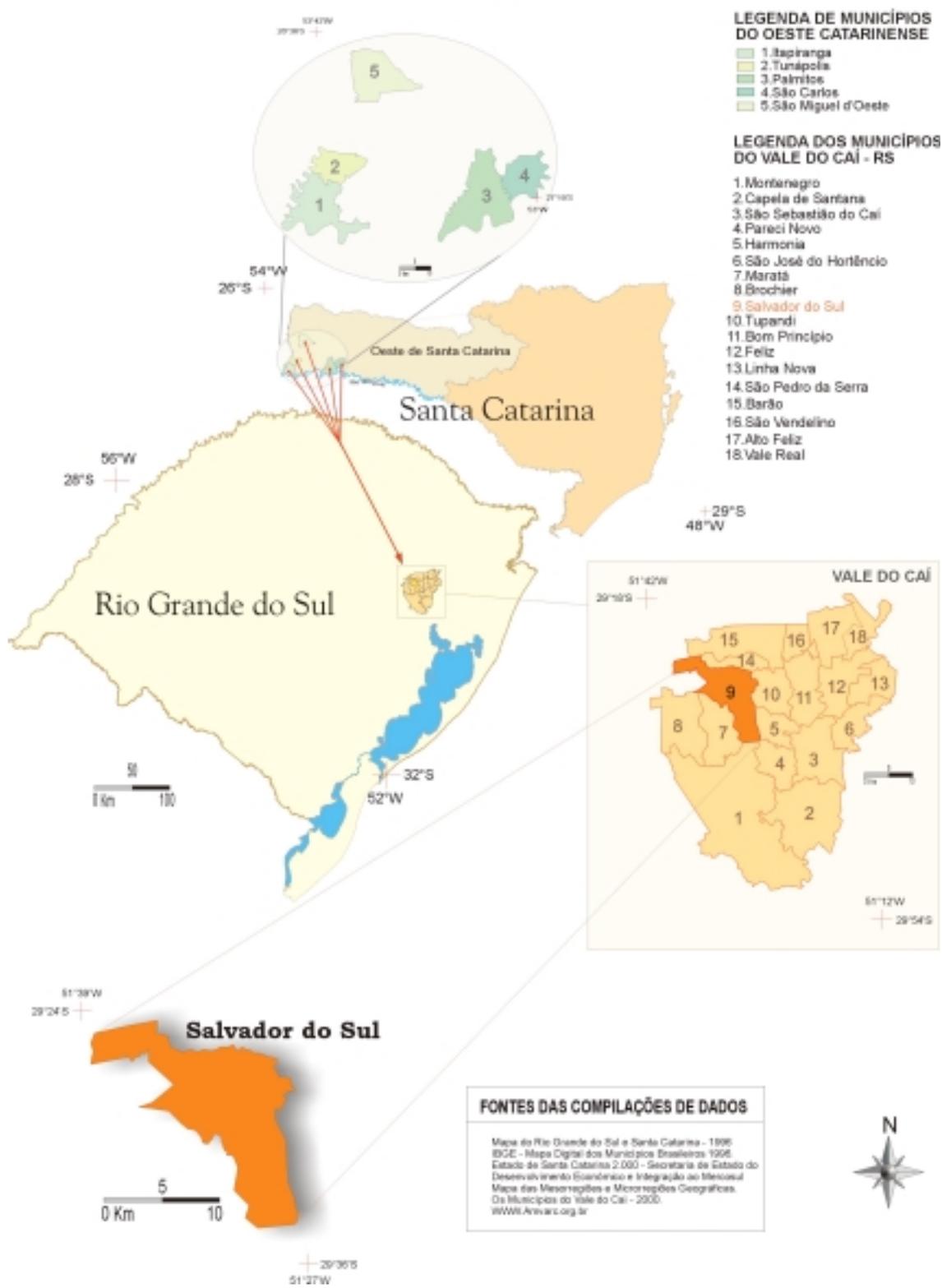
---

<sup>39</sup> Esta abordagem é vista sob o conceito de linha sucessória, apresentada no capítulo IV.

Como alternativa para esses filhos ou até mesmo netos dos primeiros migrantes, surgiu principalmente a partir do início dos anos noventa a possibilidade *de migração* para as cidades da região que nos anos do primeiro fluxo migratório eram chamadas de colônias velhas, no Rio Grande do Sul. Este segundo fluxo se configura numa migração campo - cidade, caracterizada como um êxodo rural. Considerando os conceitos de migração, vemos que esse fluxo seria geralmente apresentado como uma migração de retorno, sendo que o “migrante de retorno” é uma categoria utilizada pelos teóricos – demógrafos, sociólogos, antropólogos, geógrafos, etc. que tomam como base a idéia de um ponto de origem e de um retorno, em geral à terra natal (MENEZES, Marilda, 1992, p.120).

Apesar do ponto de origem e retorno serem os mesmos, denominamos essa *migração*, das cidades do Oeste Catarinense para a região anteriormente denominada velhas colônias e que hoje abrangem a região do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, não como de *retorno*, mas sim como sendo de *reverso*. Essa segunda migração apresenta diferentes configurações espaciais da época do fluxo migratório de seus pais e avós, além de os migrantes serem de geração posterior, salvo alguns que eram crianças quando seus pais migraram pela primeira vez. A grande maioria nasceu em território catarinense e voltam a terras de origem de seus pais e avós porque elas oferecem, além de possibilidades econômicas, aconchego e características de identidade mantidas pelos primeiros migrantes e inculcidas por eles nos seus filhos e netos. São os saudosismos e tradições que são passados de geração para geração. As configurações espaciais deste fluxo da migração de reverso aparecem no mapa 4.

## MAPA 4. FLUXO DA MIGRAÇÃO DE REVERSO 1990 à 2000



Novamente são jovens casais, mas o processo migratório é diferente, pois migram em direção aos centros urbanos, já que não vêm atrativos no campo. Esse contingente populacional tem baixo nível escolar, visto que no interior as escolas são em sua maioria de 1º grau incompleto. Seus pais normalmente não tinham condições de mandá-los para o centro urbano para estudarem, pois para que isto se tornasse possível era necessário que os filhos se domiciliassem na cidade. Assim, os pais, além do custo, não disponibilizariam da mão-de-obra deles, essencial para o modelo produtivo da região.

Como sua mão-de-obra é utilizada nas propriedades familiares e sem remuneração fixa, eles possuem pouco capital para comprar terras ou abrirem negócios próprios no centro urbano das cidades do Oeste Catarinense. Se herdarem terras dos pais, em caso de falecimento, a mesma é dividida por muitos filhos, o que impossibilita a subsistência na mesma.

Essas famílias vêm na cidade possibilidades de ascensão econômica e social. Novamente a questão em jogo é a busca de melhor oportunidade econômica. Ao invés de migrarem para as cidades prósperas de Santa Catarina, tem ocorrido uma migração de “*reverso*”, protagonizada pelos descendentes, filhos ou netos dos antigos migrantes. Caracterizamos esse fluxo migratório como sendo de reverso pois eles voltam a um espaço que já lhes incutiu características culturais, sem mesmo eles nunca o terem conhecido diretamente, já que esse espaço foi habitado pelos seus antepassados. Como as relações humanas se desenvolvem em organizações espaciais, nessa migração para as regiões das antigas colônias ocorre essa reversão do espaço: são gerações diferentes, protagonizando fluxos migratórios diferentes, mas que ocupam os mesmos espaços, ora como ponto de emigração, ora como ponto de imigração. É o uso de um mesmo espaço, em tempos diferentes, por gerações diferentes, com grau de parentesco e consangüinidade. Os primeiros migrantes hoje idosos não retornam, mas mantêm junto consigo *muitas lembranças e saudosismos do Rio Grande do Sul*.

“As memórias significam um longo processo de imersão característica no passado, cujo ponto terminal é a infância, enquanto repositório das promessas irrealizadas, no momento incorruptível da vida e dimensão irresgatável da existência. (...) As memórias são, ao mesmo tempo, a criação de um abrigo para as desventuras; através delas reencontram-se as origens, descansa-se no corrimão da vida” (ARRUDA, M. N; 1990, p.201).

Partindo da ótica da análise geográfica, a *migração de reverso* ocorre pela mudança espacial e territorial decorrente desse segundo fluxo migratório, aliada a pretensão de ascensão social e elos de parentesco dos migrantes com parte da população local.

No primeiro fluxo migratório, os migrantes levaram consigo características de sua identidade étnica germânica trazida por seus antepassados e da identidade gaúcha construída por eles, por ser essa sua terra natal, para um espaço novo. Ambas as identidades foram o embasamento para a construção de sua nova identidade com o território catarinense, porque o espaço se torna território quando é permeado de relações humanas.

No segundo fluxo migratório, os migrantes também trazem consigo suas características de identidade construída no território catarinense, mas ao reverterem o fluxo, eles voltam ao território que já foi de seus pais ou avós, portanto esse espaço intrinsecamente já está incutido nas suas identidades. A adaptação dessa segunda leva de migrantes aos municípios gaúchos também é facilitada porque parentes como tios e primos estão domiciliados aqui, dando apoio quando a saudade dos pais e amigos deixados no Oeste Catarinense “aperta” (SIC).

“As redes de contato, cristalizadas ao longo das décadas de migrações, contribui para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais. *Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas*” (grifo nosso) (PÓVOA-NETO, Helion; 1997, p. 22).

## 5.2 Os Fatores de Atração em Salvador do Sul

A região do Vale do Caí cresceu e constitui-se atualmente de pequenos municípios prósperos. Houve no município de Salvador do Sul, como nos demais municípios do Vale, a combinação de dois aspectos fundamentais para produzir a atração desses migrantes: redes de interação familiar e empregos assalariados em cidades pequenas.

Ocorreu um fenômeno semelhante ao anterior, mas no sentido inverso. Esse pólo, que já havia sido repulsor, hoje atrai os filhos desses que foram emigrantes no passado. Foram os primeiros que para cá voltaram, que estimularam seus amigos, vizinhos e familiares a migrarem. A maioria deles, como naquela época de 1960, emigram sem conhecer o local para onde vão migrar, voltam na confiança dos ditos dos parentes e amigos que já migraram. Ficam nas casas dos parentes até arranjam moradia e empregos. Ocorre uma trama de relações sociais com a difusão de informação onde o trabalho está disponível para os novos migrantes, como ocorreu com a migrante vinda de Tunápolis – SC e hoje residente em Salvador do Sul – RS.

“Eu vim para cá em 1991, porque a minha prima, precisava de uma empregada e como aqui não encontrava ligou para mim para vir trabalhar aqui. Aí o marido dela, também prometeu um emprego pro meu marido na Wallauer. Aí a gente veio de muda. Lá em Tunápolis o meu marido tinha perdido o emprego na serraria e na roça não dava nada. Lá em Tunápolis, das onze serrarias que tinha, só tem mais três porque o mato acabou e o governo mandou muitos fiscais, e daí elas levaram multas e fecharam. Eram os únicos empregos que tinha. Como aqui em Salvador a gente gostou, dos meus nove irmãos, oito deles e suas famílias vieram pra cá. Sempre que a gente sabia de um emprego na vila nós íamos pedir o emprego e depois ligava pros irmãos virem pra cá. *Só uma irmã conhecia aqui porque tinha vindo me visitar. Os outros vieram sem conhecer. O pai e a mãe sempre diziam que essa terra aqui era muito boa e bonita. Aí os meus irmãos também arriscaram. Uns até moraram um tempo no meu porão.* Eu e o meu irmão mais velho nascemos aqui no Campestre, mas o pai e a mãe foram pra Porto Novo (atual Itapiranga, da qual se emancipou Tunápolis) nós éramos tão pequenos que a gente nem se lembra. Meu marido nasceu lá e os pais dele vieram de Lajeado. Mas também já vieram pra cá três cunhados meus e suas famílias, além dos vizinhos. Só por

causa da gente, nesses nove anos já veio mais um monte de gente. Aqui agora também já tá ruim com os empregos, mas ainda é melhor que lá em Tunápolis. Aquilo tá virado numa coisa. Eu não volto mais. Até meus filhos já casaram aqui”.

O município de Salvador do Sul oferecia, no início da década de noventa, opções de emprego, visto que esses migrantes buscam empregos que garantam salários fixos mensais. Os primeiros que chegaram no início de noventa tinham sua mão-de-obra basicamente absorvida pela empresa avícola Frangosul e micro-empresas de construção civil, estes pelos homens; e nas empresas calçadistas, demais granjas avícolas e como faxineiras e empregadas domésticas, pelas mulheres. Atualmente, pessoas de ambos os sexos empregam-se tanto nas indústrias, em granjas agrícolas, no comércio local e em serviços de limpeza e jardinagem.

Outro aspecto importante levado em conta pelos migrantes é o fato de que as cidades do Vale do Caí, em sua maioria, são pequenas<sup>40</sup> mas com infra-estrutura básica como escolas de ensino fundamental e médio públicas, hospital, postos de saúde, comércio, pontos turísticos, rede de esgoto e água encanada.

Esses municípios apresentam fortes características culturais de interior como tomar chimarrão na praça com amigos, passear no vizinho, conhecer quase todos os habitantes da cidade, participar das atividades sociais como corais, grupos de danças, pastorais da igreja, campeonatos municipais e regionais de futebol de campo e de salão, grupos de mães, chás e bailes beneficentes. Essa realidade interiorana reflete em baixíssimos índices de criminalidade, baixo consumo de drogas e alcoolismo pelos jovens, pouca evasão escolar, pois as pessoas da direção das escolas conhecem os pais e sempre os avisam em caso de ausência de aula por parte dos filhos, etc. Aliada a essa realidade, a maioria desses migrantes ainda tem parentes e amigos para ajudá-los em

---

<sup>40</sup> As cidades do Vale do Caí, exceto Montenegro e São Sebastião do Caí, apresentam população absoluta variando entre 1.682 e 11.319 habitantes (dados preliminares do censo demográfico 2000 – IBGE).

caso de necessidade. Toda essa dinâmica proporciona segurança a esse contingente populacional. Esse conjunto de fatores é que leva os casais jovens a migrarem de volta a esta região.

Nos últimos quatro anos, os migrantes para Salvador do Sul e região deixaram de ser somente casais, alguns jovens solteiros também estão migrando para o Sul. Normalmente são jovens cujos pais os influenciaram, porque tinham parentes que podiam ajudar a cuidá-los. Os jovens solteiros da região do Oeste Catarinense, em sua maioria, estão migrando para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo para trabalharem em restaurantes como garçons e empregados de serviços gerais e as jovens para centros urbanos de cidades catarinenses para trabalharem como domésticas. Esses migrantes buscam basicamente melhorias econômicas. Aspectos como ambientes saudáveis para criarem seus filhos e formarem sua família ainda são pouco levados em conta pelos jovens neste estado civil. Como todo jovem, eles buscam avançar. Para um deles, atualmente trabalhando em São Paulo, a emigração ocorreu da seguinte maneira:

“quando eu fui para São Paulo trabalhar de garçom, eu consegui emprego onde eu ganho mil reais. À medida que mais amigos meus foram chegando, o salário foi baixando. Hoje eles só pagam mais para os novos trezentos reais. A gente foi para lá porque eu gosto de ir para frente. Se eu voltasse para o Rio Grande do Sul, ia parecer que eu estava “voltando para trás”, voltando para o lugar de onde meus pais haviam saído há vinte e cinco anos atrás. Além disso, ia ter sempre algum parente me vigiando e cuidando. Eu já estava bem grandinho quando saí daqui para me virar sozinho. Não me arrependo nem um pouco. Em três anos já consegui juntar um dinheirinho e comprar um carro. Lá em São Paulo eles preferem os solteiros, porque não têm compromisso com a família e podem trabalhar à noite e nos fins de semana sem reclamar. Sei de pouco casados que foram para São Paulo ou para o Rio (de Janeiro). Meu irmão, quando saiu daqui, já era casado e a minha cunhada estava grávida. Então eles optaram por migrar a Salvador do Sul, porque lá já tinha dois cunhados deles que também já tinham voltado e uns tios nossos que eu nem conheço direito, porque assim iam ter ajuda caso precisassem, principalmente por causa do nenê”.

( Jovem emigrado de Linha Palmitos – Palmitos).

### 5.3 A Relação Parentesco e a Construção da Identidade com o Território

Esse fluxo migratório de reverso nos demonstra que as redes do local de origem vão se atenuando e novas redes no local de chegada se formam. Essa trajetória mostra a importância do “vínculo afetivo” e da “identidade”. Essas teias de relações humanas transformam um espaço em território, resultante de uma significação subjetiva, produto de uma relação de vínculo afetivo com o espaço.

“O território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social” (MESQUITA, Zilá; 1995, p. 76).

Um lugar qualquer, normalmente, é sentido como agradável e bom, quando conseguimos nos sentir parte integrante do mesmo. As relações de parentesco, resquícios da identidade paterna, oportunidades de emprego e as características sócio-culturais do interior fazem com que o migrante do Oeste Catarinense sinta os municípios de origem de migração de seus pais próximos a ele, formando assim um território, com significado individual e social nas relações que estabelece nesse novo espaço vivencial.

### 5.4 A Relação da População Local com os Migrantes

A população local está apresentando uma relação ambígua com esses imigrantes. Socialmente eles tiveram facilidade de interação, através dos parentes que aqui permaneceram e dos amigos migrantes que também aqui se estabeleceram, sendo da mesma etnia da população “nativa”. No que tange à questão empregatícia, porém, há um certo grau de segregação. Em várias ocasiões se ouve a expressão: “Mais um Catarina”; “Com essa catarinada toda ...” etc. Essa reação é uma consequência da desestabilização

da situação empregatícia na comunidade local, sendo que para Agnes Heller, (1970, p.53), “ocorre a generalização do preconceito quando principia o relaxamento de uma coesão”.

Os próprios migrantes percebem essa ambigüidade e demonstram claramente que se sentem incomodados quando se deparam com tais situações. Eles se consideram filhos desta “terra”, já que alguns migraram junto com os pais para Santa Catarina quando bebês ou crianças pequenas, portanto são nativos; e a maioria, que nasceu no Oeste Catarinense são descendentes destes nativos. Entre eles é nítida a preocupação com o futuro dos parentes, amigos e vizinhos que ainda moram no Oeste Catarinense. Quando um deles quer imigrar para cá, eles os recebem de “braços abertos”, mas também discorrem sobre a impossibilidade de continuar por muito tempo um fluxo imigratório tão acentuado para o Vale do Caí, visto que poderia esgotar-se a capacidade de absorção dessa mão-de-obra e haver uma continuação do círculo vicioso já anteriormente vivido: a falta de possibilidade de trabalho e subsistência, fomentando uma mobilidade social em forma de uma nova migração. Aproximadamente 30% dos entrevistados salientaram que, se houver um esgotamento do trabalho nesta região, eles ousariam uma nova migração.

Apesar de a maioria desses imigrantes não terem pretensão de voltar, eles não se desprendem das redes relacionais ora deixadas em Santa Catarina<sup>41</sup>. Eles sentem muitas

---

<sup>41</sup> Em Salvador do Sul e região do entorno, entre esses imigrantes há uma rede de solidariedade e comunicação muito forte. Quando começamos a desenvolver a pesquisa de campo com esses imigrantes, houve muitas restrições e desconfianças por parte deles. Achavam que esse levantamento da história migratória deles poderia levar a uma legislação municipal que os pudesse “repatriar” de volta a Santa Catarina ou prejudicá-los de alguma forma. Após insistentes explicações dos objetivos da pesquisa, os dados começaram a ser levantados. Depois de três dias os próprios entrevistados nos forneceram o endereço e o nome de outros imigrantes parentes ou amigos seus. Passada essa fase inicial, na maioria das residências a que íamos chegando, eles já sabiam que seriam procurados para esta pesquisa e quais eram as nossas intenções. A partir deste momento, a nossa recepção passou a ser muito boa, com

saudades dos parentes e amigos deixados para trás e sempre que podem voltam para passear, muitas vezes, em grupos de excursões só desses migrantes. Os pais e avós, que em tempos idos também foram migrantes, estão lá e em parte seus descendentes reproduzem a saga migratória de seus antepassados.

## 5.5 Impactos Econômicos em Salvador do Sul

Em Salvador do Sul, os impactos sócio-econômicos refletem-se no desemprego, em pequena escala. Anteriormente a esse processo migratório, praticamente inexistia o desemprego. Outro aspecto a se salientar é o fato de esses migrantes oferecerem seu trabalho a salários ínfimos, o que acaba acarretando uma diminuição na média salarial oferecida pelos empregadores.

As vagas de emprego normalmente absorvidas por esses migrantes não exigem qualificação profissional, eles gostam do ambiente de trabalho e se sentem satisfeitos com a remuneração que recebem. Percebe-se um contentamento desses migrantes com suas novas atividades profissionais urbanas, pois a “lida” dura do campo os acostumou com trabalhos “pesados” e pouco lucrativos. Na pesquisa realizada com os migrantes através da história oral, alguns poucos disseram que voltariam se tivessem terras, mas a maioria não pretende voltar. Essas diferentes realidades são testemunhadas por dois depoimentos de filhos de agricultores oestinos, ambos residentes atualmente em Salvador do Sul.

---

direito a chimarrão e guloseimas em muitas residências. Outro fator facilitador nesta etapa do trabalho foi o fato de trabalharmos também no comércio local, o que nos levou a constatar que conhecíamos a maioria deles pelo nome, ou pelo menos de “vista”, pois são clientes.

“Lá em Palmitos nós temos um bom pedaço de terra que eu ganhei do pai e da mãe quando nós casamos. Mas essa terra já não dá mais lucro. O preço do porco e do milho hoje é uma vergonha. Além de tudo, não tem mais escolas para as crianças irem, lá no interior onde nós morávamos. Como não tem mais crianças, as escolas fecharam. Ônibus e kombis recolhem as crianças para levar pra sede, mas mesmo assim elas ainda precisam caminhar um bom trecho. A filha do meu irmão, para não precisar caminhar, de manhã ainda de madrugada, sozinha para pegar a kombi, ele colocaram para morar na sede numa casa de amigos, mas isso é muito caro. Lá não tem futuro pras crianças. Não tem emprego. Lá na nossa terra que agora está parada, tem uma boa casa de material e uma estrebaria boa. Os instrumentos de trabalho estão lá no meu cunhado, porque o pai e a mãe não deixaram vender, com a esperança de que a gente ia voltar. Eles queriam muito que eu cuidasse deles porque eu sou o único filho homem. O pai e mãe não se conformam que lá a gente deixou uma casa boa de material, pra vim morar aqui de aluguel numa casa de madeira. Devagarzinho a gente vai conseguir comprar um terreno e construir uma casa. Eu sou pedreiro e a mulher trabalha na fábrica de sapatos. No fim do mês, é dinheiro certo, não como lá. Se a gente conseguir vender a terra lá, aí já dá pra comprar logo o terreno e uma parte do material de construção. Lá a terra vale tão pouco, que uns seis hectares não dá pra comprar um terreno aqui. Para trabalhar na roça a gente não volta. E aqui o lugar é bonito e calmo. Claro que a gente sente saudades, mas já tem aqui muitos cunhados e vizinhos lá de fora que também vieram morar aqui, isso ajuda”. (Filho de agricultores residentes em Barra Palmitos– Palmitos).

“Vocês já devem ter conversado com os meus cunhados. Nós somos uma turma que já voltou. Tu deve saber que lá não dá porque o preço do porco e do milho não dá mais nada. Eu não tinha terra, nós éramos agregados. Até que no fim das colheitas nós pagava os adubos e venenos pra cooperativa e dava uma parte pro dono da terra não sobrava nada mesmo. Aqui a gente já está quatro anos e também não tá muito bom. A gente paga aluguel, a mulher tá sem emprego, tem as quatro meninas pra sustentar e só eu trabalho de pedreiro, não sobra quase nada. Se eu tivesse terras e casa lá em Palmitos que nem meu cunhado eu voltava, mas assim não vale a pena. (o cunhado é o migrante que deu o depoimento anterior)” (Filho de agricultores residentes Linha Santa Catarina – Palmitos).

Esses depoimentos denotam que, apesar das relações de parentesco e as redes que levam a uma identificação com o espaço vivencial em Salvador do Sul, fatores importantes para esse fluxo migratório de reverso, o motivo fundamental dessa migração é a mobilidade do trabalho.

“Uma forma de encarar a formação de estruturas capitalistas em sociedades nacionais é através das vicissitudes da força de trabalho, principalmente de seus movimentos geográficos. Esses são processos definidores: a história da formação de uma força de trabalho, formalmente livre, ocupacional e geograficamente móvel, porém, necessitada do trabalho assalariado, é a história da formação do capitalismo moderno. Na medida em que essa formação se faz através de atividades econômicas novas e da reelaboração ou do desaparecimento de outras, localizadas diferencialmente no espaço, a história da formação do capitalismo em uma sociedade nacional pode ser descrita em termos de movimentos de população” (BÁLAN, Jorge. 1973, p.8).

Em função desse agregado populacional e de mão-de-obra, principalmente nos últimos dez anos, averigua-se um esgotamento das opções de trabalho no município de Salvador do Sul. Essa realidade levou tanto os migrantes, quanto a população local, a buscar empregos fora do âmbito municipal, sendo que diariamente dez ônibus com trabalhadores saem pela manhã de Salvador do Sul para trabalharem e à noite retornam<sup>42</sup>.

## 5.6 Impactos Econômicos no Oeste Catarinense

Essa corrente migratória de retorno gera igualmente impactos sócio-econômicos para os municípios do Oeste Catarinense pelo seu decréscimo populacional, visto na tabela 13 e 14 da população absoluta dos municípios oestinos abordados ao longo deste trabalho.

---

<sup>42</sup> As empresas que absorvem mão-de-obra de parte da população de Salvador do Sul são: Oderich – São Sebastião do Caí, Telhas Cláudio Vogel – Bom Princípio, Calçados Azaléia – São Sebastião do Caí, Tramontina – Carlos Barbosa, Calçados Schmidt – Tupandi, Calçados Via Uno – São Pedro da Serra, Doux Frangosul (frigorífico) – Montenegro.

“Semana passada eu estava lá fora (São Carlos) visitando a mãe. Só de ver aquele pessoal trabalhando na roça pra não ganhar nada eu morri de pena. Eu não sei por que aqueles prefeitos não botam fábricas lá pra ter empregos. Se lá abrisse uma fábrica pra gente trabalhar, a minha mudança tava pronta em duas horas pra eu voltar, porque eu tenho bastante saudades. Mas pra trabalhar na roça eu não volto mais. A gente vai continuar trabalhando aqui (Salvador do Sul) na granja onde tem salário fixo todo mês. Nós já estamos aqui há cinco anos” (Depoimento de filha de agricultores de São Carlos - SC, atualmente residentes em Linha São Francisco – Salvador do Sul – RS).

A fobia existente entre vários gestores públicos dos municípios oestinos, de que com uma possível implementação de atividades industriais, acenaria para a possibilidade de atrair imigrantes, podendo ocasionalmente gerar bolsões de pobreza e favelas que acarretariam um ônus financeiro e social muito grande para os cofres públicos municipais, impossibilita-os de perceberem a gravidade do problema.

Esse esvaziamento populacional está levando à perda da população ativa e conseqüente envelhecimento da população.

Na questão tributária provinda dos produtos primários, o problema não é tão acentuado, visto que a integração dos agricultores com melhores condições financeiras com a agroindústria, leva a uma realidade em que a produção automaticamente tem o ICM descontado, o que mantém uma estabilidade dos cofres públicos. Mas o problema reside nos centros urbanos desses municípios oestinos. O decréscimo populacional, aliado à descapitalização da maioria dos agricultores, está refletindo no comércio local. O poder de compra dos agricultores vem diminuindo vertiginosamente e o contingente populacional também. Esses fatores estão levando a uma queda dos tributos provenientes das atividades urbanas, que, em série, leva à diminuição dos poucos empregos existentes nestas cidades.

## CONCLUSÃO

No decorrer desta dissertação, houve uma constante preocupação em analisarmos os impactos econômicos e sociais ocorrentes nos dois fluxos migratórios, apesar de os dois terem ocorrido em tempos diferentes. Essa preocupação resulta do viés que permeou essas relações apontadas: os impactos sócio-econômicos ocorrentes nos espaços emigratórios e imigratórios nos dois fluxos de migração.

Nestes espaços imigratórios, ocorreram relações afetivas, configurações de redes e o processo de construção de identidades dos migrantes com esses novos espaços vivenciais.

No primeiro capítulo, o enfoque foi direcionado para as organizações espaciais do município de Salvador do Sul, no Rio Grande do Sul, desde o processo de sua colonização, passando pela construção da ferrovia, do colégio Santo Inácio e da produção primária abundante que gerou progresso econômico, político e social.

Essa matriz econômica calcada nas atividades primárias foi embasada no manejo da terra, que nem sempre era possível de ser adquirida.

Essa realidade que se apresentava repulsora conjugou-se com a oferta de terras no Oeste de Santa Catarina, uma nova frente agrícola ávida por ser colonizada.

Assim, em meados de 1950, vários jovens casais de Salvador do Sul e entorno migraram para o Oeste de Santa Catarina, região essa que foi palco da Guerra do Contestado, resultado das tensões existentes entre os posseiros e a empresa que construiu a ferrovia que recebeu grande parte das terras oestinas. Findo o conflito, e tendo perdido os posseiros, essas terras foram vendidas para pequenos colonizadores vindos do Rio Grande do Sul.

Essas duas realidades tiveram como “palco” o conflito pela terra. No Rio Grande do Sul, a dificuldade de acesso a terra era pelo preço pouco acessível aos jovens casais, vindos de uma economia baseada na agricultura familiar patriarcal. Em Santa Catarina, o governo federal, com o intento de colonizar o Oeste Catarinense, mandou construir uma ferrovia que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul e passou por essa terra até então habitada por posseiros. Doou a terra a uma empresa construtora de ferrovias, que as vende através de empresas colonizadoras, com baixos preços para esses jovens que estavam à margem do sistema produtivo no Estado Gaúcho.

Essa migração rural-rural levou consigo as tradições do espaço vivencial gaúcho em muitos hábitos culturais, sociais, relacionais e de modelo de produção primária. Em solo oestino, a atividade primária foi baseada na pequena propriedade de mão-de-obra familiar onde predominou o cultivo de feijão, do milho e a criação de suínos.

O excedente de produção passou a ser comercializado. Em meados dos anos sessenta, esse modelo produtivo foi alvo do “rearranjo”, em que as agroindústrias passaram a ser tornar presentes. Este novo modelo produtivo baseou-se no sistema de integração agricultor – agroindústria, sendo que esta passou a “ditar as normas” da economia da região.

Essa nova configuração teve ajuda relevante do Estado, que financiou linhas de crédito agrícola e incentivou a intensificação da economia primária baseada neste modelo de integração.

Os agricultores que não participaram deste novo sistema passaram a ser excluídos, já que as linhas de crédito se destinavam basicamente a este sistema de integração.

Com a ocorrência de problemáticas de diversas ordens, no final dos anos setenta houve retração do papel financiador do Estado, causando impactos econômicos aos agricultores inseridos na integração com a agroindústria.

No início dos anos 80, apesar da diminuição drástica dos incentivos estatais, o governo, com o intuito de não deixar sucumbir totalmente a agricultura familiar não integrada à agroindústria, criou um programa de incentivo para aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para estes. O uso desses implementos agrícolas nessas pequenas propriedades, na maioria dos casos, apresentaram-se inviáveis economicamente, o que acabou agravando a situação.

Aliado a essa realidade, desde os anos setenta houve o fechamento da fronteira agrícola, o que resultou no fim da oferta das terras disponíveis.

Essa “ciranda” foi descapitalizando os pequenos agricultores e, em contrapartida, os filhos destes cresceram e se depararam com uma situação similar à vivida por seus pais no Rio Grande do Sul.

Dentre as alternativas, apresentaram-se para os jovens solteiros oportunidades nos centros urbano de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto aos jovens casados pareceu mais viável uma migração de reverso, ou seja, eles reverteram o processo migratório vivido por seus pais ou avós, em média quarenta anos após, para o mesmo espaço territorial.

Esses emigrantes oestinos que tentam a migração de reverso buscam um novo espaço vivencial, que lhes proporcione ascensão social e que tenha características próximas como os parentes que ficaram e os vizinhos e parentes que igualmente a eles já migraram para as “velhas colônias”, hoje um mosaico de jovens e pequenos municípios e, nesta análise, salientando Salvador do Sul, no Rio Grande do Sul.

Essa relação de parentesco é que faz com o migrante do Oeste Catarinense sinta os municípios de origem de migração de seus pais próximos a eles, formando assim um território, com significado individual e social nas relações que estabelece nesse novo espaço vivencial.

Esta nova migração, tipicamente um êxodo rural, já não tem como cerne a “terra”, como nos anos 50. Hoje os migrantes oestinos em sua maioria não querem mais permanecer no campo. Sua migração para Salvador do Sul e municípios do entorno se dá porque nesses eles conseguem um serviço assalariado, sem exigência de mão-de-obra especializada. A terra deixou de ser um fator de atração, mas tornou-se um fator de repulsão.

Essa realidade atual gera impactos no Oeste de Santa Catarina como a diminuição da densidade demográfica, o que por conseqüência leva à diminuição de poder político da região, envelhecimento da população e descapitalização do comércio local.

Em Salvador do Sul, a populacional local vem sendo acrescida pelos migrantes, o que gera impactos sócio-econômicos. O excesso de mão-de-obra vem diminuindo as ofertas de emprego, e o fato de haver grande quantidade de mão-de-obra disponível está levando a diminuição da média salarial.

Socialmente a relação é dúbia, pois possuem uma rede de parentesco que os acolhe e que, modo geral, foi relevante para essa migração. Mas ao mesmo tempo, a população local se ressentida pela perda econômica decorrente.

Essa análise objetivou diagnosticar os fluxos populacionais e as conseqüências dessas migrações para os municípios envolvidos nos dois Estados, visto que esse fenômeno é recente e continua ocorrendo em ascensão, portanto é alvo de uma realidade vigente na sociedade Salvadorenses e na sociedade do Oeste Catarinense. Não

objetivamos, através deste estudo, apontar soluções para os espaços territoriais, palcos dessa dinâmica migratória, mas sim traçar uma análise que possa servir de fonte informativa para a sociedade e órgãos públicos pertinentes a essas organizações espaciais.

Por enquanto, as administrações municipais da região do Vale do Caí vêm conseguindo manter a infra-estrutura existente nos municípios, mesmo com o acréscimo populacional, evitando a formação de bolsões de pobreza. Mas a tendência é de se acentuar o decréscimo na oferta de empregos, em vista da quantidade de mão-de-obra disponível. Provavelmente as conseqüências serão semelhantes às ocorrentes em municípios maiores, que já atraíram há tempos idos um acentuado fluxo de migrantes.

Por fim, concluímos que os fluxos migratórios são dinamizadores dos agentes de circulação dos espaços geográficos, dos quais saem e para os quais se dirigem os migrantes.

Os resultados dos fluxos de migração são diferenciados nos diferentes espaços, ora benéficos, ora maléficos para os migrantes e a população local. Mas, no decorrer dos tempos, os fluxos migratórios foram essenciais para a construção das diferentes organizações espaciais em variadas escalas.

Os dois fluxos analisados diferenciaram-se na sua formação, primeiro rural – rural e no segundo momento rural – urbano. Mas são iguais nos seus objetivos básicos: a busca de melhoria sócio-econômica, seguida da construção de uma identidade com o novo espaço vivencial apoiado na rede relacional de parentes e amigos.

Assim, percebemos que um mesmo espaço como o de Salvador do Sul, ao longo deste período, muda seus arranjos espaciais, a nível de ora repulsar e ora atrair as pessoas, e no Oeste Catarinense ocorre o contrário. Isso nos leva a perceber que o

espraiar das relações humanas no espaço em seus diversos níveis é de vital importância na construção do conhecimento geográfico.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABRAMOVAY, R. et alli. *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios*. Chapecó/Brasília: Convênio FAO / INCRA / EPAGRI, 1997.
- ARRUDA, M. A. N. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BALÁN. J. *Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa*. In: Estudos Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, nº5. São Paulo: 1973.
- CAMPOS, I. *Os colonos do Rio Uruguai. Relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Campina Grande: Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia / UFPa, 1987.
- CARA, R. B. *Território do Cotidiano (Pontos de Partida para Reflexão)*. In MESQUITA Z. / BRANDÃO C. R. (org). *Territórios do Cotidiano: Uma Introdução a Novos Olhares e Experiências*. Porto Alegre: Editora UFRGS / Editora Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.
- DOLFUSS. O. *A Análise Geográfica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- GASSON, R. / ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993.
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HAESBAERT, R. *Des-Territorialização e Identidade – a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HEIDRICH A. L. *Transformação da Estrutura Agrária no Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuições ao estudo das oportunidades Econômicas na Agricultura*. Rio Claro: Dissertação de Mestrado. UNESP, 1984.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Colonização e Evolução Econômica: breves considerações – Oeste Catarinense*. Florianópolis:1990.
- KAGEYAMA, A. (coord). “*O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*”. In. IPEA. Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 1990.
- LERMEN, A. / SPECHT, S. *Kappesberg Unser Heimatland – Salvador do Sul Nossa Terra Natal*. Salvador do Sul: D&A, 1999.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Do Latifúndio à Empresa – unidade e diversidade do capital no campo*. 2ª ed. São Paulo: Petrópolis e Vozes, CEBRAP, 1981.
- MENEZES, M. A. *Questionamentos à Categorias “Migrante de Retorno” e “Migrante”*. Rio Claro: Boletim de Geografia Teorética, vol 22, nº 43 – 44, 1992.
- MESQUITA, Z. *Do Território à Consciência Territorial*. In MESQUITA Z. / BRANDÃO C. R. *Territórios do Cotidiano: Uma Introdução a Novos Olhares e Experiências*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS / Editora Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.
- MUNÕZ, H. / OLIVEIRA, O. *A Migração Interna na América Latina: Exposição e Crítica sobre algumas Análises*. In: *Migrações Internas: textos selecionados*. Fortaleza: v. 1, Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- PÓVOA-NETO, H. *Migrações Internas e Mobilidade do Trabalho no Brasil Atual. Novos Desafios para a Análise*. Experimental, nº 2: 1997.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RENK, A. *A Reprodução Social Camponesa e suas Representações. O caso de Palmitos – SC*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. UFRJ, 1997.
- RÜCKERT, A. A. *A Trajetória da Terra. Ocupação e Colonização do Centro – Norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, R. J. *As Humanidades do Cerrado na Dialética da Festa e do Espetáculo*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.
- SALVADOR DO SUL. *Processo de Emancipação*.1962.

- SILVA, L. O. *Terras Devolutas e Latifúndios – Efeitos da Lei de 1850*. São Paulo: Unicamp, 1996.
- SILVESTRO, M. L. *Transformações da Agricultura Familiar e Estratégias de Reprodução: o caso de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado. UFRRJ, 1995.
- SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. 8ª ed. Brasília: 1981.
- SORJ, B. / POMPERMAYER, M. J. / CORADINI, O. L. *Camponeses e Agroindústria: Transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Coleção Agricultura e Sociedade. 1ª ed. Zahar, RJ: 1982.
- SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- SOUZA, I. *Migrações Internas no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 1980.
- SPECHT S. *O Município de Salvador do Sul*. São Leopoldo: Trabalho de Conclusão. Unisinos, 1997.
- TESTA, V. M. et alli. *Desenvolvimento Sustentável Do Oeste Catarinense (Proposta para Discussão)*. Florianópolis: EPAGRI – SC, 1996.
- VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório de 1943*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia*. 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNIASSI, M. H. R. *Família Camponesa na Bibliografia Sócio-Antropológica sobre o Meio Rural: padrões culturais e obtenção dos meios de vida*. São Paulo: cadernos Ceru, nº 5, 1994.
- \_\_\_\_\_ . *Renovação Tecnológica e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Cadernos Ceru, nº 11. Novalunar, 1978.
- BARCELLOS, J. A. S. *Territórios do Cotidiano: Introdução a uma abordagem Teórica Contemporânea*. In MESQUITA, Z. / BRANDÃO, C. R (org). *Territórios do Cotidiano: Uma Introdução a Novos Olhares e Experiências*. Porto Alegre: Editora UFRGS / Editora Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.
- BARCELLOS, T. M. *Migrações Internas: Os Conceitos Básicos Frente à Realidade da Última Década*. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1995.
- BELLANI, E. M. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai – Processo de Colonização do Velho Município de Chapecó*. Florianópolis: Editora UFSC, 1991.
- BERNARDES, N. *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.
- BOSE, E. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. São Paulo: 1983.
- BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Série Estudos Rurais. Hucitec / Polis, 1987.
- BRANDÃO, C. R. *Identidade E Etnia – Construção da Pessoa e Resistência Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTRO, G. *Território e Cidadania*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia nº 20. Associação dos Geógrafos Brasileiros- Seção Porto Alegre, 1995.
- CAVALHEIRO, F. *Agricultura, Meio Ambiente e Modernização*. Rio Claro: Boletim Geografia Teorética, vol 25, nº 49 / 50, 1995.
- CLAVAL, P. *Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

- CHALOULT, N. B. *Processo Migratório Rural-Rural - RS*. Porto Alegre: Tese de Conclusão de Pós Graduação. UFRGS, 1972.
- DICK, L. (org.). *Uma Torre na Neblina. Colégio Santo Inácio – Salvador do Sul 1937-1997*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- EIDT, P. *Porto Novo – da Escola Paroquial ao Projeto de Nucleação – Uma Identidade em Crise*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.
- FEATHERSTONE, M. *O Desmanche da Cultura*. São Paulo: 1997.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística. *Migrações Internas RS*. Porto Alegre: ano 4, nº 4, 1976.
- FERREIRA, D. A. O. *A Unidade de Produção Familiar no Contexto da Geografia (Agrária) Brasileira*. Rio Claro: Boletim de Geografia Teorética, nºs 49-50, vol 25, 1995.
- FONTOURA, L. F. M; “*Macanudo Taurino*”, *uma espécie em extinção? Um estudo sobre a modernização da pecuária na região da Campanha gaúcha*. São Paulo: Tese de Doutorado. USP, 2000.
- GANCHO, C. V. / LOPES, H. Q. F. / TOLEDO, V. V. *A Posse da Terra*. São Paulo: Série Princípios. Ática, 1991.
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HAESBAERT, R. *Região e Rede Regional “Gaúcha entre Redes e Territórios”*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia nº 21. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Ser Gaúcho no Nordeste*. Travessia: Revista do Migrante. São Paulo: ano VII, nº 19, 1994.
- HEIDRICH Á. L. *Fundamentos da Formação do Território Moderno*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia nº 23. Associação dos Geógrafos Brasileiro - Seção Porto Alegre, 1998.
- HEINSFELD, A. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina*. Joaçaba: UNOESC, 1996.
- HESPANHOL, A. N. / COSTA, V. M. H. M. *Crédito Rural, Mecanização e Utilização de Insumos Químicos na Agricultura Paranaense*. Rio Claro: Boletim de

- Geografia Teorética vol 25, nº 49 – 50, 1995.
- KAUTZMANN, M. E. M. (org.) *Montenegro Ontem e Hoje*. Volume 1. São Leopoldo: Rothermund, 1979.
  - \_\_\_\_\_ *Montenegro Ontem e Hoje*. Volume 2. Porto Alegre: Pallotti, 1982.
  - \_\_\_\_\_ *Montenegro Ontem e Hoje*. Volume 3. Porto Alegre: Pallotti, 1986.
  - LANDO, A. M. / BARROS, E. C. *Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul*. In: LANDO, A. Marli / DACANAL, J. H / GONZAGA, S. (org). *Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
  - LOUREIRO, M. R. G. *Transformações na Estrutura Agrária Brasileira: abordagens metodológicas*. São Paulo: Cadernos Ceru, nº12, 1979.
  - MARAFON, G. J. *Considerações sobre as Redes Técnicas e a Organização do Território*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia nº 21. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 1996.
  - MARTINS, J. S. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: 1975.
  - \_\_\_\_\_. *O Fenômeno migratório no limiar do 3º milênio*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
  - MATA, M. *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 1973.
  - MERRICK, T. W. / GRAHAM, D. H. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
  - MIOR, L. C. *Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: UFRRJ. Tese de Mestrado, 1992.
  - MIRANDA, C. *A Tecnologia Agropecuária e os Produtos Familiares de Suínos do Oeste Catarinense*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. UFRGS, 1995.
  - NETTO, J. C. de C. *Montenegro*. Montenegro: Gehlen, 1924.
  - OLINGER, G. *Êxodo Rural*. Florianópolis: Acaresc, 1991.

- OLIVEIRA, A. U. *A Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições*. In BECKER, B. K. / CHRISTOFOLETTI, A. / DAVIDOVICH, F. R. / GEIGER, P. P. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- OSÓRIO, I. D. *As Migrações de Origem Rural na Região Sul*. Porto Alegre: Tese de Livre Docência em Sociologia. PUC, 1976.
- PETERSEN, S. R. F. *O Cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre a Ciência e Senso Comum no conhecimento da Vida Cotidiana*. In MESQUITA Z. / BRANDÃO C. R. (org). *Territórios do Cotidiano: Uma Introdução a Novos Olhares e Experiências*. Porto Alegre: Editora UFRGS / Editora Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.
- RAMBO, N. F. *O Município de Itapiranga Frente ao Processo de Desocupação do Meio Rural*. Chapecó: Monografia. UNOESC, 1998.
- RENK, A. *Migrações de Ontem e Hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.
- RIBEIRO, J. T. L. *Imigração de Retorno Interestadual para o Nordeste Brasileiro por Idade e Sexo – 1970/80 e 1981/91*. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Curitiba: Anais Encontro Nacional sobre Migração, 1998.
- SANTOS, J. V. T. *Camponeses e Trajetórias: do Sul para a Amazônia Ocidental*. Rio de Janeiro: 1993.
- SARMENTO, W. *A Urbanização do Subdesenvolvimento*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- SCHREINER, R. W. *Palmitos 1926 - 1931 Reminiscências de seu 1º Professor*. Palmitos: 1996.
- SERRA, R. V. *Desconcentração Espacial no Sul do País: uma análise da situação Socioeconômica dos Imigrantes que se destinaram para as Cidades Médias da Região Sul na década de 80*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia nº 25. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 1999.
- SILVA, L. O. *Terras Devolutas e Latifúndios – Efeitos da Lei de 1850*. São Paulo: Unicamp, 1996.
- SILVA, J. G. *A Fronteira Agrícola e as Migrações*. In: O Vaivém da Sobrevivência. Centro de Estudos Migratórios. São Paulo: Paulinas, 1983.

- \_\_\_\_\_ *A Modernização Dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 1ª ed. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, S. T. / MESQUITA, O. V. *A Abordagem à Questão Agrária no Brasil*. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro: vol 9, nº 17 / 18, 1979.
- SUDESUL / UFRGS. *Caracterização sócio-econômica de Áreas Rurais e Expulsão e Atração de Migrantes*. Porto Alegre: 1977.
- THOMÉ, N. *Ciclo da Madeira*. Caçador: Universal, 1995.
- VILANOVA, M. *Pensar a Subjetividade – Estatísticas e Fontes*. Orais. In: MORAES, M. *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

## ANEXOS

TABELA DE DADOS ESTATÍSTICOS DAS VIAÇÕES FÉRREAS DO RIO  
GRANDE DO SUL - 1943

Anos	Extensão Média em tráfego (km)	Número de Viajantes	Bagagens (toneladas)	Encomendas (toneladas)	Número de animais (trem de viajantes)	Número de animais (trem de carga)	Mercadorias (toneladas)
1920	2.252,791	1.230.054	1726	28.841	17.112	110.943	644.724
1921	2.279,973	1.177.056	1948	17.715	11.761	104.338	660.950
1922	2.402,745	1.345.522	2509	17.206	11.184	114.051	778.274
1923	2.430,555	1.496.795	4410	17.416	18.019	171.382	802.425
1924	2.513,334	1.797.100	7559	24.934	17.334	188.242	807.461
1925	2.606,275	1.942.318	8400	31.174	16.661	180.880	873.065
1926	2.606,275	1.932.738	4971	26.873	13.445	79.597	862.823
1927	2.606,275	1.814.746	3160	23.253	11.572	73.286	921.192
1928	2.613,478	1.985.528	2351	24.670	8.072	130.082	940.259
1929	2.648,498	2.111.046	1921	23.975	7.733	182.474	1.013.353
1930	2.648,180	1.922.001	1718	22.961	7.986	280.657	788.765
1931	2.652,687	1.780.824	1617	21.696	5.566	193.271	801.290
1932	2.709,482	1.505.808	1262	24.458	11.674	147.067	959.785
1933	2.809,304	1.283.208	1509	21.703	6.495	137.057	1.032.605
1934	3.008,046	1.328.754	1293	22.306	8.212	172.760	1.082.980
1935	3.000,278	1.428.203	1375	25.016	7.633	203.344	1.193.121

1936	3.029,286	1.679.334	1354	29.039	8.229	258.699	1.284.946
1937	3.107,567	2.061.273	1346	32.258	10.004	377.034	1.392.019
1938	3.337,402	2.262.656	1252	33.812	10.039	414.825	1.529.326
1939	3.351,202	2.443.636	1115	33.324	10.202	487.693	1.694.423
1940	3.369,511	2.518.389	987	35.445	10.658	602.384	1.522.779
1941	3.373,848	2.283.128	733	31.671	10.167	446.032	1.467.668
1942	3.371,037	2.330.837	674	34.206	11.941	531.876	1.589.859
1943	3.380,703	2.673.302	666	43.658	12.530	586.631	1.724.881

*Fonte: Viação Férrea: Relatório de 1943. Porto Alegre: 1945,48.*